



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A influência das Organizações Internacionais no processo educacional do Sul Global:
um estudo de caso da relação entre o Banco Mundial e a UNESCO com o Brasil

Igor Alexandre Faulstich de Araujo

Foz do Iguaçu
2024



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A influência das Organizações Internacionais no processo educacional do Sul Global:
um estudo de caso da relação entre o Banco Mundial/UNESCO e o Brasil

Igor Alexandre Faulstich de Araujo

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais
ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Relações Internacionais da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Marcelino Teixeira Lisboa

Foz do Iguaçu
2024

IGOR ALEXANDRE FAULSTICH DE ARAUJO

A influência das Organizações Internacionais no processo educacional do Sul Global:
um estudo de caso da relação entre o Banco Mundial/UNESCO e o Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais
ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Relações Internacionais da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcelino Teixeira Lisboa
Orientador

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
Avaliador Externo ao Programa

Profa. Dra. Manoela Marli Jaqueira
Avaliadora Externa ao Programa

Foz do Iguaçu, 12 de novembro de 2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

A663

De Araujo, Igor Alexandre Faulstich.

A influência das Organizações Internacionais no processo educacional do Sul Global: um estudo de caso da relação entre o Banco Mundial e a UNESCO com o Brasil / Igor Alexandre Faulstich de Araujo. - Foz do Iguaçu, 2024.

151 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientador: Marcelino Teixeira Lisboa.

1. Cooperação Internacional. 2. Políticas Públicas. 3. Globalização. 4. Educação. 5. Instituições Internacionais. I. Lisboa, Marcelino Teixeira. II. Título.

CDU 061.1:37.014(100:81)

À minha esposa, meu apoio incondicional em todos os momentos. Tornaste este árduo caminho mais leve com tua companhia. À minha irmã. Que siga confiante em direção aos seus sonhos, sabendo que estarei sempre aqui para auxiliá-la em sua jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por mais uma vez, ter me permitido trilhar o caminho que optei. Há quem diga que a jornada acadêmica é um caminho solitário e que a desilusão faz parte dessa trajetória, mas não foi o meu caso.

Agradeço à Professora Manoela Jaqueira, que, desde a graduação, tem sido um grande exemplo de dedicação e perseverança. Professora, almejo um dia seguir os seus passos e ser uma referência para meus alunos, assim como a senhora foi para mim. Agradeço à Professora Julia Malanchen, da disciplina Práticas de Ensino e Qualificação Docente, do PPGEn da UNIOESTE, a semente do conhecimento plantada por meio de suas aulas foi fundamental para a escolha do tema desta pesquisa. Agradeço também ao Professor Felipe Cordeiro por ter me proporcionado a primeira oportunidade de exercer a docência em sala de aula, um aprendizado que levarei comigo ao longo de toda a minha trajetória, e por me apresentar à CRES+5, o que contribuiu significativamente para focar minha pesquisa no âmbito regional. Por fim, “coala as chances de tudo dar certo no final?” A resposta já sabemos. Esta dissertação não teria sido possível sem a orientação do Professor Marcelino. Apesar dos sustos que lhe causei, seja pelo envio de uma quantidade inumerável de e-mails ou pela necessidade de mudar completamente o projeto de pesquisa inicial, devido à falta de dados que fundamentassem minha hipótese, o Professor sempre conseguiu “transformar a tempestade em um copo d’água” em um refresco a ser tomado no final do dia. Professor Marcelino, serei eternamente grato por isso.

“Na educação não se aprende a usar a bússola, mas a construir a própria”. Professores, agradeço-os por terem ajudado a construir a minha bússola, a encontrar o meu caminho como pesquisador e não ser “*just another brick in the wall*”.

Nem tudo que reluz é ouro, nem todos os que
vagueiam estão perdidos.

[J.R.R. Tolkien](#)

DE ARAUJO, IGOR ALEXANDRE FAULSTICH. A influência das Organizações Internacionais no processo educacional do Sul Global: estudo de caso da relação entre o Banco Mundial/UNESCO e o Brasil. 2024. (151). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar de que forma o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) influenciaram as políticas educacionais no Brasil. São analisadas as políticas de formação educacional propostas por essas organizações internacionais no período pós-ditatorial até 2023. O foco recai sobre os atores estrangeiros envolvidos na implementação dessas políticas, com o intuito de examinar os objetivos subjacentes e os impactos dessas políticas no país, sob a perspectiva das Relações Internacionais. A abordagem teórica adotada é o liberalismo clássico, explorando questões como interdependência e cooperação em um sistema internacional teoricamente regido pela anarquia. Os dados são divididos em duas partes principais: primeiro, a análise de documentos oficiais provenientes do banco de dados do Banco Mundial; segundo, a análise das declarações e dos planos de ação desenvolvidos durante as Conferências Regionais de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) realizadas entre 1996 e 2024.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Políticas Públicas; Globalização; Educação; Instituições Internacionais

DE ARAUJO, IGOR ALEXANDRE FAULSTICH. La influencia de las Organizaciones Internacionales en el proceso educativo del Sur Global: estudio de caso de la relación entre el Banco Mundial/UNESCO y Brasil. 2024. (151). Disertación de Maestría (Maestría en Relaciones Internacionales) – Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es investigar de qué manera el Banco Mundial (BM) y la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) han influido en las políticas educativas en Brasil. Se analizan las políticas de formación educativa propuestas por estas organizaciones internacionales en el período postdictatorial hasta 2023. El enfoque se centra en los actores extranjeros involucrados en la implementación de estas políticas, con el fin de examinar los objetivos subyacentes y los impactos de estas políticas en el país, desde la perspectiva de las Relaciones Internacionales. El enfoque teórico adoptado es el liberalismo clásico, explorando cuestiones como la interdependencia y la cooperación en un sistema internacional teóricamente regido por la anarquía. Los datos se dividen en dos partes principales: primero, el análisis de documentos oficiales procedentes de la base de datos del Banco Mundial; segundo, el análisis de las declaraciones y los planes de acción desarrollados durante las Conferencias Regionales de Educación Superior en América Latina y el Caribe (CRES) realizadas entre 1996 y 2024.

Palabras clave: Cooperación Internacional; Políticas Públicas; Globalización; Educación; Instituciones Internacionales

DE ARAUJO, Igor Alexandre Faulstich. The influence of the International Organizations in the educational process of the Global South: study case on the relation between the World Bank/ UNESCO and Brazil. 2024. (151). Master's Thesis (Master's Degree in International Relations) Federal University of Latin- American Integration, Foz do Iguaçu, 2024.

ABSTRACT

This paper aims at investigating how the World Bank (WB) and the United Nations for Education, Science and Culture Organization (UNESCO) influenced the educational policies in Brazil. The analysis is on the educational formation policies proposed by these international organizations, from the post-dictatorship period until 2023. The focus is on all the international subjects involved in the implementation of these policies, with the aim of examining the underlying reasons and the impacts of these policies in the country, under the perspective of the International Relations. The theoretical approach chosen is the classic liberalism, exploring issues as interdependence and cooperation in an international system theoretically ruled by anarchy. All data is divided in two main parts: firstly, the analysis of official documents coming from the World Bank; secondly, the analysis of the declarations and action plans developed during the Regional Conferences of Higher Education in Latin America and Caribbean (CRES) held within 1996 and 2024.

Keywords: International Cooperation; Public Policies; Education; International Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 2.1.4-1	76
GRÁFICO 2.1.4-2	77
GRÁFICO 2.1.4-3	77
GRÁFICO 2.1.4-4	78
CODEBOOK 3.1-1	93
CODEBOOK 3.1.1-1	96
CODEBOOK 3.1.2-1	98
CODEBOOK 3.2.1-1	106
CODEBOOK 3.2.1-2	112
CODEBOOK 3.2.2-1	117
CODEBOOK 3.2.2-2	122
CODEBOOK 3.2.3-1	129
CODEBOOK 3.2.3-2	134
CODEBOOK 3.2.4-1	137
IMAGEM 3-1	93
IMAGEM 3.2.3-1	130
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 1	108
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 2	109
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 3	110
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 4	110
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 5	119
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 6	119
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 7	120
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 8	124
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 9	125
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 10	125
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 11	126
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 12	127
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 13	127
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 14	127
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 15	128
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 16	131
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 17	132
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 18	133
FUNÇÃO SEARCH DOCUMENTS 19	138
TABELA DE VARIÁVEIS 3.1.1-1	95
TABULAÇÃO CRUZADA 3-1	90
TABULAÇÃO CRUZADA 3.1.1-1	95
TABULAÇÃO CRUZADA 3.1.1-2	97
TABULAÇÃO CRUZADA 3.1.2-1	98
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.1-1	107
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.1-2	112
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.2-1	117
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.2-2	123
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.3-1	130
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.3-2	135
TABULAÇÃO CRUZADA 3.2.4-1	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AMGI	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFI	Corporação Financeira Internacional
CMES	Conferências Mundiais de Educação Superior
CRES +5	Conferência de acompanhamento da III Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe
CRES	Conferências Regionais de Educação Superior na América Latina e no Caribe
CRESALC	Centro Regional de Educação para América Latina e Caribe
CTI	Ciência, Tecnologia e Informação
EAD	Ensino a distância
ES	Ensino Superior
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GSE	Gestão para o Sucesso Escolar
ICSID	Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
IES	Instituições de Educação Superior
IESALC	Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe
IIs	Instituições internacionais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIs	Organizações Internacionais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG's	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PES	Políticas de Educação Superior
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
R.I	Relações internacionais
S.I	Sistema internacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	14
1.1 AS BASES DO LIBERALISMO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	15
1.1.1 O Liberalismo Clássico e sua base histórica.....	15
1.1.2 Desvendando a Interdependência Complexa.....	19
1.1.3 Anarquia e a cooperação no Sistema Internacional.....	24
1.2 REGIMES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITO TEÓRICO	29
1.2.1 Regimes Internacionais: perspectivas e reflexões.....	30
1.2.2 Estrutura, funcionamento e impacto global das OIs.....	32
1.2.3 Dilema do Prisioneiro: OIs e cooperação	39
1.3 GLOBALIZAÇÃO: INTEGRAÇÃO GLOBAL E A NOVA ORDEM NEOLIBERAL	41
1.3.1 O conceito de globalização.....	42
1.3.2 O processo histórico da globalização	44
1.3.3 A globalização e a ascensão dos valores neoliberais	44
1.3.4 O laboratório social da política neoliberal.....	46
1.4 CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE (QUESTÕES METODOLÓGICAS)	47
1.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	53
2 OIS: INTERESSES OCULTOS E ESTRUTURAS GLOBAIS DE PODER	55
2.1 INTERESSES NÃO CONFESSÁVEIS DAS OIS: MANUTENÇÃO DO STATUS QUO	56
2.1.1 Liga das Nações: mecanismo (utópico) anti-conflito	56
2.1.2 Reestruturação do Sistema Internacional: as OIs no pós-1945.....	61
2.1.3 OPEP: um monopólio e a balança pendendo para os mais fracos	64
2.1.4 OCDE na governança global: atuação na educação	68
2.2 BANCO MUNDIAL: HISTÓRIA, ESTRUTURA E PODER DECISÓRIO.....	71
2.2.1 Banco Mundial: da origem ao desenvolvimento no curto prazo	71
2.2.2 Análise estrutural da organização Banco Mundial	75
2.2.3 Poder de voto e alocação estratégica nas organizações	75
2.2.4 O presidente do BM: liderança e influência nas decisões globais	79
2.3 UNESCO: PAZ GLOBAL POR MEIO DO CONHECIMENTO GLOBAL	80
2.3.1 Fundação e propósito.....	80
2.3.2 Composição de países e estrutura organizacional.....	81
2.4 IESALC: UM OLHAR DA UNESCO SOBRE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE	83
2.4.1 A bússola da educação: UNESCO e IESALC na lógica norte-sul	84
2.4.2 Conferência Mundial de Educação Superior e a IESALC.....	85
2.4.3 Considerações finais do segundo capítulo.....	89
3 IMPOSIÇÕES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	90
3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS DO BANCO MUNDIAL	92
3.1.1 Tabulação cruzada: conceitos e análise preliminar.....	94
3.1.2 Segunda análise: abordagem para variáveis não identificadas	97
3.2 TRANSFORMAÇÕES NAS CRES: DECLARAÇÕES E PLANOS DE AÇÃO	105
3.2.1 Primeira CRES 1996: análise inicial	105
3.2.2 CRES 2008: contexto pós 12 anos	116
3.2.3 CRES 2018: avanços e desafios contemporâneos	128
3.2.4 CRES +5: análise da declaração da reunião de acompanhamento.....	136
3.2.5 CRES: evolução e consolidação da agenda	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa deste trabalho originou-se durante a participação em uma disciplina do mestrado em ensino na UNIOESTE (PPGen) como aluno especial. Nesse curso, foram abordados diversos autores que tratam da educação de forma ampla, incluindo os impactos das mudanças legislativas na educação brasileira. Foram discutidos os principais atores, tanto nacionais quanto estrangeiros, envolvidos na implementação dessas mudanças, evidenciando a visão da educação como uma mercadoria a ser explorada.

Ao estudar os atores estrangeiros, surgiu, durante uma conversa com a professora responsável pela disciplina, a questão sobre a possibilidade de explorar essa perspectiva educacional a partir da ótica das Relações Internacionais (R.I). A partir dessa indagação, definiu-se o direcionamento da pesquisa que resultou neste trabalho. O objeto de estudo dessa dissertação é responder a seguinte pergunta: estariam o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) interferindo nas políticas de educação no Brasil?

Buscando responder a essa indagação, este trabalho analisará as políticas de formação educacional advogadas por essas Organizações Internacionais (OIs) e aplicadas no Brasil no período pós-ditatorial até o ano de 2023. A ênfase será direcionada para os atores estrangeiros envolvidos na implementação dessas políticas educacionais no Brasil, com o intuito de investigar os objetivos subjacentes a essas políticas e seus impactos no país sob a perspectiva das Relações Internacionais. Adicionalmente, serão descritas as principais políticas educacionais defendidas por essas duas organizações.

A abordagem teórica que será usada como lente para melhor entendimento do tema será o liberalismo clássico, abordando questões complexas como a interdependência e a cooperação em um sistema internacional, em tese, regido pela anarquia. A escolha dessa abordagem tem como objetivo expor o funcionamento das Organizações Internacionais e seus impactos na cooperação, servindo, dessa forma, muito mais como um arcabouço conceitual que permite enquadrar o objeto de estudo do que como um modelo de análise.

Relativamente à questão teórica, entende-se que as teorias possuem diversos níveis de intervenção em um trabalho científico. Entre eles, pode-se relatar a análise da realidade, a constituição de uma realidade específica e até mesmo a prática política, entre outros. De forma metafórica, na produção científica no campo das Ciências Humanas, tanto as teorias como os desenhos metodológicos podem servir como espelho, como moldura ou como lupa na

abordagem de um objeto de pesquisa. Um espelho reflete algo tal como ele é, enquanto que uma moldura enquadra uma parte de alguma coisa e uma lupa permite enxergar detalhes não perceptíveis em um espelho ou em uma moldura.

Nesse trabalho, a perspectiva teórica descrita e desenvolvida no primeiro capítulo cumpre o papel de espelho, evidenciando como os pressupostos do liberalismo estão presentes no objeto de estudo. Não cumpre o papel, portanto, de realizar a verificação crítica do objeto de estudo, visto que como um espelho, reflete algo de forma similar ao que está à sua frente. O propósito da teoria nesse ponto de vista, portanto, não é crítico, mas descritivo.

Uma moldura não reflete algo de forma ampla, mas permite organizar e sistematizar uma versão do objeto de estudo, enquadrando teoricamente um estudo de caso. Seu propósito não é a descrição, como no espelho, mas a organização e sistematização com vias a reconhecer de forma mais clara os limites da teoria enquanto versão fiel da realidade.

Com algo refletido e emoldurado, é possível ater-se às especificidades de um objeto de pesquisa e, nesse ponto, a capacidade explicativa da teoria pode ser colocada em questão, pois o propósito descritivo da teoria limita-a como elemento de análise da realidade tal como ela é.

Nesse ponto, quando se passa a examinar o objeto de estudo como se estivesse fazendo com uma lupa, é possível enxergar elementos que escapam ao nosso campo de visão se utilizarmos apenas a moldura e o espelho. Essas lupas são lentes que nos permitem enxergar a realidade mediante ângulos capazes de revelarem perspectivas diferenciadas. Nesse trabalho, esse papel é executado no terceiro capítulo pelo desenho metodológico, ao realizar a análise documental dos dados coletados.

Sendo assim, a teoria cumprirá o papel de espelho e moldura no enquadramento do objeto de pesquisa e na demonstração da leitura da realidade por uma visão específica, que espelha objeto e teoria. A análise documental cumprirá o papel de abrir espaço para a parte crítica da dissertação, demonstrando os limites da teoria e as problemáticas sociais adjacentes à realidade estudada.

Em relação aos dados, a análise de conteúdo foi realizada em 209 documentos do Banco Mundial do período de 1985 até 2023 e em 11 documentos da UNESCO do período de 1996 até 2024. Os dados foram coletados durante o período de fevereiro a maio de 2024 nos portais oficiais das instituições. Para o processamento, foi utilizado o software *KH Coder* para executar a análise de conteúdo quantitativa, visando identificar a frequência e ocorrência de termos pré-estabelecidos em categorias definidas em um codebook. Posterior a isso, foi realizada uma análise qualitativa para identificação dos temas centrais dos documentos visando identificar

possíveis as políticas impostas pelas organizações analisadas e mudanças ao longo do tempo. Optou-se pelo uso de ferramentas digitais e do apoio de dados quantitativos por conta da necessidade de identificação de padrões em um grande volume de documentos.

Os dados que serão utilizados para atingir o objetivo serão divididos em duas partes, primeiro serão analisados documentos oficiais oriundos do banco de dados do Banco Mundial. A análise concertara-se exclusivamente em documentos oficiais relacionados a políticas de mudanças ou desenvolvimento na educação superior. Enquanto na segunda parte, a análise será voltada as declarações e aos planos de ações desenvolvidos durante as Conferências Regionais de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) ocorridas entre 1996 e 2024, estas conferências possuem uma estreita relação com a UNESCO, a qual age a partir do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC), tendo em vista que as recomendações e declarações das CRES servem como base para o trabalho da UNESCO IESALC na região. É importante destacar que a escolha desse marco histórico se dá, primeiramente, pela identificação na literatura da mudança de foco de diversas OIs, que passaram a focar na educação dos países do Sul Global durante a década de 1990. Além disso, a primeira CRES ocorreu em 1996. A esses dados, será aplicado o método da análise de conteúdo quantitativa, onde serão examinadas a frequência e a ocorrência de termos e conceitos relacionados aos atores, objetivos, impactos e políticas educacionais. Além disso, será utilizada uma análise temática, visando identificar os temas centrais presentes nos documentos, categorizando e organizando a informação de forma sistemática para extrair as informações que levarão à resposta da pergunta de pesquisa.

1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo tem como objetivo explorar as teorias e fundamentos que cercam as OIs. Neste sentido, será trabalhada sua teoria, partindo do liberalismo clássico até o período atual conhecido como globalização. Pretende-se com esse marco teórico fundamentar a relação da teoria com a prática. Para isso, na primeira seção, serão abordadas as bases do liberalismo clássico e como essa teoria vê a possibilidade de cooperação no Sistema Internacional (S.I). Para isso, esta seção será dividida em três subseções, onde, na primeira, assim como o título sugere, será discorrida a teoria liberal clássica, partindo na segunda para a teoria da interdependência complexa, uma visão mais atual do liberalismo, se comparada com a clássica, a qual busca compreender as dinâmicas do S.I e explicar o seu funcionamento a partir da teoria. Por fim, serão apresentados dois autores que tratam sobre a cooperação e a anarquia no S.I, no intuito de demonstrar o funcionamento da teoria na prática.

Na segunda parte deste capítulo, serão apresentados os conceitos teóricos relacionados aos regimes internacionais e às OIs. A análise teórica tem como propósito evidenciar as distinções entre esses dois conceitos. Será explorado o que caracteriza os regimes e de que maneira eles se diferenciam das OIs, buscando uma compreensão mais aprofundada de seu funcionamento. Além disso, serão abordadas questões como a estrutura das OIs e seu impacto no Sistema Internacional.

Ao final desta seção, será incorporada a teoria do dilema do prisioneiro. Essa teoria será essencial para ilustrar, de maneira racional, as ações dos países em determinadas situações, destacando a relevância das OIs como facilitadoras da cooperação nesse intrincado tabuleiro que é o S.I.

A terceira parte do primeiro capítulo, recai sobre a análise da globalização, conceito amplo e que possui diversas definições. Assim como será visto, nessa seção, tal conceito será aludido de maneira que vá de encontro com a proposta dessa pesquisa, ou seja, será dissertado a sua relação com as OIs, assim como sua relação com as políticas neoliberais.

As políticas neoliberais serão retratadas na quarta parte, a partir da citação de autores que abordavam a esse tema na perspectiva da educação, servirá de base para analisar a estas políticas sobre a perspectiva das R.I. Esta penúltima parte terá como finalidade fundamentar a

hipótese dessa pesquisa e, através desses autores, partir para uma análise sobre a perspectiva das R.I. Na última parte, uma recapitulação de todos os tópicos discutidos até o momento.

1.1 AS BASES DO LIBERALISMO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ao serem exploradas as diversas teorias políticas das Relações Internacionais, três correntes destacam-se como base da disciplina: o realismo, o liberalismo e o marxismo. O realismo destaca a balança de poder, a anarquia no S.I e a autoajuda, princípios que orientam as decisões dos Estados. Por sua vez, o liberalismo aborda questões internas que influenciam o comportamento dos Estados no cenário internacional, como a difusão de regimes democráticos e acordos comerciais para reduzir conflitos. Por fim, o marxismo, focalizando desigualdades, concentra-se em aspectos econômicos e materialistas-históricos (PECEQUILO, 2016).

O liberalismo surge como uma tentativa de conciliar essas duas abordagens distintas. Enquanto o realismo adota a competição e o marxismo destaca estruturas sociais e econômicas como forças motrizes da mudança, o liberalismo se posiciona no meio do caminho. Reconhecendo a importância de instituições democráticas e da economia de mercado, o liberalismo defende simultaneamente direitos individuais e uma ordem internacional cooperativa, visando assim promover a estabilidade e a liberdade individual (PECEQUILO, 2016).

1.1.1 O LIBERALISMO CLÁSSICO E SUA BASE HISTÓRICA

Nesse subtópico explora-se a base clássica do liberalismo, de maneira a deixar claras questões que balizam a proposta de pesquisa desse trabalho.

O principal representante do Liberalismo político é John Locke. Tendo como ponto de partida esse autor, destaca-se que, para ele, a vida, a liberdade e a propriedade, seja ela a posse de bens ou mesmo a propriedade de seu corpo, são direitos irrefragáveis, ou seja, são bens naturais, dados por Deus em comum a todos os homens, e que não podem ser negados ou violados pelo Estado, estes são conhecidos como direitos naturais. Além disso, Locke aponta que uma das principais características humanas é a racionalidade, que permite o estabelecimento de pactos dentro das sociedades. Nesse sentido, a fim de garantir esses direitos naturais e dotados desta racionalidade, os homens estabelecem um contrato social que tem como característica a submissão do indivíduo a um corpo político, que possui leis e o uso exclusivo

da força: o Estado, ao qual a sociedade irá confiar a garantia e a manutenção de seus direitos naturais. Para Locke, “o contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza” (MELLO, 2001, p. 86).

Diferentemente da tradição aristotélica, a concepção de contrato social de Locke pressupõe que o indivíduo antecede a existência da sociedade e, por conseguinte, do Estado. Segundo o autor, antes do estabelecimento desse contrato social, o homem vivia em liberdade e igualdade, em um estado que ele denominou de “estado de natureza” (MELLO, 2001, p. 84).

Esse estado é caracterizado pela total liberdade sobre si e seus bens, regido pela razão. Nesse contexto, não é permitido violar a liberdade do próximo ou daquele que esteja em sua posse, e a vida é considerada um bem maior que deve ser preservado, exceto em situações que exijam o contrário. Um aspecto interessante desse estado de natureza é a ausência de hierarquia entre os indivíduos. Como mencionado anteriormente, todos são iguais entre si, permitindo que qualquer um (ao contrário do que ocorre após o pacto social) puna aqueles que não respeitem as leis da natureza (LOCKE, 1994). Entretanto,

Tendo Deus feito do homem uma criatura tal que, segundo seu julgamento, não era bom para ele ficar sozinho, submeteu-o a fortes obrigações de necessidade, comodidade e inclinação para levá-lo a viver em sociedade, assim como o dotou de entendimento e linguagem para mantê-la e desfrutá-la (LOCKE, 1994, p. 128).

Sendo assim, o Estado surge como um mecanismo para regulamentar a sociedade e, inclusive, como um ator que possui seus próprios direitos. Este, constituído por um corpo político que tem a obrigação de promover o bem-estar de sua nação, buscará garantir sua vontade e seus interesses no S.I (PECEQUILO, 2016).

Ainda tratando de John Locke, o poder federativo é um dos três poderes principais que compõem o Estado, ao lado do poder legislativo e do poder executivo (LOCKE, 1994). Neste trabalho, explorar-se-á mais detalhadamente o conceito de poder federativo, visto que ele está diretamente relacionado ao parágrafo anterior no que se refere à condução das R.I. Segundo Locke, o poder federativo é responsável por uma série de atribuições, incluindo a capacidade de declarar guerra e paz, formar alianças e tratados, e conduzir todas as relações com outras nações e comunidades que estejam fora da esfera civil do Estado. Em outras palavras, o poder federativo é incumbido de estabelecer e manter relações com outros países, o que engloba negociações de tratados, acordos comerciais, alianças militares e outras formas de diplomacia no S.I (LOCKE, 1994).

As ideias de Locke sobre o poder federativo influenciaram o desenvolvimento de governos em todo o mundo. Isso ressalta a importância de considerar que, embora tenha abordado questões relacionadas às relações internacionais, Locke o fez utilizando terminologia específica de sua época.

Assim como visto, Locke (1994) vê o poder federativo como o responsável pela condução das relações internacionais, todavia, ressalta-se que esse S.I é caracterizado pela ausência de um órgão regulador, ou seja, encontra-se em uma condição anárquica. Entretanto, assim como exposto anteriormente, partindo do pressuposto que o Estado seria um corpo formado a partir do indivíduo, esse por consequência seria racional e iria agir de maneira justa e ponderada, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo.

Pela visão liberal, a racionalidade humana acaba permitindo inclusive que os Estados, por serem conduzidos pelas ações humanas, ajam da mesma maneira em relação a outros Estados, ou seja, passam a agir estabelecendo pactos e confiando seus direitos a outras entidades internacionais a fim de evitar conflitos, tendo em vista que “a guerra será um empecilho a realização das capacidades econômicas e políticas individuais” (PECEQUILO, 2017, p. 139).

A ideia central, aqui, é a de que as sociedades bem-ordenadas tendem a ser autorreguladas, ou seja, são capazes de corrigir por meio de instituições e processos inerentes a sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem sua existência e reprodução. Os liberais acreditam que a razão humana pode formular princípios filosóficos, morais e políticos que façam com que as instituições de uma sociedade atuem sempre no sentido do equilíbrio e da autorregulação (NOGUEIRA e MESSARI, 2021, p. 60).

Dessa forma, ao estabelecer normas de convivência entre os países, acredita-se que a paz e a cooperação serão resultados desse processo.

Além disso, considerando que regimes democráticos tendem a ser menos conflituosos devido à participação popular na tomada de decisões, a teoria liberal sustenta que quanto mais países aderirem a esse modelo de regime, maiores serão as chances de interações pacíficas entre eles e, por consequência, menores serão as probabilidades de conflitos (PECEQUILO, 2017).

Isso ocorre uma vez que “[...] atores domésticos (indivíduos e grupos) buscam influenciar a política externa de seus estados, moldando assim os resultados na política internacional de maneira que melhor corresponda aos seus interesses e objetivos”¹ (SPINDLER, 2013, p. 163 – livre tradução).

¹ No original: [...] *domestic actors (individuals and groups) aim to influence the foreign policy of their states and so shape outcomes in international politics in a way that best matches their interests and goals.*

Concluindo, assim como exposto por Nogueira e Messari (2021, p. 65), “sociedades democráticas buscariam resolver suas diferenças mútuas pacificamente por meio do direito internacional, porque reconheceriam uma nas outras o mesmo compromisso com regras e instituições que reduzem a possibilidade de uma agressão armada”.

Adentrando à questão da promoção da paz por meio da instauração de regimes democráticos, o filósofo alemão Immanuel Kant desempenha um papel fundamental. Ele argumenta que repúblicas democráticas são menos propensas a entrar em guerra umas com as outras, uma vez que os cidadãos, responsáveis pelas decisões de guerra, geralmente evitariam conflitos desnecessários (KANT, 2020).

Além disso, Kant propõe que três condições, se atendidas, levariam à paz perpétua. Primeiramente, os Estados devem adotar o sistema de república democrática, como já mencionado e explicado anteriormente. Segundo, eles devem respeitar os direitos cosmopolitas², que transcendem as fronteiras nacionais e são estendidos a todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade ou afiliação política. Por fim, é necessário estabelecer uma federação de Estados, a qual seria responsável por manter a paz protegendo os Estados membros contra agressões externas (KANT, 2020).

Sendo assim, esta seção teve como objetivo expor as premissas da teoria liberal clássica, buscando apontar que a cooperação sempre foi considerada um elemento essencial para a paz no S.I. Dessa forma, conforme destacado por Nogueira e Messari (2021, p. 72), “tal cooperação seria mais eficaz na medida em que fosse minimamente institucionalizada, ou seja, baseada em regras e procedimentos que orientassem a conduta dos Estados”. Surge, portanto, a necessidade da criação de mecanismos de diálogo no S.I, aspecto que será abordado no próximo item, conforme forem sendo explicados os conceitos-chave para o entendimento da proposta de pesquisa desse trabalho.

Ademais, a citação a seguir contextualiza bem o envolvimento da teoria liberal com as OIs, demonstrando assim a importância do tema abordado até o momento:

A tradição liberal é o fundamento de propostas que envolvem papel das organizações e do direito internacionais para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional. Como há uma relação inerente razão e paz, há um enfoque nos mecanismos que potencializam o uso da razão como o direito, a arbitragem, a negociação e a administração coletiva dos conflitos (HERZ e HOFFMANN, 2004, p. 52).

² Cosmopolitismo: termo originado na Grécia antiga, entre os filósofos estoicos que rejeitavam a distinção entre gregos e bárbaros e afirmavam ser membros de uma única humanidade e cidadãos do mundo. Na filosofia política, o termo refere-se à ideia de que a humanidade faz parte de uma mesma comunidade moral cujo valor supera o das comunidades nacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2021, p. 67)

Ao usar a teoria liberal como lente de análise, é possível compreender os fatores que, de acordo com a teoria, justificam a posterior criação das OIs, as quais contribuem para a governança global, tema que será debatido em tópico posterior, fortalecendo a cooperação entre estados e promovendo soluções pacíficas para os conflitos. A análise deste tema a partir dessa perspectiva é necessária para a compreensão das dinâmicas atuais das R.I e da relação das OIs com a hipótese debatida neste trabalho, onde, através dessas organizações, são legitimadas políticas educacionais com interesses contrários ao pleno desenvolvimento dos países do Sul global, em específico, o Brasil.

1.1.2 DESVENDANDO A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Antes de adentrar à teoria da Interdependência Complexa, é necessário contextualizar duas teorias que conversam entre si, mas divergem em certos pontos. A teoria da interdependência é frequentemente associada tanto à tradição liberal quanto à teoria neoinstitucionalista nas R.I. Essas duas perspectivas compartilham uma ênfase na cooperação, nas instituições internacionais e na interação complexa entre atores estatais e não estatais. A divergência em questão está no ponto de que na perspectiva liberal, a interdependência é vista como um meio pelo qual os Estados podem buscar interesses comuns e evitar conflitos por meio da cooperação econômica e da integração política. A ênfase recai nas dinâmicas de mercado, na difusão de regimes democráticos e em instituições internacionais que facilitam a cooperação (SPINDLER, 2013).

Na abordagem neoinstitucionalista, por sua vez, a interdependência é muitas vezes considerada como parte de um sistema mais amplo de normas e instituições que moldam o comportamento dos Estados. Essa perspectiva destaca o papel das instituições na mitigação dos efeitos negativos da anarquia internacional, promovendo a cooperação e facilitando a resolução de problemas. Portanto, a interdependência é um conceito que pode ser incorporado tanto na teoria liberal quanto na neoinstitucionalista, dependendo de como é enquadrada e enfatizada em um contexto específico (SPINDLER, 2013).

Esse adendo é importante, pois, de acordo com a teoria liberal, as estruturas mais relevantes para compreender os resultados na política internacional não são dominadas pela anarquia. Em vez disso, a teoria ressalta que as estruturas mais cruciais são as domésticas, especialmente as do Estado e da sociedade, onde, conforme visto, há a presença de um órgão

regulador. Esse ponto contrasta com a teoria da interdependência, a qual destaca a anarquia como uma característica estrutural sistêmica. Tal afirmação enfatiza a divergência sobre quais elementos estruturais são mais significativos na compreensão da política internacional (SPINDLER, 2013).

Dando continuidade ao que foi proposto, é necessário abordar a teoria da Interdependência Complexa a fim de caracterizá-la e mostrar seu impacto no S.I, especialmente no que diz respeito às Organizações Internacionais e aos Regimes Internacionais. Isso se torna relevante, uma vez que esses elementos influenciam as relações de interdependência entre os Estados. Tais arranjos têm como objetivo principal a redução dos custos dessa interdependência e servem como mecanismos facilitadores nas relações entre os Estados. Sendo assim, é de suma importância considerar a grande quantidade de atores estatais e não estatais envolvidos nessa rede complexa de ações e reações (KEOHANE e NYE, 1987).

A teoria da Interdependência Complexa é caracterizada como atores não estatais, como empresas multinacionais, organizações não governamentais e movimentos sociais, desempenham um papel significativo nas relações internacionais. Em seu livro *Transnational Relations and World Politics*, Keohane e Nye (1972) analisam como esses atores influenciam as decisões políticas e econômicas em nível global, desafiando a visão tradicional de que os Estados são os únicos atores relevantes na arena internacional. A obra destaca a crescente interconexão e interdependência entre atores transnacionais e os Estados, onde a interdependência econômica internacional afeta diretamente a autonomia dos Estados (KEOHANE e NYE, 1972). Antes de explorar os fundamentos da Interdependência Complexa, é importante ressaltar que a obra mencionada foi revisada em 1987, após a invasão do Afeganistão pela União Soviética. Nesse novo artigo, assim como na obra subsequente de 2011, Keohane e Nye destacam que o Estado, embora não seja mais o único ator no Sistema Internacional, continua sendo o mais importante agente nesse sistema (KEOHANE e NYE, 1987, 2011). Ainda de acordo com Keohane e Nye (2011), a Interdependência Complexa possui três características centrais, as quais são essenciais para compreender a dinâmica desse novo fenômeno.

Primeiramente, a presença de diversos canais de comunicação, onde o contato não se limita aos atores estatais, caracteriza este cenário. Aqui, diversos atores estão envolvidos nessa rede de contatos, sejam eles formais, os quais ocorrem entre entidades estatais, ou informais, entre membros de diferentes organizações, empresas ou atores não estatais (KEOHANE e NYE, 2011). Destaca-se nesse papel de canal de comunicação, as OIs, as quais desempenham “um

papel significativo como arena de negociação e como mecanismo de estímulo à cooperação” (NOGUEIRA e MESSARI, 2021, p. 84).

A segunda característica notável é a ampliação da agenda dos Estados, a qual passa a abranger diversas questões que não seguem uma hierarquia clara ou consistente. Isso significa a ausência de uma agenda coesa baseada em questões tradicionais, como segurança. Ou seja, observa-se a integração de políticas domésticas com políticas internacionais, dessa forma, como mencionado no início deste parágrafo, essa interconexão evidencia a quebra da hierarquia entre as políticas, resultando no fim das políticas limitadas às próprias fronteiras (KEOHANE e NYE, 2011).

Torna-se cada vez mais difícil distinguir entre um espaço e outro à medida que as interconexões se multiplicam e atravessam as fronteiras dos Estados nacionais. Os diferentes atores podem estar atuando simultaneamente dentro e fora dos países, gerando processos transnacionais difíceis de classificar de acordo com a divisão interno/externo (NOGUEIRA e MESSARI, 2021, p. 85).

Por fim, como terceira característica, conforme afirmam Keohane e Nye (2011, p. 21 – livre tradução), “a força militar não é usada pelos governos contra outros governos dentro do região, ou sobre as questões em pauta, quando prevalece uma interdependência complexa”³, tal frase indica que, em um contexto de interdependência complexa, os governos optam por não recorrer ao uso de força militar quando lidam uns com os outros dentro da mesma região ou em relação a determinadas questões. A interdependência complexa sugere uma rede intrincada de relações e conexões entre atores internacionais, onde fatores econômicos, políticos e sociais são entrelaçados. Nesse cenário, a resolução de conflitos e desafios é preferencialmente realizada por meio de negociações, acordos e cooperação, evitando o uso direto da força militar.

Sobre este conceito, como afirma Pecequillo (2016, p. 121), “em síntese, a interdependência caracteriza-se por canais múltiplos (relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais) e a ausência de hierarquia entre os temas”, complementando, tal afirmação, a interdependência

deve ser entendida como uma relação entre dois (ou mais) países na qual processos e decisões tomadas em cada um têm efeitos recíprocos, ou seja, atingem de alguma forma suas respectivas economias e sociedades. A interdependência, portanto, é uma via de duas mãos: todos os atores envolvidos são atingidos, em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros governos e pessoas (NOGUEIRA e MESSARI, 2021, p. 82).

³ No original: *Military force is not used by governments toward other governments within the region, or on the issues, when complex interdependence prevails.*

Dessa forma, a Interdependência implica discutir as diferenças entre os atores, onde estes não apenas estão conectados, mas também suas decisões afetarão outros atores de maneiras diversas, influenciadas diretamente pela assimetria de poder. Quem detém mais poder, por consequência, desfrutará de mais benefícios. Em poucas palavras, a Interdependência restringe a capacidade dos governos, proporcionando maiores oportunidades para alguns e limitando a atuação de outros (KEOHANE e NYE, 2011).

Aqui, dois pontos merecem atenção. Primeiro, conforme destacado anteriormente, a teoria liberal sustenta que os Estados devem ser considerados atores racionais, sempre buscando maximizar seus ganhos, mesmo em um cenário de interdependência. Em segundo lugar, é necessário observar que a política deve ser compreendida como um processo de barganha, no qual ocorrem trocas econômicas e políticas para alcançar objetivos específicos. No entanto, o cenário analisado por Keohane e Nye (1972) difere da teoria clássica, na qual apenas os Estados seriam atores com poder de barganha no S.I. Nesse contexto, atores não estatais passam a interagir e interferir nas políticas externas de outros países. Isso dá origem à questão central que reside na complexidade de estabelecer e preservar um padrão de cooperação mutuamente benéfico, enfrentando os esforços conflitantes de governos (e atores não governamentais) que buscam manipular o sistema em prol de seus próprios interesses (KEOHANE e NYE, 1972).

Portanto, buscando uma prevenção de futuros conflitos causados pela interdependência, os neoinstitucionalistas destacam a segurança como uma razão primordial para o surgimento das OIs. Por outro lado, os neoliberais tendem a enfatizar mais a eficiência econômica, a coordenação de políticas e a minimização de conflitos econômicos como fatores-chave para a criação dessas organizações. O ponto em que as duas teorias conversam em comum está no reconhecimento do papel das OIs na promoção da cooperação e da ordem no Sistema Internacional (SPINDLER, 2013).

Entretanto, é necessário destacar que a possibilidade de conflitos não é eliminada; ao contrário, mesmo em um cenário de prevalência da interdependência, as chances de conflito persistem, apenas mudando de forma, como apontam os próprios autores (KEOHANE e NYE, 1972). Reforçando esse ponto, é importante considerar que “países com alto grau de interdependência, em que há interesses opostos, existe a tendência de surgirem conflitos” (LISBOA, 2011, p. 21). Além disso, a busca por maiores benefícios, menores custos ou outros interesses antagônicos pode desencadear disputas entre as partes envolvidas. No entanto, tais litígios podem ser amenizados por meio da negociação ou da redução dos fluxos entre os atores (LISBOA, 2011). Ao discorrer a teoria da Interdependência Complexa, surgem questões

complementares a esta, tais pontos serão discorridos nos parágrafos seguintes, baseando-se na pesquisa de Lisboa (2011), e mostram-se necessários de nota para complementar a compreensão da teoria.

Sendo assim, faz-se necessário distinguir a diferença entre dependência e interdependência. A dependência refere-se a uma situação na qual o Estado perde autonomia em suas ações devido à influência direta e significativa de forças externas, enquanto a interdependência, como mencionado anteriormente, é uma relação de consequências mútuas (LISBOA, 2011).

Além deste conceito, é preciso apontar a diferença entre Interdependência e Interconexão. A diferença pode ser vista na afirmação dos autores, conforme apontado:

[...] interconexão não é o mesmo que interdependência. Os efeitos das transações da interdependência dependerão das restrições e custos associados a ela [...]. Onde as interações não têm custos significativos, há simplesmente interconexão. Esta distinção é vital se nós quisermos compreender a política da interdependência⁴ (NYE e KEOHANE, 1977, p. 9 – livre tradução).

Outro ponto, que merece menção, por estar diretamente relacionado ao aumento das possibilidades de conflitos, devido aos efeitos recíprocos que este causa, é o fluxo que ocorre entre os países sujeitos a Interdependência Complexa. Este fluxo é abordado de maneira abrangente, se relacionando a toda e qualquer ação entre os dois países que ultrapassam seus limites fronteiriços, sejam estes econômicos ou mesmo sociais. É importante ressaltar que a existência desses fluxos é necessária para que haja uma relação de interdependência entre os atores envolvidos (LISBOA, 2011).

Dando continuidade, a interdependência tem como uma de suas características a existência de benefícios entre os atores envolvidos, onde em situações em que se age sozinho, não seria possível obter tal ganho, entretanto, tal relação não se limita a benefícios mútuos, uma vez que essa relação nem sempre é simétrica. Assimetria esta refere-se à disparidade no poder e na capacidade de influência entre os atores interdependentes. Embora a interdependência implique na ideia de que os atores estão ligados por múltiplos canais e são mutuamente afetados, a realidade é que nem todos os atores têm a mesma capacidade de controlar ou influenciar esses canais (LISBOA, 2011).

⁴ No original: [...] *interconnectedness is not the same as interdependence. The effects of transactions on interdependence will depend on the constraints, or costs, associated with them [...]. Where interactions do not have significant costly effects, there is simply interconnectedness. The distinction is vital if we are to understand the politics of interdependence.*

O parágrafo supracitado vai de encontro com dois pontos chave da teoria, sendo estes, a sensibilidade e a vulnerabilidade, os quais ajudam a explicar como os atores percebem e respondem aos desafios e oportunidades decorrentes das interações interdependentes no S.I. Em suma, a sensibilidade refere-se à capacidade dos atores de perceber e reagir a mudanças em seu ambiente interdependente. Quanto mais sensíveis são os atores, mais rapidamente eles percebem as mudanças nas condições externas e mais prontamente se ajustam às novas circunstâncias. Enquanto a vulnerabilidade, trata da exposição dos atores a riscos e desafios decorrentes da Interdependência (LISBOA, 2011).

Por fim, conforme discutido, a assimetria de poder entre países influencia diretamente os resultados das negociações internacionais, a ponto que

A assimetria na distribuição das fontes de poder, juntamente com os demais fatores políticos, econômicos, culturais e ideológicos que influenciam uma negociação, determinam as condições finais da negociação, gerando – em condições de interdependência – dependência de ambas as partes. Além disto, estabelecem a distribuição dos custos e benefícios decorrentes da relação estabelecida, que na maioria dos casos apresenta um quadro assimétrico (LISBOA, 2011, p. 26).

Esta citação é importante para corroborar a hipótese de que, mesmo quando a balança pende para o lado mais poderoso em uma negociação, países politicamente mais fracos acabam se submetendo às OIs na tentativa de diminuir essa assimetria. No entanto, observa-se que, a partir dessas OIs, diversas políticas educacionais acabam sendo legitimadas por esses organismos, mesmo que tenham sido criadas com outras finalidades que não a educação.

1.1.3 ANARQUIA E A COOPERAÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Antes de adentrar ao papel das OIs, tema de suma importância para a compreensão deste trabalho, é importante investigar mais a fundo a anarquia no S.I e de que maneira a cooperação é possível em um cenário onde não há transparência de informações ou reais intenções por parte dos Estados. Para isso, este último subtópico abordará as obras dos autores Kenneth A. Oye, *Cooperation under anarchy* (1985), Hedley Bull, *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics* (2012), e o livro de James N. Rosenau e Ernst-Otto Czempiel, *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial* (2000), escritos que contribuirão significativamente para o desenvolvimento desse capítulo.

A cooperação em um contexto onde a anarquia é pressuposta e analisada por Oye (1985), o qual argumenta que os Estados são orientados por uma “racionalidade estratégica”⁵ (OYE, 1985, p. 39 – livre tradução). Isso implica na busca por oportunidades de interação entre os atores envolvidos, onde ganhos de curto prazo são sacrificados em prol de ganhos a longo prazo. Além disso, quando um Estado opta por uma determinada ação, não significa necessariamente que o resultado imediato seja o mais desejável; essa ação pode estar direcionada para alcançar outro objetivo (OYE, 1985).

Outro ponto que merece atenção é um ponto crítico relacionado às metáforas nas ciências sociais, levantado pelo autor, especialmente quando aplicadas ao S.I. Essas metáforas são frequentemente usadas para explicar fenômenos complexos, mas às vezes podem ser empregadas de maneira excessiva. Um exemplo citado por Oye é o estado de natureza hobbesiano, frequentemente utilizado para exemplificar o dilema de segurança entre os Estados (OYE, 1985).

No entanto, o autor argumenta que ao considerar essa analogia como a única capaz de explicar o funcionamento do S.I, se corre o risco de negligenciar questões importantes. Por exemplo, a cooperação entre Estados ocorre de maneira descentralizada, o que vai contra a ideia de um Estado soberano hobbesiano. Essa cooperação em um regime de anarquia é possível quando os Estados perseguem objetivos específicos (OYE, 1985), assim como será visto a seguir.

Em sua visão mais crítica, Oye demonstra que se deve considerar que as metáforas são ferramentas úteis para simplificar conceitos complexos e torná-los mais acessíveis. No entanto, é importante usá-las com cautela e considerar suas limitações, especialmente quando aplicadas a contextos tão multifacetados como as R.I. A análise crítica proposta pelo autor levanta essa indagação em relação a essas metáforas, sugerindo então, a exploração de outras abordagens para compreender o funcionamento do S.I, tal como a teoria dos jogos, tema que será debatido posteriormente (OYE, 1985). Dando continuidade, Hedley Bull (2012) argumenta que todas as sociedades compartilham objetivos gerais e estabelecem arranjos para promovê-los. Três desses objetivos são particularmente destacados. Em primeiro lugar, todas as sociedades buscam assegurar a proteção da vida contra a violência que possa levar à morte ou causar danos físicos. Em segundo lugar, todas as sociedades buscam garantir que as promessas sejam cumpridas e que os acordos ajustados sejam implementados. Em terceiro lugar, Bull destaca a posse como

⁵ No original: *strategic rationality*.

um último objetivo, já que todas as sociedades buscam assegurar que a posse de bens seja relativamente estável, sem estar sujeita a desafios constantes (BULL, 2012).

Um exemplo que elucida o primeiro objetivo pode ser visto no contexto da Guerra Fria, mesmo em um cenário de conflito iminente as negociações entre os países envolvidos não cessaram, um dos objetivos que pode ser apontado nessas negociações foi a tentativa de evitar uma escala maior de um conflito. Tal fato pode ser visto durante as tratativas sobre o uso de armas nucleares. Esta afirmação vai de encontro com o primeiro objetivo, assegurar a proteção da vida, como demonstrado no trecho a seguir: “se as potências nucleares possuíam suas armas com o propósito de sua própria segurança, elas também tinham um interesse em sua própria sobrevivência que poderia ser minado se essas armas fossem usadas inadvertidamente ou de forma descuidada”⁶ (AYSON, 2012, p. 54 – livre tradução).

Em relação a posse de bens, essa pode ser vista, no caso de um Estado como o seu direito a soberania. Na visão de Bull, a soberania nacional é algo que deve ser tido como sagrado e inviolável, ou seja, deve ser respeitado por interferências externas. Contudo, vale ressaltar, que o próprio autor afirma que em certos casos a “[...] ordem ainda prevalecia e superava a justiça”⁷ (AYSON, 2012, p. 144 – livre tradução), ou seja, a intervenção em Estados soberanos, seria legítima se fosse necessária para manter a ordem do S.I.

Ele ainda aborda a natureza do S.I e explora o conceito de anarquia, no qual não há uma autoridade central para impor regras e normas sobre os Estados soberanos, sendo uma característica fundamental desse sistema. O autor argumenta que a anarquia não conduz necessariamente ao caos e ao conflito constante, como alguns autores, por exemplo, Keohane e Nye, sugerem, indicando que “[...] os conflitos internacionais (não) desaparecem quando a interdependência prevalece. Pelo contrário, os conflitos tomam novas formas e podem até aumentar”⁸ (NYE e KEOHANE, 1977, p. 8 – livre tradução) . Bull destaca, em vez disso, a presença de ordem e cooperação dentro da anarquia, visto que os Estados têm a capacidade de cooperar em certas áreas para promover interesses comuns (BULL, 2012). Por isso,

O objetivo daqueles que, em qualquer sociedade, procuram alterar a ordem existente não é chegar a uma sociedade onde inexistam restrições ao recurso à violência, onde não se aceite a regra de que os acordos devam ser cumpridos ou não haja normas que assegurem os direitos da propriedade, mas apenas mudar os termos dessas regras, de

⁶ No original: *If the nuclear powers possessed their weapons for the purposes of their own security, they also had an interest in their own survival which could be undermined if those weapons were used inadvertently or carelessly.*

⁷ No original: *[...] order still preceded and trumped justice.*

⁸ No original: *We are not suggesting international conflict disappears when interdependence prevails. On the contrary, conflict will take new forms, and may even increase.*

tal forma que deixem de servir os interesses especiais dos elementos dominantes (BULL, 2012, p. 67-68).

O autor também aborda os desafios enfrentados na busca pela cooperação, seja pela possível abdicação de parte da autonomia e soberania dos Estados ou mesmo, como já exposto, pela dificuldade em compreender as reais intenções dos outros agentes, partindo do reconhecimento de que o S.I é regido pela anarquia. A partir disso, surge a necessidade de equilibrar a busca pela cooperação com a preservação da soberania dos Estados (BULL, 2012).

Aqui reside um ponto de embate, principalmente para os países do Sul Global. Ao analisar seu contexto histórico, torna-se visível que a soberania sempre foi uma das demandas desses países. Eles buscavam o direito de governar seus Estados da forma que escolhessem. No entanto, o contexto do S.I. passa a requerer uma flexibilização dessas questões. Não é de se surpreender que Bull critique o estado de natureza de Locke; para ele, a soberania é reconhecida apenas pela necessidade dos outros Estados de se prevalecerem deste direito (AYSON, 2012). Levando isso em conta, a cooperação não deve resultar em uma perda excessiva de autonomia nacional, e os Estados devem encontrar formas de colaborar que respeitem sua soberania. Para tal, surge o papel das OIs na facilitação da cooperação, essas, como será explorado em item subsequente, podem fornecer estruturas e regras que ajudam a reduzir a incerteza e a aumentar a previsibilidade nas interações entre Estados.

Bull assinala que “a disposição para usar a força era central para o funcionamento de várias instituições dessa sociedade internacional”⁹ (AYSON, 2012, p. 99 – livre tradução). Essa observação ressalta a importância da gestão do uso da força no contexto do direito internacional. Em um sistema internacional anárquico, a cooperação entre Estados soberanos torna-se possível por meio da busca por esse equilíbrio (BULL, 2012).

Ainda que:

[...] a guerra ainda pode ser um instrumento em alguns casos limitados, ao direito internacional, onde o direito relativo ao uso da força é primordial, à diplomacia, onde as questões de poder e a gestão da violência são redolentes, e às grandes potências, cujos meios militares são um ingrediente crucial para o seu estatuto privilegiado e estabilizador na hierarquia internacional¹⁰ (AYSON, 2012, p. 165 – livre tradução).

⁹ No original: *The willingness to use force was central to the working of several of the institutions of this international society.*

¹⁰ No original: *[...] war could still be an instrument in some limited cases, to international law, where the law regarding the use of force was paramount, to diplomacy, where questions of power and the management of violence were redolent, and to the great powers, whose military wherewithal was a crucial ingredient in their privileged and stabilising status in the international hierarchy.*

Por fim, Bull destaca que, embora as OIs tenham um papel importante na cooperação, elas não são uma solução definitiva para os problemas da sociedade internacional tal como a paz mundial, “[...] mas ele analisa cuidadosamente a suposição de que elas poderiam fazê-lo facilmente a partir da possibilidade de uma opinião unificada ou genuinamente mundial que reflita uma harmonia de interesses”¹¹ (AYSON, 2012, p. 27 – livre tradução). Bull ressalta ainda que as OIs não podem substituir completamente o sistema de Estados soberanos e que a ordem mundial ainda é, em última instância, uma sociedade anárquica (BULL, 2012). Os pontos chave que justificaram trazer a obra de Rosenau e Czempiel (2000) são os dois conceitos trabalhados já no início da obra: governo e governança. A análise dos autores aponta que na ausência de uma autoridade central de governo global, várias formas de governança se desenvolvem, envolvendo tanto atores estatais quanto não estatais. Governança essa que deve ser entendida como a ausência de autoridade central única, o que resulta em uma coordenação flexível entre diferentes partes interessadas. Conforme afirmam os autores, “*governança* refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências” (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000, p. 15). Ou seja, a governança é descentralizada e caracterizada pela multiplicidade de atores e pela interação complexa entre eles, utilizando mecanismos informais para atingir os objetivos propostos nessa interação.

Ressalta-se que “*governança* não é o mesmo que *governo*” (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000, p. 15). Governo é caracterizado por ser uma autoridade hierárquica centralizada, comumente associada ao que conhecemos hoje como Estado-nação. O conceito de governo implica em estruturas de poder claramente definidas, com autoridade central para criar e impor leis, políticas e regulamentações. O Estado possui o uso da força, utilizando-a em últimos casos para que seus objetivos, tanto no meio doméstico quanto no S.I, sejam atingidos. Nas palavras dos autores “*governo* sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas” (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000, p. 15).

Em resumo, enquanto o governo refere-se à autoridade centralizada, muitas vezes associada ao Estado, a governança amplia essa perspectiva, reconhecendo a diversidade de atores envolvidos na tomada de decisões e na implementação de políticas em um contexto

¹¹ No original: *but he carefully dissects the assumption that they might easily do so out of the possibility of a unified or genuinely world opinion which reflects a harmony of interests.*

global cada vez mais interconectado e interdependente. Vale ressaltar, no entanto, que, ao contrário de um governo, cujo reconhecimento persiste independente de seu poder político, a governança demanda a aceitação, pelo menos, da maioria ou dos atores mais poderosos para funcionar. Sem essa aceitação, não há governança, apenas a anarquia prevalece (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000). Seguindo essa linha de raciocínio, governança pode ser explicada como

[...] um sistema democrático de leis e instituições sociais, de tal maneira que são as regras e instituições que vão garantir a livre opinião, o sufrágio universal e a igualdade perante a lei. O progresso está, portanto, ligado à governança, ou seja, à regulação estabelecida por mecanismos de consenso democrático, traduzida em instrumentos normativos capazes de assegurar a concórdia e a paz (GONÇALVES, 2011, p. 42).

Complementando o conceito abordado pelos autores supracitados, Keohane e Nye (2000, p. 12), afirmam que

Por governança, entendemos os processos e instituições, tanto formais quanto informais, que orientam e restringem as atividades coletivas de um grupo. O governo é o subconjunto que age com autoridade e cria obrigações formais. A governança não precisa necessariamente ser conduzida exclusivamente por governos e pelas organizações internacionais às quais delegam autoridade. Empresas privadas, associações de empresas, organizações não governamentais (ONGs) e associações de ONGs todas participam dela, muitas vezes em associação com entidades governamentais, para criar governança; às vezes, sem autoridade governamental.

O conceito de governança sem governo, discutido neste contexto, enfatiza a complexidade e a descentralização na abordagem de questões globais. O tema destaca a relevância de compreender a natureza fragmentada e descentralizada da governança global, analisando como diversos atores, que vão além dos Estados, desempenham papéis significativos na formulação e implementação de políticas relacionadas a questões que ultrapassam as fronteiras nacionais (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000).

1.2 REGIMES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITO TEÓRICO

A importância de abordar os conceitos supracitados vai de encontro com os próximos temas que serão debatidos, já que a governança implica no surgimento e aceitação de princípios, normas, regras e procedimentos. Esses elementos estabelecem padrões aceitáveis de comportamento público, seguidos de maneira consistente, resultando em regularidades comportamentais. Essas regularidades contribuem para a construção de instituições ou regimes internacionais, com o propósito de solucionar dilemas por meio da cooperação. Portanto, a noção de governança implica na criação de mecanismos, ou seja, regras que podem contribuir

para a resolução de conflitos e fomentar a cooperação entre diversos atores (KEOHANE e NYE, 2000). Diversos são os mecanismos utilizados para esse fim. No entanto, neste trabalho, será concentrada a atenção aos regimes e as OIs. Portanto, nos próximos subtópicos, abordar-se-á a distinção entre eles, uma vez que apresentam diferenças. Além disso, serão exploradas como as formas de cooperação estabelecidas pelos regimes podem culminar na criação de OIs, sendo estas últimas resultados diretos dos regimes.

1.2.1 REGIMES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES

Regimes, conforme definido por Krasner (2012, p. 94) “podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitas ou explícitas e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno da qual convergem às expectativas dos atores”. Ainda de acordo com o autor, os princípios, normas e regras podem ser elucidados da seguinte maneira:

Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricções específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (KRASNER, 2012, p. 94)

Seguindo essa linha de pensamento, Ruggie afirma que os regimes podem ser explicados como “conjuntos de expectativas mútuas, regras geralmente aceitas, regulamentos e planos, de acordo com os quais energias organizacionais e compromissos financeiros são alocados” (RUGGIE, 1975, p. 569).

A importância de ter abordado a questão da governança está alinhada com a afirmação de Keohane e Nye (2011, p. 16), os quais definem os regimes como “arranjos de governança que afetam relacionamentos de interdependência”. Em resumo, a conexão entre a noção de governança e os regimes discutidos aqui é que a governança implica no estabelecimento de regimes ou OIs, ou seja, resulta na formulação de conjuntos de regras destinados a facilitar a resolução de conflitos e incentivar a cooperação entre diversos atores.

A governança desempenha um papel fundamental no funcionamento eficaz dos regimes internacionais, pois sua eficácia depende do respeito e engajamento de todos os atores nas atividades destinadas a alcançar interesses comuns. Em outras palavras, a participação e o cumprimento das disposições são fundamentais para assegurar a eficácia dos regimes internacionais. A ideia aqui é que a governança, a qual envolve princípios, normas e processos,

é necessária para a garantia de que as disposições dos regimes sejam respeitadas, promovendo assim a eficácia dos desses (KEOHANE, 2016).

Ou seja, na medida em que governança diz respeito à busca de solução de problemas comuns, os regimes seriam uma das possibilidades de promover a governança. Pode-se então sustentar que todos os regimes internacionais representam ações ou sistemas de governança, mas nem todas essas ações ou sistemas se resumem a regimes (GONÇALVES, 2011, p. 43).

Os regimes, os quais se resumem a normas e regras, “adquirem legitimidade por dois processos: o procedimento que leva a sua criação [...] e seu tema substantivo. Determinados temas, [...] passam a compor a cultura internacional, sendo tratados com base em valores disseminados” (HERZ e HOFFMANN, 2004, p. 24).

Ademais, os regimes internacionais são conjuntos de regras e acordos que orientam a interação entre os Estados em uma área específica, podendo dar origem a OIs, assim como já mencionado. As OIs diferencem dos regimes por serem organizações formais com estruturas definidas. Sendo assim, os regimes podem existir dentro ou fora das instituições, e as instituições muitas vezes desempenham papéis na promoção e manutenção dos regimes (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Um último adendo é necessário para esclarecer a distinção entre governança e regimes, uma vez que, embora semelhantes, eles diferem em suas características. Em resumo: “Governança é a totalidade das maneiras pelas quais são administrados os problemas comuns. Regimes internacionais seriam, portanto, uma das maneiras possíveis de promover a governança global” (GONÇALVES, 2011, p. 43).

A importância de enfatizar essa diferença reside em que os regimes são considerados os meios, enquanto a governança é vista como a causa. Além disso, como observado, destaca-se que os regimes são mecanismos criados para resolver um ou mais problemas específicos, ou seja, possuem um objetivo a ser alcançado. Em contraste, a governança relaciona-se à ordem global, não se restringindo a apenas uma ou mais áreas, a governança está em uma esfera superior aos regimes. Esta afirmação fundamenta-se na seguinte sentença: “o modo como entendemos a governança nesse livro tem a ver com a ordem global, não limitada a uma esfera singular” (ROSENAU e CZEMPIEL, 2000, p. 21).

Para concluir, na década de 1990, a discordância entre estudiosos da área levou à substituição do termo regime pelo termo instituição na maior parte da literatura de R.I. Observa-se que instituições internacionais, embora possuam diversos usos, são amplamente consideradas “como conjuntos de regras destinadas a governar o comportamento

internacional”¹² (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 328 - livre tradução). Para esse trabalho serão utilizados tanto os termos regimes quanto instituições, uma vez que, assim como mencionado no início desse parágrafo, não há consenso entre os autores sobre seu uso.

1.2.2 ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E IMPACTO GLOBAL DAS OIS

Antes de explorar as OIs, é essencial compreender a distinção entre Organizações e Instituições, pois, embora semelhantes, apresentam certas características distintas, como será discutido a seguir.

Dando continuidade, North (1990) explora o conceito de instituições, que são consideradas como as regras fundamentais em uma sociedade. Em outras palavras, são as restrições humanamente criadas para regular a interação dentro desse contexto institucional. Essas instituições desempenham um papel crucial na estruturação e facilitação das relações de troca, abrangendo aspectos políticos, sociais e econômicos. De acordo com o autor, qualquer alteração nesse mecanismo tem impactos significativos na configuração das sociedades (NORTH, 1990).

As instituições podem ser criadas ou simplesmente evoluir ao longo do tempo e institucionalizarem-se a partir disso, ou seja, as instituições podem se desenvolver organicamente e serem moldadas pela prática e pela experiência ao longo do tempo, sem a necessidade de mudanças legislativas formais (NORTH, 1990).

Essas instituições regulam a interação humana, determinando o que é permitido e o que não é, buscando harmonia e igualdade entre todas as partes. Qualquer desvio dessas regras resulta em consequências, e, para evitar tais desvios, “uma parte essencial do funcionamento das instituições é a onerosidade de determinar violações e a severidade das punições”¹³ (NORTH, 1990, p. 4 – livre tradução).

Complementando, Keohane define instituições como “[...] conjuntos persistentes e conectados de regras (formais e informais) que prescrevem papéis comportamentais, restringem atividades e moldam expectativas”¹⁴ (1989, p. 3 – livre tradução). Além disso, o autor faz pouca distinção entre regimes e instituições. Como mencionado anteriormente, devido à discordância

¹² No original: *as sets of rules meant to govern international behavior.*

¹³ No original: *an essential part of the functioning of institutions is the costliness of ascertaining violations and the severity of punishment.*

¹⁴ No original: *[...] persistent and connected sets of rules (formal and informal) that prescribe behavioral roles, constrain activity, and shape expectations.*

quanto ao termo regimes, para Keohane, os regimes são instituições que se baseiam em princípios que orientam as relações entre os Estados (KEOHANE, 1989). Da mesma forma que as instituições, as organizações fornecem uma estrutura para a interação humana. No entanto, diferenciam-se das instituições por serem estruturas mais complexas, compostas por entidades políticas, educacionais ou qualquer organismo cujo objetivo seja resolver dilemas específicos. As organizações surgem como estruturas governamentais a partir do contexto institucional.

As organizações são criadas com intenção deliberada em decorrência do conjunto de oportunidades resultante das restrições existentes (tanto institucionais quanto as tradicionais da teoria econômica) e, no decorrer das tentativas de alcançar seus objetivos, tornam-se agentes significativos de mudança institucional¹⁵ (NORTH, 1990, p. 5 – livre tradução).

Uma vez esclarecida as diferenças entre Instituições e Organizações, será dado o enfoque as OIs, buscando explorar sua estruturação e importância para a relação entre os países no S.I. Prosseguindo, então:

Organizações internacionais formais são instituições propositivas com regras explícitas, atribuições específicas de papéis a indivíduos e grupos, e capacidade de ação. Ao contrário dos regimes internacionais, as organizações internacionais podem se envolver em atividades dirigidas a objetivos, como levantar e gastar dinheiro, promulgar políticas e fazer escolhas discricionárias¹⁶ (KEOHANE, 2016, p. 176 – livre tradução).

As OIs surgem quando Estados, cientes da presença de interesses compartilhados, se unem para definir uma área de atuação conjunta, sendo a soberania uma característica central dessas organizações. Conforme define Seitenfus (2013) as OIs podem ser descritas como uniões voluntárias de Estados, formando uma entidade por meio de tratados, com a finalidade de buscar interesses comuns mediante uma cooperação constante entre seus membros.

As instituições seriam eficazes na medida em que permitissem aos Estados evitar tentações de renegar a curto prazo, obtendo assim os benefícios mútuos disponíveis. Em particular, as instituições poderiam ajudar a concentrar as expectativas numa solução cooperativa, reduzir os custos de transação e proporcionar um maior grau de transparência¹⁷ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 331– livre tradução).

¹⁵ No original: *Organizations are created with purposive intent in consequence of the opportunity set resulting from the existing set of constraints (institutional ones as well as the traditional ones of economic theory) and in the course of attempts to accomplish their objectives are a major agent of institutional change.*

¹⁶ No original: *Formal international organizations are purposive institutions with explicit rules, specific assignments of roles to individuals and groups, and the capacity for action. Unlike international regimes, international organizations can engage in goal-directed activities such as raising and spending money, promulgating policies, and making discretionary choices.*

¹⁷ No original: *Institutions would be effective to the degree that they allowed states to avoid short-term temptations to renege, thus realizing available mutual benefits. In particular, institutions could help to focus expectations on a cooperative solution, reduce transaction costs, and provide a greater degree of transparency.*

Dito isso, em resumo, as OIs se caracterizam por serem associações que implicam em privilégios, mas também em custos. Outro ponto que merece a atenção é que “embora um Estado possa decidir unilateralmente seguir um conjunto de regras [...] um Estado não pode normalmente decidir unilateralmente aderir a uma OI; eles têm que ser admitidos”¹⁸ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 329 – livre tradução). Além da existência de interesses em comum, é importante destacar outros fatores necessários para o desenvolvimento das OIs, como a presença de Estados soberanos, uma interação significativa entre eles e o reconhecimento dos problemas decorrentes de sua coexistência, bem como a necessidade de instituições e métodos sistemáticos para regular suas relações (HERZ e HOFFMANN, 2004). Nesse contexto, os estados frequentemente se engajam na construção de organizações como um meio de facilitar a realização de resultados coletivamente desejáveis, buscando assim promover a cooperação, que poderia não ser possível na sua ausência, e assim atender aos interesses compartilhados entre os diferentes atores internacionais (MARTIN e SIMMONS, 2013), além do mais conforme observado por Seitenfus (2022), as OIs têm como objetivo assegurar a eficaz implementação dos tratados internacionais celebrados pelos Estados.

Como observado, essa soberania depende do reconhecimento por parte de outros Estados. Uma vez reconhecida como uma entidade soberana, a organização adquire certos direitos e responsabilidades, resultando na definição de papéis bem específicos para essa instituição (KEOHANE, 2016).

Direitos e responsabilidades que podem ser exemplificados pelo estabelecimento de ambientes nos quais os Estados-Membros não apenas conduzem negociações, mas também têm a capacidade de implementar as deliberações. Além disso, outro direito que pode ser mencionado é a capacidade das OIs de exercer pressão sobre os atores, se necessário, por meio de políticas, sanções e, em último caso, força militar, para garantir o cumprimento das decisões acordadas nesse órgão (KEOHANE, 2016). Dito de outra forma “parte de sua lógica é que as organizações internacionais são um fórum para a combinação credível de questões de forma a tornar os acordos ‘efetivos’”¹⁹ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 336 – livre tradução).

Dessa forma, após o reconhecimento de sua soberania e legitimidade por outros Estados, as OIs podem passar a desempenhar um papel de autoridade e, conseqüentemente, poder, no

¹⁸ No original: *While a state may unilaterally decide to follow a set of rules [...] a state cannot typically unilaterally decide to join an IO; they have to be admitted.*

¹⁹ No original: *Part of her logic is that international organizations are a forum for the credible bundling of issues in a way that makes deals “stick”.*

S.I, na medida em que produzirem resultados, por meio da criação de normas e leis comuns aos países membros ou mesmo pela atuação direta em países membros, como mencionado (KEOHANE, 2016).

O papel de autoridade que as OIs passam a desempenhar em certas situações pode ser observado quando um determinado Estado tem seu comportamento restrito pelo que foi previamente acordado. Nesse sentido, alguns estudiosos afirmam que os Estados podem ter sua essência alterada pela interação contínua com uma ou mais dessas organizações, isso pode ser visto na difusão e implementação de agendas e objetivos específicos originários de determinadas OIs (MARTIN e SIMMONS, 2013).Entretanto, vale mencionar que as OIs não são soberanas da mesma forma que os Estados. A soberania é uma característica fundamental dos Estados, implicando a capacidade exclusiva de exercer autoridade sobre seu território, população, governo e assuntos internos. Ao contrário, as OIs, assim como supracitado, são entidades criadas por Estados e operam com base em tratados e acordos internacionais as quais as fundamentam (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Em outras palavras, a soberania das OIs é limitada e delegada pelos Estados membros que as estabelecem. Portanto, enquanto as OIs têm alguma forma de autoridade e agência, essa autoridade é derivada da soberania dos Estados membros e está sujeita às limitações estabelecidas pelos tratados que as criaram. A soberania aqui mencionada, se refere a autonomia desta, frente aos Estados-Membros em agir de maneira que o seu objetivo fundacional, seja atingido (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Por isso, pode ser dizer que as OIs são apenas atores secundários no S.I, uma vez que ao contrário dos Estados, elas dependem do reconhecimento e da necessidade destes para sua existência. Dessa forma, elas são criadas pela vontade dos Estados e dependem deles para seu pleno funcionamento e autonomia. Além disso, “seus eventuais poderes foram obtidos por delegação e eles somente podem ser exercidos quando imprescindíveis à consecução dos objetivos estabelecidos no tratado constitutivo” (SEITENFUS, 2013, p. 94).

Um dos fatores que diferencia as OIs dos regimes propriamente ditos, está no fato de que as OIs possuem um aparato burocrático sólido e definido, garantindo assim, maior legitimidade a este órgão e maior garantia de que todos os atores irão respeitar estas normas e regras. Além disso, as OIs possuem uma estrutura física e orçamentos próprios, empregando diversos servidores em todo o mundo e constituindo, desse modo, um extenso sistema de governança global. Como destacado anteriormente, as OIs caracterizam-se pela soberania, tornando-as simultaneamente “atores centrais do sistema internacional, fóruns onde ideias

circulam, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e mecanismos de cooperação entre Estados e outros atores” (HERZ e HOFFMANN, 2004, p. 23).

As OIs possuem duas fontes de poder, sendo estas: a aceitação e reconhecimento por parte dos Estados-Membros de que a autoridade dessa organização é baseada em leis e procedimentos racionais, conferindo-lhe validade, apoio e a soberania. E a capacidade dessa de gerenciar e regular o acesso, a produção e a disseminação de informações e conhecimentos técnicos, tendo em vista que a sua principal função será agir como um ator capaz de fornecer mecanismos para a cooperação entre os países membros (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Diversos são os modelos e propósitos das OIs, entretanto, estas seguem um padrão quanto as princípios básicos. Por isso, Seitenfus (2022) propôs uma classificação abrangente para as OIs, dividindo-as em quatro tipologias. Primeiramente, a classificação se baseia na natureza de seus objetivos, ações e resultados. Além disso, Seitenfus considera as funções distintas que cada organização apresenta, examina os poderes e a estrutura de decisões envolvidos e, por fim, analisa a composição das mesmas.

Sobre sua natureza, as OIs são categorizadas em dois propósitos distintos. A primeira categoria engloba as OIs com objetivos políticos, cuja origem está na resolução de conflitos entre Estados-Membros. A segunda categoria compreende aquelas que surgem com o intuito de facilitar a cooperação técnica entre os Estados-Membros (SEITENFUS, 2022).

Em relação à natureza política, as OIs com este objetivo concentram-se na garantia da paz e sua manutenção. Elas exercem influência sobre questões vitais em suas nações integrantes, agindo de maneira preventiva ou reparatória. Sua atuação é fundamentalmente caracterizada pelo desempenho em ações políticas-democráticas. Enquanto as com cunho técnico, atuam unicamente em áreas específicas e descartam a interferência em assuntos de natureza política (SEITENFUS, 2022).

Sobre as funções distintas que cada organização apresenta, estas são divididas em quatro categorias distintas (SEITENFUS, 2022):

- a) aquelas que buscam aproximar as posições dos membros;
- b) organizações que buscam estabelecer regulamentos relacionados ao comportamento;
- c) organizações operacionais, envolvidas em situações de crise, como catástrofes naturais ou conflitos;

- d) organizações de gestão, que prestam serviços aos países-membros, em questões como a cooperação financeira e o desenvolvimento.

Quanto às regras de tomada de decisão, podemos distinguir dois tipos de procedimentos nas organizações: votação por unanimidade e consenso, e votação por maioria. A votação por maioria pode ser subdividida em quantitativa (um membro, um voto), qualitativa (atribuição de pesos diferentes aos votos dos membros) ou uma combinação de ambos (SEITENFUS, 2022).

Em relação à composição das OIs, estas podem ser a partir de critérios geográficos (proximidade); a partir de interesses em comum, não se limitando a questões geográficas e há também aquelas de alcance universal, onde não há restrição de aproximação geográfica e possuem diversas funções (SEITENFUS, 2022).

Uma vez explorados os modelos e propósitos das OIs, será abordado um ponto fundamental para a compreensão delas e sua relação com a proposta de pesquisa deste trabalho: a ideologia das OIs e o poder exercido pelos Estados mais fortes. Nesse contexto, para esses Estados, as OIs passam a desempenhar um papel como instrumentos de política externa, nos quais a legitimidade de suas decisões é conferida pelo coletivo.

Tanto o surgimento da organização internacional quanto a sua evolução e a eficácia de suas iniciativas decorrem de uma equação de forças. A presença da OI somente institucionaliza essas relações e tende a não colocar em xeque o poder exercido pelos Estados mais fortes. Nesse sentido, as OI formalizam e concedem legitimidade a uma *hegemonia consensual*. Não se deve, contudo, confundir a existência das OI com uma ampla e objetiva eficácia (SEITENFUS, 2013, p. 100).

Como discutido anteriormente, o poder exercido pelos Estados mais fortes não é anulado ao lidar com uma Organização Internacional. Para esses Estados, as OIs funcionam predominantemente como instrumentos de legitimação de suas políticas externas. Os Estados podem ser categorizados em dois grupos distintos: os desenvolvidos, também conhecidos como Estados fortes, e os países em desenvolvimento, que, ao contrário dos primeiros, as OIs representam um meio de sobrevivência. Para esses países, suas demandas e necessidades podem ser atendidas a partir desse mecanismo, mesmo em um mundo marcado pela divisão de poder (SEITENFUS, 2013; SEITENFUS, 2022).

Completando o parágrafo anterior, há estudos que sugerem que Estados mais poderosos, cooptam a cooperação de Estados menores, utilizando das OIs como instrumento para esse fim, principalmente as instituições financeiras tais como o Banco Mundial que dependem dos aportes por parte desses países detentores de mais capital. Enfatiza-se ainda que “vários novos

estudos documentam até que ponto os empréstimos concedidos por instituições financeiras internacionais refletem os interesses geopolíticos das grandes potências”²⁰ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 329 – livre tradução). Há ainda casos, em que as burocracias que compõem as OIs, acabam por permitir tamanha independência por parte de seus Estados membros que alguns autores consideram que estas, possuem, em parte, poderes soberanos (MARTIN e SIMMONS, 2013).

A afirmação supracitada corrobora a hipótese deste trabalho, que se relaciona com a influência das OIs mencionada pelos autores. Essa influência se estende também ao campo educacional, onde as políticas promovidas por essas organizações, muitas vezes, expressam as agendas de interesses destas referidas potências, como no caso dos empréstimos condicionados a reformas educacionais específicas. Essa dinâmica revela como, apesar de seu papel teórico em promover cooperação e governança global, as OIs podem acabar favorecendo interesses que não estão alinhados com o pleno desenvolvimento dos países do Sul global, ao legitimar políticas educacionais que podem não ser as mais adequadas para o contexto local.

Portanto, a capacidade de atuação das OIs está intrinsecamente ligada às ideologias dos Estados-membros, sendo essa hierarquia estabelecida pela soma de forças entre países que compartilham a mesma visão ideológica. No contexto das OIs, ao longo dos anos, foram identificadas cinco trajetórias ideológicas distintas no S.I. A primeira fase caracteriza-se pelo período em que o funcionalismo predominava como a ideologia principal, onde resumidamente, acreditava-se que as OIs deveriam servir à sociedade, sem a intervenção ou influência direta dos Estados (SEITENFUS, 2022).

A segunda fase foi conhecida pela crença do desenvolvimentismo, onde a paz e o desenvolvimento estariam interligados e o papel das OIs foi uma abordagem ou conjunto de políticas, que buscavam promover o desenvolvimento econômico e social em países em desenvolvimento. O terceiro período foi embasado pela teoria do transnacionalismo, onde em suma, neste momento destacava-se a interconexão e a interdependência entre diferentes partes do mundo, reconhecendo que muitos desafios contemporâneos não podem ser efetivamente abordados apenas em nível nacional; por isso, diversos países passaram a permitir a instalação de empresas transnacionais em seus solos, afim de não ser preciso importar estes produtos. Para as OIs esse período enfatizou a necessidade de uma abordagem global e colaborativa para

²⁰ No original: *Several new studies document the extent to which lending by international financial institutions reflect the geopolitical interests of the major powers.*

resolver problemas e promover o bem-estar em um mundo interconectado, além de garantir o desenvolvimento pleno de todos os países (SEITENFUS, 2013).

A quarta fase ideológica ficou conhecida como globalismo, marcada por uma visão mais elitista e menos favorável ao desenvolvimento de países em desenvolvimento. Os pontos chave dessa fase foram rejeitados pelos países do Sul Global e incluíam o controle populacional e o abandono de políticas de desenvolvimento consideradas insustentáveis a longo prazo do ponto de vista ecológico. O globalismo concentrava-se na promoção da ideia de que questões como mudanças climáticas, pobreza e segurança deveriam ser abordadas de maneira colaborativa por países e OIs. Por fim, a última e atual fase é conhecida como globalização, conceito que será abordado posteriormente, mas que em poucas palavras, significa a diminuição do poder dos Estados, e por consequência das OIs, devido ao fortalecimento de empresas transnacionais que passaram a ser atores significativos no S.I (SEITENFUS, 2013).

1.2.3 DILEMA DO PRISIONEIRO: OIS E COOPERAÇÃO

Até este ponto, foram revisados conceitos teóricos que abordaram desde a base teórica até a estrutura organizacional das OIs. Entretanto, a teoria difere da prática, uma vez que, mesmo com tantas organizações, regimes e afins, a guerra persiste no S.I. Neste último subtópico, será apresentada a teoria dos jogos, especificamente o Dilema do prisioneiro, para ilustrar na prática a importância das OIs na cooperação, no cumprimento de acordos e, principalmente, na circulação de informações.

O Dilema do prisioneiro é um problema clássico em teoria dos jogos que ilustra uma situação na qual dois jogadores racionais podem não agir de maneira ótima, mesmo quando isso seria do melhor interesse de ambos (HERZ e HOFFMANN, 2004).

A situação imaginária envolve dois prisioneiros, A e B, que são capturados pela polícia, mas não há evidências suficientes para uma condenação. Os prisioneiros são mantidos em celas separadas, e não têm comunicação entre si. O promotor oferece a cada prisioneiro um acordo:

- a) Se ambos permanecerem em silêncio (cooperarem), ambos receberão uma sentença leve (por exemplo, 1 ano de prisão);
- b) Se um trair o outro (não cooperar), aquele que trair receberá uma sentença ainda mais leve (por exemplo, ser libertado), enquanto o traído receberá uma sentença mais pesada (por exemplo, 3 anos de prisão);

- c) Se ambos traírem, ambos receberão uma sentença moderadamente pesada (por exemplo, 2 anos de prisão).

A questão central é que, em um cenário puramente racional, cada prisioneiro tem o incentivo individual de trair para obter uma sentença mais leve, independentemente da escolha do outro. No entanto, se ambos agirem dessa forma, ambos acabarão com uma sentença mais pesada do que se ambos cooperassem.

O dilema surge da tensão entre o interesse próprio e o interesse conjunto. Embora seja do interesse coletivo cooperar, a lógica do interesse próprio muitas vezes leva os jogadores a escolher a traição, resultando em um resultado pior para ambos. O Dilema do Prisioneiro é usado para analisar situações em que a cooperação mútua seria benéfica, mas os incentivos individuais muitas vezes levam a resultados não ideais.

Entretanto, conforme afirmam os neoliberais institucionais, a repetição desse jogo inúmeras vezes, teria como resultado final a cooperação, tendo em vista que este seria o melhor resultado possível para ambos. Por isso, a importância das OIs, tendo em vista que estas surgem com o objetivo de solucionar um dilema em específico e detêm as informações necessárias para essa solução, a longo prazo (repetição desse jogo), a cooperação seria um resultado a ser alcançado (HERZ e HOFFMANN, 2004).

A hipótese mais frequentemente testada é que as OIs promovem ativamente (e as IIs passivamente) informações mais credíveis e imparciais sobre o comportamento dos atores do que estariam disponíveis na ausência delas, tornando possível superar as falhas de mercado que impedem a cooperação²¹ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 338 – livre tradução).

Contudo, vale observar que as visões sobre a eficácia das OIs e a capacidade de resolver dilemas variam entre as abordagens teóricas. Alguns críticos argumentam que as OIs podem enfrentar desafios significativos na promoção da cooperação devido a interesses nacionais divergentes, poder desigual entre os Estados membros e outros fatores. Essas perspectivas adicionam complexidade ao entendimento do papel das OIs na dinâmica internacional.

²¹ No original: *The hypothesis most often tested is that IOs actively (and IIs passively) promote more credible, unbiased information on the behavior of actors than would be available in their absence, making it possible to overcome market failures that impede cooperation.*

Ressalta-se ainda que o objetivo desta teoria, assim como de qualquer outra, “[...] não se trata de reproduzir a realidade, mas sim de aumentar nossa compreensão dos processos fundamentais ao simplificá-la”²² (OYE, 1985, p. 28 – livre tradução).

Por meio da aplicação da teoria dos jogos, busca-se uma compreensão mais aprofundada do comportamento dos Estados dentro de um regime internacional. O objetivo é explorar como as OIs influenciam a cooperação global, fornecendo parâmetros para antecipar e analisar o comportamento no âmbito do regime. Além disso, examina-se a evolução intrínseca do próprio regime (OYE, 1985).

Como mencionado anteriormente, a teoria dos jogos, especialmente o Dilema do Prisioneiro, abordado neste subtópico, busca fornecer uma explicação robusta para situações específicas. Oye (1985) destaca que a teoria dos jogos é um campo de análise abrangente, capaz de oferecer diversas abordagens inovadoras. Conforme mencionado pelo autor, “a teoria dos jogos, enquanto teoria da política internacional, tem uma riqueza que a torna passível de uma aplicação empírica tão ampla”²³ (OYE, 1985, p. 56 – livre tradução).

Assim como discutido até aqui, são diversos os interesses e necessidades de cada país, tornando as OIs mecanismos com propósitos distintos, dependendo de qual país as utiliza ou mesmo do período temporal que está sendo analisado. No entanto, espera-se que essa teoria tenha sido uma boa maneira de expor o complexo tabuleiro que é o S.I e, de certa forma, buscar ajudar a entender as jogadas feitas por cada jogador, tendo em vista principalmente que, conforme apontado por Oye (1985), a aplicação da teoria dos jogos pode contribuir para uma melhor compreensão e atualização do entendimento sobre política internacional. Tendo em vista que essa abordagem analítica, fundamentada em evidências, desempenha um papel importantíssimo nesse processo.

1.3 GLOBALIZAÇÃO: INTEGRAÇÃO GLOBAL E A NOVA ORDEM NEOLIBERAL

Globalização refere-se a um processo atual que desafia algo que, por muito tempo, foi considerado um dos maiores desafios do Estado: o controle e organização do espaço geográfico. Esse embate torna-se evidente ao analisarmos os processos de globalização, nos quais é possível

²² No original: *[...] is not to reproduce reality, but to increase our understanding of fundamental processes by simplifying it.*

²³ No original: *Game theory as a theory of international politics has a richness that makes it amenable to such broad empirical application.*

identificar a progressiva emancipação das restrições locais por parte de grandes empresas, as quais frequentemente operam em condições extraterritoriais. O termo globalização é de difícil definição; no entanto, é a expressão do momento. Para alguns estudiosos, esse é o caminho para o progresso; para outros, é o caminho para a nossa miséria. O que há em comum em ambas as perspectivas é que esse processo é atual e afeta a todos nós da mesma maneira (BAUMAN, 1999).

A globalização é um processo complexo e multifacetado que implica a crescente interconexão e interdependência entre países, sociedades e culturas em escala global. Esse fenômeno abrange diversas dimensões, como as esferas econômica, política, cultural e social. É importante ressaltar que a globalização tem impactos significativos nas economias, nas sociedades e nas políticas em todo o mundo. No entanto, as opiniões sobre seus efeitos são diversas, e há debates em torno da questão de se ela contribui para o desenvolvimento ou para desigualdades globais. Nas próximas páginas, concentrar-se-á em explorar esse conceito, enfatizando o que significa a globalização e sua relação com as organizações internacionais., além de discutir de que forma esses aspectos se relacionam com a hipótese deste trabalho.

1.3.1 O CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO

O conceito de globalização é multifacetado e abrange uma ampla gama de significados. Como demonstrado na citação a seguir, diferentes visões e definições sobre a globalização refletem a complexidade deste fenômeno em questão:

Existem diferentes visões e definições a respeito da globalização. Alguns analistas a consideram simplesmente como um fenômeno econômico que se reporta quase que exclusivamente à integração de mercados financeiros e comerciais. Outros procuram dar mais atenção aos aspectos relativos à dimensão de comunicação do fenômeno ou então a dimensões culturais, tecnológicas, migratórias ou ecológicas para afiançarem a existência de um processo de interdependência mundial (AGGIO e COELHO, 2004, p. 22).

Como mencionado, a globalização pode ser compreendida como a intensificação das relações além das fronteiras, abrangendo aspectos econômicos, como o capital transnacional, e sociais, como a migração em massa de pessoas. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2012, p. 111) “[...] não existe globalização sem localização”. Isso implica que, ao se analisar a globalização, é necessário considerar quem está falando e de onde se está falando. O autor afirma ainda que “a globalização não se entende sem se conhecerem as forças de poder que a movem” (SANTOS, 2012, p. 112).

Não resta dúvida de que a globalização é um fenômeno de escala mundial, onde a interligação e a interdependência entre os Estados são notórias. Além disso, a desterritorialização²⁴ e a ampla variedade de elementos que caracterizam esse processo são aspectos destacados em seu estudo. O conceito de globalização abarca, acima de tudo, a expansão de atividades sociais, políticas e econômicas para além das fronteiras, permitindo que eventos, decisões e ações em uma região do mundo impactem indivíduos e atividades em outras partes do globo. Esse fenômeno também se caracteriza como um processo que condiciona cada vez mais as políticas econômicas nacionais à esfera mega econômica, fortalecendo as relações de interdependência, dominação e dependência entre atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios governos que buscam implementar estratégias no mercado global (CAMPOS e CANAVEZES, 2007).

Em uma perspectiva mais abrangente, a globalização pode ser compreendida como um fenômeno social que reduz as limitações geográficas sobre os processos sociais e culturais, levando os indivíduos a uma consciência crescente dessa redução ou seja, as fronteiras tornam-se fluidas (CAMPOS e CANAVEZES, 2007).

Como já demonstrado, a globalização é um conceito amplo e complexo; o qual é possível abordá-la sob quatro perspectivas distintas (PRADO, 2009):

- a) A análise da globalização como um período histórico;
- b) A compreensão da globalização como um fenômeno sociológico;
- c) A interpretação desse fenômeno como a hegemonia dos valores liberais;
- d) O estudo da globalização enquanto fenômeno socioeconômico.

No intuito de reforçar o argumento a ser desenvolvido neste trabalho e contribuir para a discussão das OIs, optar-se-á por deixar de lado o aspecto sociológico e econômico desse fenômeno, concentrando os esforços no esclarecimento deste sob a ótica histórica e na análise dos valores liberais.

²⁴ Desterritorialização, segundo Haesbaert (2003), refere-se ao processo pelo qual as fronteiras e identidades territoriais se tornam menos fixas e mais fluidas devido à globalização e outros fatores. Isso não implica a eliminação literal do território, mas sim, de acordo com o autor, uma reconfiguração de suas funções e significados de maneira político-socioeconômica.

1.3.2 O PROCESSO HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO

Sobre a globalização, não há consenso quanto à sua origem. Para alguns, ela remonta às primeiras sociedades, onde as relações comerciais transpassavam fronteiras, sendo, nesse sentido, a manifestação de um traço social humano (COSTA, 2023). Outros afirmam que a globalização esteve presente desde o início do capitalismo, essencialmente após o fim do feudalismo e o início do período mercantilista (IANNI, 1998). Há, ainda, autores que vinculam a origem desse fenômeno à Revolução Industrial inglesa, em paralelo aos ideais nascidos na Revolução Francesa (CAMPOS e CANAVEZES, 2007). Por outro lado, a aqueles que definem a globalização como a característica principal do ciclo histórico em que a sociedade se encontra, após a queda do Muro de Berlim ocorrido em 1989 e o desaparecimento da União Soviética em 1991 (PRADO, 2009). Entretanto, é importante ressaltar que existem diferentes interpretações sobre o início da globalização, e estes são apenas algumas delas.

O importante é que mesmo que a globalização tenha raízes em tempos remotos, não se pode negar que a globalização contemporânea representa um fenômeno novo e distinto dos períodos anteriores. Isso se deve a questão de que a globalização atual envolve novos ideais e exerce um impacto na sociedade de maneira diferente do que foi evidenciado anteriormente.

No essencial, pode dizer-se que o termo Globalização se tornou recorrente quando se assistiu à passagem de uma internacionalização de certas instituições econômicas de raiz nacional, ou seja, ancoradas em determinados Estados-Nação, para um processo mais generalizado de integração econômica à escala mundial (CAMPOS e CANAVEZES, 2007, p. 18).

Para esse trabalho, será analisada a globalização contemporânea a partir da década de 1980 com ênfase nas mudanças ocorridas nesse período, especialmente no âmbito das OIs, que passaram a ver a educação como um problema a ser resolvido nos países do Sul Global além da universalização dos princípios político-econômicos de orientação neoliberal. Conforme será discutido ao longo deste trabalho, a expansão desses valores está diretamente relacionada à ingerência dessas OIs na educação brasileira, questão que será explanada em tópico posterior.

1.3.3 A GLOBALIZAÇÃO E A ASCENSÃO DOS VALORES NEOLIBERAIS

O neoliberalismo é uma abordagem econômica e política que enfatiza a redução da intervenção do Estado na economia e a promoção da livre iniciativa, sendo uma abordagem mais radical se comparada com o liberalismo clássico. Essa teoria busca promover a eficiência

do mercado ao incentivar a competição e a iniciativa privada, acreditando que isso resultará em benefícios econômicos mais amplos. Dentre as características dessa teoria, destacam-se os passos a serem seguidos para o funcionamento pleno do mercado, conforme previsto pela teoria (KLEIN, 2008):

- a) Abolição de qualquer regra e regulamentação que possa interferir na acumulação de lucros;
- b) Transferência de todas as atividades econômicas ou sociais geridas pelo Estado que possam interessar à iniciativa privada, como educação, saúde e transporte;
- c) Eliminação dos programas sociais, resultando em um Estado mínimo;
- d) Fim do salário mínimo;
- e) Impostos, caso ainda existam, devem ser baixos e aplicados a todos da mesma maneira, independentemente de sua classe social;
- f) “As corporações deveriam ser livres para vender seus produtos em qualquer lugar do mundo, e os governos deveriam ser impedidos de proteger as propriedades e as indústrias locais” (KLEIN, 2008, p. 73).

Em suma, a ideia por trás dessa teoria é a de criar um Estado mínimo, onde este iria apenas gerir as regras mas não iria atuar na economia, deixando assim, o mercado se autorregular. Para os neoliberais o Estado é pouco eficiente ou mesmo ineficaz e ao adotar essas medidas, o mercado iria por si só, encontrar o próprio equilíbrio. Em uma utopia idealista, o mercado iria produzir apenas o necessário, impondo um preço que iria de encontro com o salário dos trabalhadores, haveria pleno emprego e a inflação seria nula (KLEIN, 2008). No âmbito da educação, essa visão neoliberal também se reflete na defesa da participação do setor privado como solução para problemas como financiamento e infraestrutura nas universidades. Essa perspectiva leva a recomendações, presentes em alguns documentos, que sugerem, por exemplo, a criação de parcerias público – privadas com instituições de ensino superior, alinhando-se à ideia de um Estado mínimo e de, por consequência, menor auxílio por parte deste a população. A ligação intrínseca entre o neoliberalismo e a globalização é notável ao se considerar a defesa veemente da transnacionalização das forças produtivas. Nesse cenário, a abordagem transcende limites territoriais e fronteiras tradicionais. A ascensão de atores não estatais no S.I é marcada pela busca incessante por lucro e competitividade, desafiando as concepções prévias sobre o papel dos Estados (IANNI, 1998).

Essas transformações redefinem profundamente as estruturas estatais, impactando áreas cruciais da governança. Por exemplo, observa-se uma mudança significativa na dinâmica econômica interna, onde OIs emergem como protagonistas influentes. Além disso, as instituições estatais foram desafiadas a se adaptarem a um ambiente globalizado, onde a lógica do lucro muitas vezes supera os interesses nacionais. Essa evolução nas relações internacionais representa um afastamento notável das premissas do liberalismo clássico. Ao entender essas mudanças, é possível vislumbrar não apenas uma transformação econômica, mas uma reconfiguração abrangente das estruturas de poder e influência nos Estados, moldadas pelas forças do neoliberalismo em um contexto global (IANNI, 1998).

1.3.4 O LABORATÓRIO SOCIAL DA POLÍTICA NEOLIBERAL

O Cone Sul, que inclui Chile, Argentina, Uruguai e partes do Brasil, nos meados da década de 60, foi influenciado pela Escola de Chicago. Este grupo de economistas associados à Universidade de Chicago, é conhecido por suas contribuições às teorias econômicas, notabilizando-se pelo apoio ao liberalismo econômico e à minimização da intervenção estatal. Naquela época buscou-se implementar esses ideais neoliberais na região do Cone Sul. Todavia, assim como a história demonstrou, o paraíso econômico não floresceu. Aliás, muito pelo contrário, estes países passaram a sofrer com altas taxas de inflação e pouco desenvolvimento econômico-social, resultando em um estagnamento do projeto desenvolvimentista que vinha sendo aplicado anteriormente. Ressalta-se ainda que ao contrário do que se esperava, após o período ditatorial estes países passaram novamente por uma reestruturação econômica de cunho neoliberal (KLEIN, 2008).

Assim como mencionado, o neoliberalismo está presente até os dias de hoje, em um contexto de S.I cada vez mais complexo e interconectado. Ressalta-se que nesse cenário onde estruturas de poder transnacional passaram a organizar-se e tornar-se cada vez mais influentes e eficientes, uma vez que o Estado passara a perder seu protagonismo no S.I, algumas organizações se destacaram tornando-se poderosas organizações transnacionais. Dentre estas destacam-se o Banco Mundial (BM) o qual devido à instabilidade vivenciada pelos países do Cone Sul no período pós ditatorial, ao fim dos anos 1980 “[...] passou a intervir diretamente na formulação da política interna e a influenciar a própria legislação dos países. [...] o Banco Mundial passou a exercer amplo controle sobre o conjunto das políticas domésticas” (SOARES, 1998, p. 21), conjuntura que será abordada posteriormente.

O período após a redemocratização nos países do Cone Sul foi marcado por diferentes ciclos econômicos, com períodos de crescimento seguidos por crises que expuseram desafios associados às políticas neoliberais, como desigualdades sociais e vulnerabilidades financeiras. A implementação dessas políticas na região também foi influenciada por mudanças no contexto internacional, incluindo a globalização econômica e o papel de organizações financeiras internacionais, refletindo a ascensão do neoliberalismo como paradigma econômico global (KLEIN, 2008).

1.4 CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE (QUESTÕES METODOLÓGICAS)

Até o momento, foram explorados temas como o liberalismo clássico, o neoliberalismo, questões de governança e anarquia, interdependência complexa, e a atuação de Organizações Internacionais no Sistema Internacional, assim como sua estrutura e funcionamento. Também se abordou a globalização desde seu conceito até seus impactos nos tempos modernos. Esses temas foram cuidadosamente selecionados para aprofundar a relação das OIs com o argumento central desta dissertação. Com isso, é possível construir uma hipótese fundamentada na discussão que a literatura realiza sobre o tema.

A hipótese a ser verificada, assim como vista no início desse trabalho, sugere que as OIs podem estar interferindo nas políticas de educação do Brasil, com o intuito de manter e legitimar formas de dominação do Norte global sobre o Sul global. Especificamente, o Banco Mundial e a UNESCO estão no foco desta análise.

O uso dos termos Norte Global e Sul Global visa superar as conotações negativas e estigmatizantes associadas a expressões mais antigas, como Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos. A ideia subjacente a essa classificação hierárquica é que os países do Norte Global serviriam como modelos para os países do Sul Global em termos de modernidade. Vale ressaltar que essas categorizações anteriores eram vistas como simplificações excessivas que não capturavam adequadamente a diversidade e a complexidade das realidades socioeconômicas globais (BALLESTRIN, 2020).

Além disso, a utilização dos termos Norte e Sul sugere uma abordagem mais relativa e contextualizada, focando nas disparidades e desafios em vez de rotular os países de maneira estática e hierárquica. No entanto, é importante destacar que essa dicotomia não é estritamente geográfica, mas simbólica, representando diferentes níveis de desenvolvimento e influência nas relações internacionais (BALLESTRIN, 2020)

Dando continuidade, o texto trabalha com essa hipótese de dominação por meio da análise de documentos formulados por essas agências, os quais prescreviam ações destinadas a auxiliar o Brasil na resolução de seus problemas socioeconômicos. No entanto, foi observado que muitas das condicionalidades impostas por essas organizações, tanto para a liberação de empréstimos quanto para a prestação de serviços em áreas específicas, continham uma abordagem neoliberal que implicava no esvaziamento das políticas educacionais. Tanto o BM quanto a UNESCO defendiam e disseminavam ideias de um novo mundo que caminhava junto à globalização, ou seja, ao acúmulo transfronteiriço de capital e a implementação do neoliberalismo.

Considerando que a globalização fomenta e favorece um mercado orientado pelo neoliberalismo, o cenário acadêmico transformou-se em uma mercadoria valiosa, especialmente no que diz respeito à aquisição por parte de grandes grupos estrangeiros de instituições de ensino em países do Sul Global. Destaca-se que o principal interesse da maioria dos estudantes é obter o diploma para comprovar sua capacidade e, assim, estar apto ao mercado de trabalho. Não é surpreendente que esse mercado lucrativo atraia a atenção de diversos investidores, sejam eles estrangeiros ou nacionais (ABADIE, 2021).

A problemática da privatização, e da desvalorização do setor público que a ela se articula, aflige não apenas a região da América Latina e do Caribe, mas se insere em um contexto global mais amplo. É possível observar uma crescente presença de lógicas mercantis no campo educativo, tanto no setor privado como também no setor público, fomentando verdadeiras indústrias e negócios que visam fundamentalmente à extração de lucro. Nesse contexto, observa-se a transferência de competências e de recursos públicos a terceiros privados, deslocando o papel do Estado e obstaculizando a garantia da realização do direito (CROSO e MAGALHÃES, 2016, p. 19).

Não é por acaso que a implementação de políticas neoliberais se tornou imperativa nesses países, tanto para a manutenção do *status quo* quanto para a abertura de novos mercados no ramo educacional. As organizações que serão analisadas neste contexto desempenharam um papel fundamental nesse processo.

Seguindo com esse argumento, Soares (1998, p. 15) aponta que

O Banco Mundial exerce profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial. Sua importância hoje deve-se não apenas ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural.

Essas políticas ampliaram a desigualdade social, intensificaram o acúmulo de capital por pequenos grupos de pessoas e empresas privadas, além de serem danosas ao meio ambiente

e incentivarem um desenvolvimento não sustentável ecologicamente e que impediam o países do Sul Global de atingirem as mesmas condições sociais e econômicas que os países do Norte Global (SOARES, 1998).

De acordo com Julia Malanchen, o BM tem incentivado, desde a década de 1990, políticas de redução de gastos em universidades federais e a expansão do setor privado nesse domínio. Ela argumenta que o modelo de universidade existente no Brasil, na visão da organização, demanda altos investimentos e não se adequa às necessidades do país, uma vez que, conforme exposto pela autora, o modelo ideal de formação para os países do Sul Global, seria rápido e com ênfase no mercado de trabalho, descartando a necessidade da pesquisa, resultando no término da produção de novos conhecimentos nesses países (MALANCHEN, 2022).

Ainda conforme a autora, as políticas educacionais promovidas pelo BM visam atender de forma rápida e contínua às demandas do mercado de trabalho, considerando a diversidade de realidades e necessidades em cada nação. Nesse sentido, o investimento em educação com foco no avanço tecnológico global não é indispensável para todos os países, especialmente para aqueles do Sul Global, que precisam de mão de obra voltada para suprir suas demandas locais (MALANCHEN, 2022).

Essa afirmação está em sintonia com o que é preconizado pelo neoliberalismo para os países do Sul Global. Essas nações representavam uma ameaça ao antigo *status quo* e atraíam a atenção de poderosos oponentes devido à possibilidade de encerrar a disponibilidade de mão de obra barata e pouco qualificada. Essa situação resultava em lucros substanciais para os empregadores, ao mesmo tempo que justificava salários baixos para os trabalhadores (KLEIN, 2008).

Salienta-se, ainda, que, conforme observado na era da globalização, as OIs passaram a exercer uma influência significativa nas políticas públicas, minando a autonomia dos Estados no S.I. Esse fenômeno é evidenciado no caso do BM e na imposição de reformas educacionais que serviam como mecanismos de controle, perpetuando o *status quo* em relação aos países dependentes dos auxílios dessa organização.

Corroborando com essa afirmação, Rosana Evangelista da Cruz, em artigo publicado no início do século XXI, apontava que

O atual contexto econômico evidencia uma situação de crise do sistema capitalista, frente ao qual os representantes dos interesses do capital internacional, particularmente o Banco Mundial e o FMI, intervêm na organização política e econômica dos países em desenvolvimento [...]. Os interesses do capital internacional

também permeiam as propostas educacionais propagadas pelo Banco Mundial por meio de acordos intitulados de “cooperação internacional”, mais precisamente empréstimos por meio dos quais o banco impõe modelos de políticas e projetos educacionais e normas e regras que condicionam o processo de implementação das parcerias, instituindo uma lógica que favorece a abertura de mercado e a propagação da ideologia neoliberal (CRUZ, 2003, p. 51).

O BM, como já mencionado, adota uma ideologia neoliberal, na qual o modelo de desenvolvimento proposto e defendido para os países do Sul Global não leva em consideração a estrutura social resultante do capitalismo desenfreado, que contribuiu para o aumento da desigualdade social nesses países. Para esta organização, serviços públicos, como a educação, não deveriam ser de responsabilidade exclusiva do Estado. Segundo essa perspectiva, aqueles que têm condições de pagar deveriam arcar com esses custos, enquanto o Estado deveria intervir na educação e outros serviços públicos apenas para aqueles que não possuem condições financeiras. Em outras palavras, “[..] propõe um serviço social público de baixa qualidade aos pobres e o acesso a um serviço privado de melhor qualidade àqueles que têm condições de pagar” (CRUZ, 2003, p. 65).

A importância de a educação ser responsabilidade do Estado “implica na garantia da universalização, na obrigatoriedade e na gratuidade da educação, sendo o não cumprimento dessa tríade uma violação do direito” (CROSO e MAGALHÃES, 2016, p. 18).

Ao explorar a premissa de que o Estado deveria deixar de suprir as necessidades educacionais de toda a população, independentemente de sua classe social, documentos analisados do BM sugerem que a parceria com o setor privado e organizações não governamentais (ONG’s) seria capaz de preencher essa lacuna deixada pelo Estado em um setor tão essencial para a população. Além disso, propõem que a cobrança de despesas das comunidades locais e o financiamento de crédito para alunos sem capacidade para arcar com os custos do ensino superior seriam a solução para essa retirada do Estado na área do Ensino Superior (CRUZ, 2003).

No que diz respeito à UNESCO, os anos de 1980 e 1990 foram marcados por diversas conferências e encontros que tinham como objetivo discutir a possibilidade de reformas no sistema educacional dos países do Sul Global. Entre esses eventos, destaca-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na Tailândia em 1990, a partir da qual os países começaram a buscar alternativas para resolver seus problemas no âmbito da educação, aceitando a gestão dessa organização para esse fim (MALANCHEN, 2022).

Dentre as diversas propostas para a melhoria da educação, especialmente no nível superior, chama a atenção a defesa do Ensino a Distância (EAD), que possibilitaria um acesso

mais amplo, exigindo menos gastos por parte do Estado e garantindo uma formação mais flexível. A partir disso, a UNESCO passa a defender uma formação que leve o aluno a desenvolver a capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças vividas atualmente no mercado de trabalho. Em outras palavras, a formação passa a ser focada no aprender a aprender, visando uma mão de obra sempre pronta para enfrentar novas mudanças (MALANCHEN, 2022).

Muitos são os problemas associados à educação EAD, por isso é importante destacar algumas questões que não podem ser ignoradas. Em primeiro lugar, o modelo de educação a distância proporciona um alcance maior de alunos com um número reduzido de professores (MALANCHEN, 2022).

No entanto, é importante ressaltar que a metodologia de ensino adotada nesse formato difere da utilizada em uma sala de aula tradicional. A sala de aula convencional não é apenas um espaço para aprendizado; é um ambiente de convívio no qual indivíduos com opiniões diversas compartilham o mesmo espaço. Esse ambiente desempenha um papel essencial no desenvolvimento do senso crítico (MALANCHEN, 2022).

Além disso, ao adotar o modelo EAD, abre-se um novo mercado para a venda de produtos tecnológicos voltados para esse propósito. Esses equipamentos precisarão passar por atualizações constantes para evitar a obsolescência, criando assim condições para o surgimento de um novo campo comercial (MALANCHEN, 2022).

Outro contexto relevante a ser mencionado é a imposição do modelo de avaliação pela UNESCO e de uso semelhante pela OCDE, que busca um método pautado na eficácia e eficiência como princípio norteador da educação. Esses critérios são definidos como:

Enquanto a eficiência é tratada como um conceito econômico relativo ao sistema, como uma prestação de contas referente ao serviço ofertado à sociedade em contrapartida do valor financeiro aplicado; a eficácia tem sido disseminada como um conceito escolar, projetado em seus sujeitos – sobretudo diretores e professores – que devem alcançar as metas de desempenho estabelecidas pelos governos e, ainda, corresponder às novas necessidades da sociedade da informação e do conhecimento, no sentido da formação para o trabalho (SARAIVA e SOUZA, 2020, p. 130).

O problema na imposição desse método avaliativo reside no aspecto em que questões sociais, estruturais e financeiras são desconsideradas. Nesse cenário, a responsabilidade recai integralmente sobre o professor, que deve assegurar o cumprimento desses parâmetros estipulados, os quais serão medidos por meio de avaliações em larga escala (SARAIVA e SOUZA, 2020).

É perceptível que a UNESCO tenha exercido influência nos processos educacionais desde a sua fundação, priorizando o “discurso de qualidade de resultados em detrimento da qualidade de processos de aprendizagem” (SARAIVA e SOUZA, 2020, p. 132). Ou seja, o foco recai no resultado final, independentemente dos meios e da qualidade desse processo.

Dessa forma, é possível apontar que a UNESCO, como uma agência especializada das Nações Unidas, tem a responsabilidade e o mandato para desenvolver e implementar programas que promovam a melhoria da qualidade da educação em escala global. Sua legitimidade deriva do fato de ser uma Organização Internacional reconhecida, composta por países-membros que concordam com seus objetivos e princípios.

Ao focar em iniciativas relacionadas à educação, a UNESCO busca alcançar metas importantes, como a promoção da educação inclusiva, a erradicação do analfabetismo, o desenvolvimento de habilidades relevantes para o século XXI e a promoção de valores culturais e de paz.

A produção de políticas educacionais pela UNESCO é respaldada por uma base legal e moral derivada de acordos e resoluções internacionais, o que fortalece sua autoridade na formulação e implementação dessas políticas. Isso permite que a organização desempenhe um papel significativo no avanço da educação em nível global, influenciando práticas educacionais e promovendo padrões internacionais.

Dando continuidade, ao analisar-se o contexto mais recente, especialmente a agenda educacional para 2030, um fato chama a atenção. Conforme já discutido anteriormente, as OIs exercem significativa influência nas políticas públicas dos Estados, cada uma delas com objetivos específicos, como é o caso da UNESCO, voltada para questões relacionadas à educação. No entanto, contrariando expectativas, nos últimos anos, observou-se um enfraquecimento da influência da UNESCO nas políticas educacionais, ao passo que o BM tem assumido um papel mais proeminente nessa área. Esse fenômeno é intrigante, especialmente considerando que a função primária do BM não está centrada na educação, mas sim na prestação de ajuda financeira a países em desenvolvimento (AKKARI, 2017).

Salienta-se ainda, que, conforme observado por estudiosos e mencionado ao longo desse tópico, “os governos nacionais confrontam-se com o alargamento do campo de ação das organizações internacionais (OIs), cujos questionamentos e preconizações percebem ora como obrigações, ora como recursos indispensáveis para dirigir e administrar os sistemas educativos” (CARVALHO, 2016, p. 670) Esse fenômeno, já identificado e apontado por diversos

estudiosos, coaduna-se com o argumento aqui apresentado de que as OIs, de certa forma, interferem nas políticas educacionais por meio dessas condições supracitadas.

Considerando a análise abordada neste segmento, conjectura-se como hipótese para este estudo que as OIs desempenham um papel significativo na influência e orientação das políticas educacionais do Brasil. Essa influência, presume-se, busca perpetuar e legitimar estruturas de dominação emanadas do Norte global sobre o Sul global.

1.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo analisar a conjuntura teórica acerca das OIs e como estas se relacionam com a hipótese de pesquisa deste trabalho. Foram abordadas questões fundamentais, desde a teoria liberal clássica até a globalização, incluindo a exposição de autores que tratam sobre a influência das OIs na educação, sob uma perspectiva que não pertence às Relações Internacionais.

O intuito de discorrer acerca da teoria liberal foi de demonstrar que para estes autores, o Estado surge como um mecanismo de manutenção e garantia dos direitos fundamentais e que este, por pospor-se ao indivíduo, seria um ator racional e que iria agir no S.I de maneira racional nesse ambiente anárquico, consentindo então, as OIs o papel de mecanismos facilitadores da cooperação entre diversos atores.

A análise da cooperação, considerando a racionalidade dos Estados e a incerteza presente no dilema do prisioneiro, revelou a importância das OIs no S.I como mecanismo que possibilita o compartilhamento das reais intenções de cada Estado e o cumprimento dos acordos estabelecidos. O não cumprimento acarretaria em consequências menos vantajosas do que a cooperação, destacando o papel das OIs na promoção da colaboração internacional. Conforme mencionado anteriormente, devido à dificuldade na definição do termo globalização, este tema foi abordado a partir do período de 1980, marcando o ponto de partida desta pesquisa. O objetivo era demonstrar que, ao contrário de movimentos anteriores, esse novo período de globalização pode ser analisado em paralelo com a ascensão de valores neoliberais.

Discorrendo um pouco mais sobre os valores neoliberais, torna-se evidente a relação intrínseca entre a globalização e o neoliberalismo. Nesse contexto, é possível perceber a transnacionalização da mão de obra, um fenômeno proeminente na análise atual desse processo. Além disso, observa-se o enfraquecimento dos Estados no S.I e uma reconfiguração por parte das OIs no que diz respeito à governança.

Esses valores estão em consonância com a análise de autores que abordam a mesma temática desta pesquisa. A partir desses autores, torna-se evidente o avanço dessas políticas na educação brasileira. Ressalta-se novamente que os autores utilizados para fundamentar a hipótese desta pesquisa são provenientes de áreas distintas das Relações Internacionais, mas convergem com o proposto na pergunta de pesquisa deste trabalho.

A importância de ter apresentado esses elementos teóricos reside no fato de que eles servirão como base para a análise das legislações a ser realizada no terceiro capítulo. Vale ressaltar que essa análise será abordada sob a perspectiva das Relações Internacionais. Portanto, a compreensão adequada dessas teorias é essencial para embasar devidamente a análise proposta.

2 OIS: INTERESSES OCULTOS E ESTRUTURAS GLOBAIS DE PODER

Neste capítulo, como o título sugere, serão aprofundadas as discussões sobre as OIs em relação aos seus interesses ocultos, destacando a manutenção do *status quo* global. Inicialmente, será realizada uma análise acerca da Liga das Nações, organização criada após a Primeira Guerra Mundial com o objetivo de evitar a repetição de tragédias similares. Em seguida, devido à reestruturação do S.I no pós-1945 e à conseqüente Guerra Fria, analisar-se-á a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), buscando demonstrar como essa organização foi criada com o intuito de promover os interesses dos EUA no S.I, partindo do pressuposto (falho) da segurança coletiva. A análise também abrangerá a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e como esta conseguiu desequilibrar a balança de poder, bem como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua atuação no complexo tabuleiro que é o Sistema Internacional.

Em seguida, será focalizado o BM, abordando sua história, estrutura de poder decisório, incluindo reflexões sobre suas transformações, tal como a análise estrutural da organização, os poderes de voto, dando ênfase ao peso dos acionistas no processo decisório, e também será apresentado o papel do presidente na organização. Finalmente, será examinada a UNESCO, uma organização das Nações Unidas criada para promover a cooperação entre os países através da educação, detalhando questões como sua fundação, propósito, composição de países e estrutura organizacional. Também, será apresentado o Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC), uma organização parte da UNESCO que, como o nome sugere, tem como objetivo promover o desenvolvimento da educação superior na América Latina e Caribe, atuando em colaboração com a Conferência Regional de Educação Superior (CRES). Este evento reúne os principais atores da região para discutir os desafios e oportunidades na área, resultando em documentos que servem como guia para o IESALC. E por fim, serão examinadas as Conferências Mundiais de Educação Superior (CMES), realizadas entre 1998 e 2022, buscando trazer uma visão geral de como esse evento dita os rumos da educação superior a partir de sua influência no S.I. Salienta-se ainda que a UNESCO, através da CRES, enquanto o BM através da análise de documentos obtidos no site da instituição, datados entre 1985 e 2023, serão os objetos de estudo do terceiro capítulo.

2.1 INTERESSES NÃO CONFESSÁVEIS DAS OIS: MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO*

Nessa seção, discute-se a operacionalização das OIs, buscando demonstrar, por meio de diferentes OIs em contextos históricos variados, como elas operaram para atingir seus objetivos fundamentais. Para isso, apresentam-se quatro OIs com diferentes funções. O intuito é analisar, com base na teoria apresentada no capítulo anterior, como essas OIs operaram para atingir seus objetivos fundamentais. Elas serão utilizadas como exemplos para demonstrar que, embora não declarado, a lógica que as move é baseada em interesses não confessáveis. Tendo em vista que,

Um príncipe sábio não pode, pois, nem deve manter-se fiel às suas promessas quando, extinta a causa que o levou a fazê-las, o cumprimento delas lhe traz prejuízo. Este preceito não seria bom se os homens fossem todos bons. Como, porém, são maus e, por isso mesmo, faltariam à palavra que acaso nos dessem, nada impede venhamos nós a faltar também à nossa. Razões legítimas para encobrir esta inobservância, tê-las-á sempre o príncipe, e de sobra. Disto se poderiam dar infinitos exemplos modernos para mostrar quantos tratados de paz, quantas promessas se tornaram nulas e sem valor unicamente pela deslealdade dos príncipes (MAQUIAVEL, 2019).

Esta afirmação de Maquiavel, se relaciona ao comportamento dos Estados, que muitas vezes agem de forma pragmática e oportunista para proteger seus interesses, mesmo que isso signifique violar tratados ou promessas anteriores. Por esse motivo, eles se utilizam de certas OIs para atingir seus objetivos sem perder legitimidade no S.I.

Por exemplo, Withold Henisz e outros argumentam que o FMI e o Banco Mundial coagiram indiretamente reformas de mercado específicas, inclinando “a balança de poder em direção ao grupo (ou grupos) que favorece a reforma, fornecendo a esse grupo mais recursos, legitimidade ou argumentos retóricos, e incitando vários grupos a aderirem à coligação pró-reforma”²⁵ (MARTIN e SIMMONS, 2013, p. 337 – livre tradução).

A teoria é uma lente que auxilia na análise do funcionamento das OIs; portanto, será feito o uso delas para demonstrar que a lógica que rege as relações entre os membros de uma OI é a lógica do poder, do interesse e, principalmente, da manutenção do *status quo*.

2.1.1 LIGA DAS NAÇÕES: MECANISMO (UTÓPICO) ANTI-CONFLITO

²⁵ No original: *For example, Withold Henisz and others argue that the IMF and World Bank have indirectly coerced particular market reforms by tilting “the balance of power toward the group (or groups) favoring reform by providing that group with more resources, legitimacy, or rhetorical arguments, and by prompting various groups to join the pro-reform coalition”.*

Ao término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, as grandes potências vitoriosas impuseram à Alemanha um acordo de reparações conhecido como Tratado de Versalhes. O objetivo central desse tratado era enfraquecer a Alemanha, que quase havia conseguido derrotar todos os seus opositores de forma isolada. Além disso, outras questões relevantes precisavam ser solucionadas, tais como “tornar o mundo seguro contra o bolchevismo²⁶ e remapear a Europa” (HOBSBAWM, 1995, p. 40). Por esse motivo, diversos movimentos nacionalistas foram incentivados pelos países vitoriosos, com o propósito de ocupar os territórios que não estavam mais sob o controle da Alemanha ou da Rússia, desde que esses movimentos fossem contrários ao bolchevismo. Acentua-se também a defesa, por parte de Wilson, presidente dos Estados Unidos na época, pela criação de Estados a partir de questões étnico-linguísticas (HOBSBAWM, 1995).

Em suma, “impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (a cláusula da “culpa de guerra”), para mantê-la permanentemente enfraquecida” (HOBSBAWM, 1995, p. 41). Dessa forma pretendia-se controlar o crescimento da Alemanha, visando impedir uma possível retaliação. Enquanto isso, a Rússia, agora parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), se encontrava isolada do Ocidente por meio de um “cinturão de quarentena” (HOBSBAWM, 1995, p. 40), o qual tinha como objetivo conter o avanço do comunismo na região. Solucionado estes impasses, restava as grandes potências a procura por um mecanismo que viesse garantir a paz no S.I e impedir um novo conflito a nível mundial (HOBSBAWM, 1995).

É digno de nota destacar que o fim da Primeira Guerra Mundial só foi viabilizado pela entrada tardia dos Estados Unidos da América (EUA) no conflito. A ascensão dessa nova potência no cenário europeu desmantelou o equilíbrio de poder vigente, conhecido como Concerto Europeu, desencadeando uma reconfiguração geopolítica de proporções épicas (KISSINGER, 1994).

Woodrow Wilson via a prática do *realpolitik*²⁷, política que regia as relações entre os Estados europeus como algo antiético, tendo isso em vista, este propunha uma visão de mundo

²⁶ O bolchevismo foi um movimento revolucionário que ocorreu na Rússia no início do século XX. Esse movimento culminou na Revolução Russa de 1917 e na posterior criação da URSS. Vladimir Lenin, líder desse movimento, fundamentava-se no marxismo e acreditava na tomada do poder pelo proletariado e na abolição da propriedade privada, bem como no controle dos meios de produção pelos proletários (HOBSBAWM, 1995).

²⁷ A Realpolitik é caracterizada por uma abordagem pragmática e racional na tomada de decisões, levando em consideração os custos e benefícios de cada opção. Embora reconheça os interesses egoístas como um fator

de cunho mais estadunidense, abandonando as crenças do velho mundo. Wilson acreditava que nações democráticas iriam buscar maneiras para preservar a paz no S.I e que ao garantir o direito de autodeterminação aos povos, não haveriam mais razões para novos conflitos (KISSINGER, 1994).

Para Wilson, as antigas alianças e os tradicionais equilíbrios militares entre as grandes potências da Europa deveriam ser substituídos por uma nova liga internacional, sob a liderança dos EUA. Esse motivo justificou o fim do isolacionismo norte-americano e a entrada tardia dos EUA na guerra. A intenção era dar fim ao conflito e garantir que os EUA fizessem parte do processo de busca pela retomada da paz. “O presidente desejava transformar o antigo sistema europeu de relações internacionais em uma nova ordem mundial, na qual os Estados Unidos exerceriam liderança hegemônica em uma nova liga de nações”²⁸ (AMBROSIUS, 2006, p. 142 – livre tradução).

Para tal, seria preciso que os EUA adotassem uma nova postura no S.I, adequando-se a uma diplomacia que buscasse mecanismos de cooperação internacional, mas sem sacrificar a tradição norte-americana de tomar decisões de maneira unilateral. Com esse objetivo, Wilson propôs, durante a Conferência de Paz de Paris em 1919, ocorrida logo após o término do conflito, a criação da Liga das Nações (AMBROSIUS, 2006).

Wilson acreditava que a ratificação do acordo por parte dos EUA, da criação da Liga das Nações era essencial para o seu funcionamento, pois, sem a participação deles, a Liga não teria forças e iria falhar, tornando novos conflitos inevitáveis. Por isso, “os Estados Unidos tinham a obrigação moral de ratificar o tratado do qual faziam parte”²⁹ (POWASKI, 2017, p. 79 – livre tradução).

A teoria norteadora da Liga das Nações, foi a teoria da segurança coletiva, esta afirma que os Estados deveriam abdicar do emprego do poder militar em qualquer tentativa de alteração do *status quo*. Quaisquer desacordos ou desavenças que viessem a surgir deveriam ser resolvidas de maneira pacífica. Entretanto, convém salientar que “a segurança coletiva

relevante nas relações internacionais, não os considera como o único determinante do comportamento humano. A Realpolitik busca maximizar os ganhos absolutos para o Estado, ao mesmo tempo em que leva em conta o poder, a segurança e a influência como objetivos estratégicos (DE ALMEIDA, 2008).

²⁸ No original: *the president wanted to transform the old European system of international relations into a new world order, in which the United States would provide hegemonic leadership in a new league of nations.*

²⁹ No original: *the United States had a moral obligation to ratify the treaty to which it was a part.*

permite mudanças no *status quo*, mas essas mudanças devem ocorrer por meio de negociação, e não na ponta de um fuzil”³⁰ (MEARSHEIMER, 1994, p. 28 – livre tradução).

Em um cenário onde não foi possível obter uma solução através do diálogo e isso leva um Estado a atacar outro, a teoria da segurança coletiva afirma que os Estados vítimas dessa agressão não devem focar apenas na proteção de seus interesses imediatos. Em vez disso, precisam levar em conta o bem-estar da comunidade internacional como um todo, agindo de maneira a preservar os interesses mais amplos dessa comunidade. Tal postura evidencia responsabilidade e ajuda a manter a paz e a segurança globais. Dito de outra forma, o Estado agredido deve agir de forma justa e equitativa, sempre buscando o bem comum da comunidade internacional, ou seja, a manutenção da paz no S.I (MEARSHEIMER, 1994).

Um fato interessante defendido por essa teoria que hoje se vê presente em organizações voltadas para a segurança, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a qual será discutida em tópico ulterior é que

[...] os Estados devem acreditar que seu interesse nacional está intrinsecamente ligado ao interesse nacional de outros Estados, de forma que um ataque a qualquer Estado seja considerado um ataque a todos. Assim, quando um destabilizador surge no sistema, todos os Estados responsáveis devem automaticamente e de forma coletiva enfrentar o agressor com poderio militar decisivo³¹ (MEARSHEIMER, 1994, p. 29 – livre tradução).

Uma consideração final sobre a teoria é que um cenário de segurança coletiva só seria possível em um sistema onde todos os Estados confiassem uns nos outros. Vários aspectos podem ser elencados nessa afirmação. Por exemplo, a possibilidade de conflitos seria baixa, tendo em vista que todos saberiam as reais intenções dos outros participantes desse sistema. Dessa forma, seria possível tomar medidas para evitar o emprego de poder bélico, como visto anteriormente. Outro ponto, que corrobora o que foi supracitado, é que em um cenário de confiança mútua, não haveria dúvidas de que, caso um dos membros sofresse uma agressão, todos os demais países agiriam em sua defesa (MEARSHEIMER, 1994).

Por fim, utilizam-se novamente as palavras de Oye (1985) ao lembrar que teorias não são perfeitas; elas buscam simplificar uma realidade que é complexa e multifacetada e, por isso, apresentam certas limitações. A teoria da segurança coletiva, de acordo com Mearsheimer

³⁰ No original: *Collective security allows for changes in the status quo, but those changes must come via negotiation, not at the end of a rifle barrel.*

³¹ No original: *[...] states must believe that their national interest is inextricably bound up with the national interest of other states, so that an attack on any state is considered an attack on every state. Thus, when a troublemaker appears in the system, all of the responsible states must automatically and collectively confront the aggressor with overwhelming military power.*

(1994) é uma teoria incompleta por não explicar alguns aspectos fundamentais para o seu funcionamento. É importante destacar que a teoria não esclarece como os Estados passarão a confiar uns nos outros, considerando que não é possível garantir as reais intenções dos outros membros desse sistema. Não se deve descartar a possibilidade de dificuldade para identificar o agressor em um conflito. Outra questão importante é que a teoria não leva em consideração as diferenças de poder entre os Estados membros, assim como a forma pela qual serão divididos os esforços de guerra necessários para findar a agressão.

Por mais idealista que Woodrow Wilson fosse, as questões supracitadas não passaram despercebidas no Senado estadunidense. Antes de tudo, os pilares fundacionais da Liga iam de encontro com a Doutrina Monroe, a qual tinha como princípio básico a não interferência em conflitos europeus. Além do mais, o Senado temia que “[...] o compromisso universal de impedir agressões envolvesse os Estados Unidos em uma guerra estrangeira atrás da outra. Não confiavam na combinação única de unilateralismo e multilateralismo do presidente”³² (AMBROSIUS, 2006, p. 149 – livre tradução). Está ressalva, se baseava no décimo artigo do pacto da Liga das Nações, o qual previa a defesa dos Estados-membro atacados em caso de agressão externa (POWASKI, 2017).

É interessante apontar que

Embora o Artigo 10 pudesse implicar um compromisso moral universal, ele não impunha nenhuma obrigação legal obrigatória aos membros da Liga de tomarem qualquer ação em uma situação específica para preservar a integridade territorial ou a independência política de outros membros contra agressão externa. Dessa forma, os Estados Unidos teriam total liberdade para decidir se se envolveriam em qualquer crise mundial específica³³ (AMBROSIUS, 2006, p. 151 – livre tradução).

Todavia, como a história demonstra, os EUA optaram por não participar da Liga das Nações. Essa decisão foi resultado de uma complexa combinação de fatores, incluindo o isolacionismo estadunidense defendido pela Doutrina Monroe, a oposição ao décimo artigo, disputas partidárias internas, falta de apoio popular e o contexto histórico da época. Essa decisão teve consequências duradouras para a organização. A ausência dos EUA, uma das principais potências mundiais da época, privou a Liga de recursos, influência e capacidade de ação,

³² No original: [...] its universal commitment to prevent aggression would entangle the United States in one foreign war after another. They did not trust the president's unique combination of unilateralism and multilateralism.

³³ No original: Although Article 10 might entail a universal moral commitment, it did not impose any binding legal obligation on the League members to take any action in a particular situation to preserve the territorial integrity or political independence of other members against external aggression. Thus the United States would have been totally free to decide whether to involve itself in any particular world crisis.

dificultando o cumprimento de seus objetivos. Essa situação contribuiu para a ascensão de regimes autoritários na Europa e a culminação de um novo conflito em nível mundial (POWASKI, 2017).

2.1.2 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL: AS OIS NO PÓS-1945

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo encontrou-se dividido em um novo conflito. Diferentemente dos anteriores, este não era um confronto de larga escala, mas sim uma guerra ideológica. Esse novo embate ficou conhecido como Guerra Fria (HOBSBAWM, 1995).

Pontua-se que pequenos embates entre os dois países se tornaram claros após o término da Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, até o final da década de 1940, os EUA eram os únicos detentores da bomba atômica e se negaram a compartilhar os segredos desse armamento. Isso fez com que a ideia de desarmamento internacional, não ocorresse. Pelo contrário, o que se viu foi uma grande corrida armamentista. A URSS destacou-se nesse contexto, realizando o teste de sua primeira bomba atômica em 1949. Esse evento marcou o início de uma competição nuclear intensa, simbolizando a profunda desconfiança e rivalidade entre as duas superpotências. Além da corrida armamentista, a divergência ideológica entre o capitalismo, representado pelos EUA, e o comunismo, representado pela União Soviética, contribuiu significativamente para o início da Guerra Fria. A disputa pela influência geopolítica global e o controle de territórios estratégicos também exacerbaram as tensões entre ambos os países (LESSA e PATTI, 2023).

A Guerra Fria tinha como característica a retórica de luta entre o capitalismo e o comunismo, cujos principais atores, assim como já mencionado, eram os EUA e, especificamente, a URSS. Para os EUA, a URSS representava uma ameaça à sociedade livre e democrática, não apenas por sua ideologia, mas também pelo receio de que ela pudesse alcançar a supremacia mundial, tendo em vista sua grande extensão territorial e grande influência na região. O fato de a URSS ter saído da Segunda Guerra Mundial com grandes baixas e uma economia exaurida não demonstrava ser um empecilho na visão dos EUA (HOBSBAWM, 1995).

Tendo isso em vista, com o intuito de se defender contra a URSS e as possíveis ameaças comunistas, assim como garantir a segurança nacional dos EUA e criar uma comunidade de segurança na Europa, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949. A OTAN representava uma aliança militar entre os Estados Unidos e várias nações europeias,

destinada a deter a expansão soviética e promover a estabilidade na região (LESSA e PATTI, 2023).

Entretanto, a criação de blocos de segurança por parte dos EUA não se restringiu apenas ao continente europeu. Diversos acordos de cooperação militar foram estabelecidos ao redor do globo. Esses acordos tinham o objetivo de garantir a segurança dos aliados dos EUA e impedir a influência soviética em diferentes regiões. Dessa forma, os EUA buscaram criar uma rede global de alianças para conter a expansão comunista e assegurar sua hegemonia durante a Guerra Fria (LESSA e PATTI, 2023).

Salienta-se ainda que o período do pós-guerra foi marcado pela criação de diversas organizações monetárias, comerciais e similares por parte dos EUA, as quais serão discutidas posteriormente. Essas organizações são caracterizadas pela predominância dos EUA na sua gestão, tanto na sua criação quanto nos dias de hoje.

Além disso, é importante destacar que a predominância dos EUA nessas organizações refletia seus interesses estratégicos e econômicos durante a Guerra Fria. A criação dessas instituições tinha como objetivo não apenas estabilizar a economia global, mas também (outra vez) conter a influência soviética e promover a liderança dos EUA no cenário internacional.

Retomando ao ponto central desse item, conforme apontado por Weber (1992), a OTAN se distingue das demais OIs por se afastar da teoria que afirma que surgem com base no multilateralismo, uma qualidade ausente na OTAN, tendo em vista que, durante os primeiros anos de sua criação, os EUA detinham claramente a maior parte do poder de decisão.

A alternativa do multilateralismo não agradava aos EUA, pois, antes de tudo, o princípio da organização era ser um mecanismo avançado de defesa contra a URSS. Ao adotar uma política de multilateralismo, os custos das tomadas de decisões seriam elevados para os EUA, abrangendo desde questões simples, como o fornecimento de recursos escassos, até questões mais delicadas, como a defesa de países que, em termos estratégicos, não seriam tão vantajosos para a OTAN. Além disso, o multilateralismo implica uma maior necessidade de consenso entre os membros, o que pode levar a processos decisórios mais lentos e complexos. A diversidade de interesses e prioridades entre os países membros da OTAN pode dificultar a formulação de uma estratégia unificada e eficaz. No contexto da Guerra Fria, os EUA preferiam um comando mais centralizado e eficiente para responder rapidamente às (supostas) ameaças soviéticas (WEBER, 1992).

Todavia, a OTAN é caracterizada por sua intermitência entre uma gestão multilateral e o unilateralismo ao longo dos anos. Tendo em vista que os EUA eram a potência militar e

econômica predominante no bloco, percebe-se que, na prática, a liderança e as decisões estratégicas da OTAN refletiam principalmente os interesses e a política externa dos EUA. Este alinhamento pode ser visto em relação ao compartilhamento de armas nucleares com os países membros da organização durante a Guerra Fria. Tendo em vista que o uso desse tipo de armamento foi um precursor na corrida armamentista, houve pressão por parte dos países europeus pelo compartilhamento dessa tecnologia, visando uma maior independência por parte dos EUA, entretanto, isso não foi de interesse ao detentor dessa tecnologia por muitos anos (WEBER, 1992).

Contudo, visando diminuir os “[...] temores em relação aos EUA, um aliado indispensável contra a URSS, mas um aliado suspeito, porque não confiável, sem mencionar que, previsivelmente, podia pôr os interesses da supremacia americana no mundo acima de tudo mais — incluindo os interesses dos seus aliados” (HOBSBAWM, 1995, p. 237), os EUA, a partir da década de 60, através da OTAN, adotaram uma política de compartilhamento de armas nucleares aos países membros pertencentes ao continente europeu, onde essas armas ainda permaneceriam sobre controle dos EUA, mas poderiam ser utilizadas por aeronaves dos países europeus, caso uma situação de guerra assim exigisse.

Também foi implementada uma política de dissuasão mais agressiva, na qual armas nucleares estadunidenses foram posicionadas estrategicamente em solo europeu visando dissuadir qualquer ataque soviético ao continente europeu, estabelecendo uma ameaça crível de retaliação nuclear (WEBER, 1992).

Com isso, o “[...] multilateralismo na OTAN criou um novo conjunto de possibilidades para o fornecimento de segurança na Europa, possibilidades que os atores não imaginaram anteriormente”³⁴ (WEBER, 1992, p. 678 – livre tradução). Entretanto, vale ressaltar que tal mudança só foi possível devido à visão dos EUA de que essa atitude ajudaria a moldar o equilíbrio no continente europeu e no sistema internacional como um todo.

Por fim, é relevante apontar que, conforme demonstrado no texto, a OTAN teve sua origem com o objetivo de fornecer uma resposta efetiva contra a URSS, visando tanto a defesa dos EUA quanto do continente europeu. Além de garantir a segurança, a OTAN foi criada com um objetivo fundamental: impedir o avanço da URSS e qualquer tipo de aproximação desta aos países membros. Dito isso, é importante retomar a ideia central deste capítulo: analisar como

³⁴ No original: [...] *multilateralism in NATO created a new set of possibilities for the provision of security in Europe, possibilities that the actors did not previously envision.*

as OIs são operacionalizadas para defender seus interesses, mesmo que estes não sejam explicitamente declarados.

2.1.3 OPEP: UM MONOPÓLIO E A BALANÇA PENDENDO PARA OS MAIS FRACOS

A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) é uma organização intergovernamental permanente que coordena políticas petrolíferas, estabiliza os preços do petróleo e protege os interesses dos países membros. Ela é caracterizada como um cartel por diversos autores, sendo gerida com fins tanto econômicos quanto políticos (HOCHMAN e ZILBERMAN, 2015).

Em suma, a OPEP pode ser descrita como um monopólio dos mercados internacionais de petróleo, já que os maiores produtores de petróleo fazem parte desse grupo. Por exemplo a Arabia Saudita e a Venezuela, que além de deterem grandes reservas de petróleo, são membros fundadores dessa organização. Um fato interessante sobre a OPEP é que a mesma impõe aos países membros uma cota de produção de petróleo, dividida entre eles, com o objetivo de manter o preço do produto estável. Além disso, observa-se uma disparidade dos preços combustíveis entre países exportadores e importadores de petróleo, fato que garante uma maior estabilidade econômica para os países exportadores, uma peça chave do desenvolvimento econômico e social (HOCHMAN e ZILBERMAN, 2015).

Ao analisar o contexto histórico da formação da OPEP, é importante notar que o mercado mundial de petróleo já era caracterizado como um oligopólio com pouca ou nenhuma competição. Com redes totalmente interconectadas, os sete maiores gigantes petrolíferos multinacionais controlavam mais de 73% do mercado mundial de petróleo. O restante do campo era composto por diversas empresas independentes de petróleo, grandes e pequenas, com variados graus de redes parcialmente integradas. Essas empresas independentes disputavam os 27% do mercado que sobravam (TAHER, 1982).

Todavia, o que se sobressaía era a falta de controle sobre a extração do petróleo, um combustível fóssil finito cuja demanda aumentava à medida que novas reservas de petróleo eram descobertas. Além disso, antes da criação da OPEP, os acordos de concessão entre os países exportadores de petróleo e as grandes companhias petrolíferas frequentemente eram desequilibrados. Esses acordos muitas vezes favoreciam as companhias petrolíferas, garantindo-lhes acesso barato aos recursos e permitindo-lhes controlar a produção e os preços.

Como resultado, os países produtores recebiam uma parte relativamente pequena da receita gerada por seus próprios recursos naturais (TAHER, 1982).

Buscando uma solução para esse problema, os países produtores de petróleo membros da Liga Árabe uniram-se com o intuito de criar uma associação para regular esse mercado. Contudo, perceberam que, sem a participação de outros grandes países exportadores de petróleo, tal associação não traria mudanças significativas no S.I. Dito isso, teve início uma longa série de negociações entre os países da Liga Árabe com o Irã e a Venezuela. Onde, durante o primeiro Congresso Árabe de Petróleo em Cairo, em abril de 1959, foi elaborado um documento que entrou em vigor em 1961 e deu início à organização conhecida como OPEP, assim como ao desenvolvimento de suas diretrizes (TAHER, 1982).

Percebe-se que a percepção dos termos desfavoráveis dos acordos de concessão e os esforços para coordenar e harmonizar as políticas petrolíferas entre os países exportadores foram fundamentais para a criação da OPEP. Esses esforços estavam diretamente ligados à busca por maior controle sobre seus recursos e à estabilização dos preços do petróleo, ambos necessários para o desenvolvimento econômico e a soberania dos países membros.

Mas para que isso ocorresse era necessário ter controle sobre a exploração e desenvolvimento de seus recursos naturais, fato que a OPEP foi bem-sucedida, sendo capaz de estabelecer suas metas e elaborar princípios orientadores. Isso possibilitou o início de um processo de alteração e inversão na dinâmica de poder entre os governos membros e as empresas petrolíferas transnacionais (TAHER, 1982).

Essa mudança foi muito importante para o desenvolvimento destes países, uma vez que essa transformação permitiu que os governos passassem a cobrar *royalties* das empresas, além de impedir que estas pagassem menos impostos sobre o petróleo, o qual encontrava-se desvalorizado, devido à grande diversificação geográfica na produção de petróleo, o que favoreceu a queda de seu valor (PENROSE, 1979).

Dessa forma, após a formação da OPEP, a indústria petrolífera passou por mudanças significativas que afetaram profundamente a relação entre governos e empresas, especialmente a partir da década de 70. Tais fatos justificam a abordagem da OPEP neste subtópico, destacando como suas ações influenciaram diretamente o S.I.

Mudanças essas que podem ser vistas a seguir,

Em 1970, eles desmantelaram os arranjos de duas décadas nos quais os lucros atribuídos à produção de petróleo bruto eram, pelo menos nominalmente, compartilhados igualmente entre governos e empresas por meio de uma taxa de imposto de renda de 50%, e eles forçaram aumentos tanto nas taxas de imposto quanto

nos preços dos impostos. Em 1971, eles forçaram ainda mais as empresas a aumentarem os preços dos impostos, mas assinaram um acordo de preço de 5 anos com elas. Em 1972, eles obtiveram um acordo que previa a participação acionária nas subsidiárias produtoras de petróleo bruto das empresas internacionais. Em 1973, eles não apenas assumiram o controle completo dos preços, mas deixaram claro que pretendiam estender sua propriedade e controle de forma mais ampla. Os fundamentos da antiga relação entre empresas e governos foram assim quase completamente destruídos, e a revolução nas relações fiscais se concretizou³⁵ (PENROSE, 1979, p. 20 – livre tradução).

O primeiro desequilíbrio na balança de poder no S.I. pode ser observado em 1973, durante o que ficou conhecido como a primeira crise do petróleo. Neste contexto, o Egito e a Síria estavam envolvidos em um conflito armado contra Israel, conhecido como a Guerra do *Yom Kippur*. A OPEP desempenhou um papel central nessa crise ao impor um embargo de petróleo contra os países que apoiavam Israel, junto com o Egito e a Síria (KESICKI, 2010).

Este embargo resultou em uma significativa redução na produção e exportação de petróleo pelos países membros da OPEP, levando a uma crise de abastecimento global e a aumentos dramáticos nos preços do petróleo, com o preço do barril quadruplicando. É notável como a organização conseguiu utilizar o petróleo como uma arma política para pressionar os países ocidentais a mudarem suas políticas em relação ao conflito no Oriente Médio (KESICKI, 2010). Isso demonstra o desequilíbrio na balança, tendo em vista que, como observado por Hobsbawm (1995, p. 242), “os ministérios das Relações Exteriores do mundo todo não podiam deixar de observar que os todo-poderosos EUA não faziam nem podiam fazer nada imediatamente a respeito”.

O segundo momento de choque no S.I foi a crise de 1979, igualmente influenciada pelas ações da OPEP, especialmente em resposta às tensões e conflitos geopolíticos no Oriente Médio, o que levou a outro aumento significativo nos preços do petróleo. No ano anterior, teve início a Revolução Iraniana, que resultou na queda da produção de petróleo do Irã, um dos principais exportadores na época. Além disso, houve instabilidade política em outros países produtores de petróleo, como o Iraque, que entrou em guerra com o Irã em 1980 (KESICKI, 2010).

³⁵ No original: *In 1970 they shattered the arrangements of two decades under which the profits attributed to crude oil production were, at least nominally, shared equally between governments and companies by way of a 50 percent income tax, and they forced increases in both tax rates and tax prices. In 1971 they forced the companies further to increase tax prices, but signed a 5-year price agreement with them. In 1972 they obtained an agreement providing for equity participation in the crude-oil producing subsidiaries of the international companies. In 1973, they not only took over complete control of pricing but made it clear that they intended to extend their ownership and control more widely. The foundations of the old relationship between companies and governments were thus almost completely destroyed, and the fiscal relationships revolutionized.*

Por fim, não se pode deixar de apontar que não há consenso na literatura quanto a atuação da OPEP nos fatos históricos discutidos ao longo desse subtópico. Alguns autores, como Edith Penrose (1979), afirmam que tais eventos teriam ocorrido, mesmo sem a criação da OPEP, sendo que até em certos casos, “as decisões da OPEP sobre preços têm sido, na prática, não-decisões, resultantes de controvérsias dentro da organização e da incapacidade de chegar a um acordo sobre ações”³⁶ (PENROSE, 1979, p. 22 – livre tradução). Em outras palavras, a organização, para a autora, não interveio diretamente na política de preços em certos momentos.

Por outro lado, Nika Chitadze (2012) afirma que ambas as crises dos preços do petróleo em 1973 e 1979 foram causadas por ações de abastecimento dos membros da OPEP, demonstrando a capacidade destes de tomar decisões estratégicas para manipular a oferta e os preços do petróleo, agindo através do aumento dos preços do petróleo, da redução da produção e da imposição de embargos.

Evidencia-se ainda que a literatura fala sobre outros três momentos de crise envolvendo a OPEP, sendo estas a crise de 1986, a qual foi marcada por um colapso dos preços do petróleo. Esse acontecimento foi resultado de um excesso de oferta e da política de preços da OPEP, conforme evidenciado a seguir: “após 1980, a redução da demanda e a superprodução produziram um excesso no mercado mundial, causando um declínio de seis anos nos preços do petróleo, culminando com uma queda de 46% no preço em 1986”³⁷ (CHITADZE, 2012, p. 8 – livre tradução).

Em 1990, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, houve um aumento acentuado dos preços do petróleo, resultando na chamada terceira crise do petróleo. A OPEP se relaciona com essa crise pelo papel da Arábia Saudita na manutenção do fornecimento de petróleo. Graças as suas vastas reservas, a Arábia Saudita conseguiu normalizar o preço em poucos meses ao adotar uma postura capaz de suprir a ausência dos países que se encontravam em guerra (HAMILTON, 2013).

A última crise retratada ocorreu no período entre 2003 a 2008, novamente marcada por um aumento repentino dos preços do petróleo, comparável às crises dos anos 1970. Esse aumento foi impulsionado por uma alta demanda, baixa capacidade de reserva e incertezas

³⁶ No original: *The OPEC decisions on pricing have in effect been on-decisions, resulting from controversy with in the organization and an inability to agree on action.*

³⁷ No original: *After 1980, reduced demand and overproduction produced a glut on the world market, causing a six-year-long decline in oil prices culminating with a 46 percent price drop in 1986.*

geopolíticas. Durante esse período, a OPEP desempenhou um papel importante na regulação da oferta para tentar mitigar os efeitos da crise (CHITADZE, 2012).

As crises de petróleo ocorreram em momentos críticos da história recente, cada uma com suas causas específicas, mas todas resultando em aumentos significativos dos preços do petróleo e impactos econômicos globais. Desde o embargo de 1973 até a crise de preços de 2008, a OPEP tem sido um ator central na dinâmica do mercado de petróleo, moldando a economia global e as relações internacionais. Essas crises demonstram como a balança pode pender para os mais fracos, desde que sejam utilizados os meios certos para isso. A capacidade da OPEP de influenciar o mercado, mesmo frente a desafios e mudanças, ressalta sua importância e poder no complexo tabuleiro do S.I.

Diferente de outras OIs que tinham pretensões claras (em teoria), como a defesa coletiva pela Liga das Nações e a OTAN, ou a promoção de políticas econômicas pela OCDE, a qual será trabalhada a seguir, a inclusão da OPEP nesta análise teve o propósito de demonstrar que as OIs surgem como mecanismos de cooperação internacional. Por isso, optou-se pelo uso da teoria liberal como lente de análise para este trabalho. Todavia, ao incluir a OPEP, o objetivo final foi mostrar que essas OIs também podem ser utilizadas como mecanismos para favorecer um grupo em detrimento de outro. No caso da OPEP, os países produtores de petróleo, que isoladamente não possuíam grande poder de influência no Sistema Internacional, ao se unirem e utilizarem esta organização como mecanismo representativo e de cooperação, foram capazes de desestabilizar o S.I de uma forma que não seria possível individualmente. Isso se deu tanto pela legitimidade de seus atos frente aos demais países exportadores de petróleo, que poderiam ser contrários a tais ações, quanto pela resistência que estes poderiam oferecer caso não estivessem agindo de maneira cooperativa, o que só se demonstrou possível a partir da criação da OPEP.

2.1.4 OCDE NA GOVERNANÇA GLOBAL: ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por diversos países, cujo escopo abrange uma ampla gama de questões, desde assuntos econômicos e sociais até temas como meio ambiente e educação (WOODWARD, 2009).

Tendo como precursora a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), criada em 1948 com o objetivo de gerenciar a ajuda econômica vinda dos EUA,

conhecida como Plano Marshall, no período pós-guerra. A OECE destacou-se no cumprimento de seu objetivo fundacional, despertando o interesse dos EUA na época. Os estadunidenses, reconhecendo o sucesso da OECE, propuseram criação de uma nova organização que fosse mais inclusiva, onde os países industrializados (principalmente da Europa e da América do Norte) se reunissem em condições de igualdade, eliminando o modelo anterior de doador (EUA) e receptor (países europeus) estabelecido pelo Plano Marshall, e ampliando o foco para questões econômicas globais (WOODWARD, 2004).

Sendo assim, em 1961, a OCDE foi formalmente estabelecida, ampliando seus objetivos e adotando uma postura de compromisso com os países do Sul Global. Em outras palavras, a organização não se concentraria apenas nos países membros industrializados, mas também consideraria o impacto de suas políticas nos países do Sul Global, buscando se tornar uma instituição líder na governança global e passaria a estabelecer diretrizes para um desenvolvimento global. Esse compromisso é evidente ainda hoje, conforme se observa: “a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) é frequentemente citada como uma das principais instituições de governança global”³⁸ (WOODWARD, 2004, p. 113 – livre tradução).

Atualmente, a organização é composta por 38 países membros, sendo a Costa Rica o mais recente a aderir, em 2021 (OECD, 2024). Chama a atenção o fato de que a OCDE não possui nenhum país do continente africano como membro, levantando questões sobre suas reais intenções e o compromisso com os países do Sul Global. Esta ausência entra em conflito com a ideia de uma integração econômica global e questiona as prioridades da organização em relação às economias emergentes e em desenvolvimento.

Outro aspecto digno de nota é a disparidade econômica entre os países membros fundadores da OCDE e os países em desenvolvimento agregados posteriormente. Essa diferença contribuiu para a percepção da OCDE como um clube dos países ricos. As políticas de industrialização adotadas pelos países fundadores os tornaram significativamente mais prósperos em comparação com outras nações em desenvolvimento (WOODWARD, 2009).

Contudo, como mencionado no início deste subtópico, a OCDE, apesar da disparidade econômica, ainda é reconhecida como uma instituição ativa na governança global. Este subtópico analisará a atuação da OCDE não como uma entidade ativa na criação de leis, mas sim como uma entidade vigilante, que por meio desse controle, garante a cooperação e que a

³⁸ No original: *The Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) is frequently cited as one of the foremost institutions of global governance.*

partir disso, age como uma autoridade no S.I. Dito isso, será examinado aqui como a OCDE desempenha um papel significativo na governança global a partir da educação, por meio de várias iniciativas e programas, com especial atenção para sua contribuição para o desenvolvimento e monitoramento das políticas educacionais (SELLAR e LINGARD, 2013).

Contextualizando, conforme apontado por Da Silva; Fernandes (2019, p. 273), “desde 1990, a OCDE vem ampliando sua atuação global na seara da educação”. Passando a intervir nas políticas de Educação Básica dos países membros, por meio da elaboração de indicadores que fornecem dados estatísticos para medir e comparar o desempenho educacional entre países. O objetivo da organização em relação a educação é a criação de um currículo internacional, que poderá ser submetido a testes comparativos para verificar o desempenho dos países aderentes.

Partindo do princípio de – uma falsa – neutralidade as repercussões das iniciativas da OCDE na educação e seu papel como mecanismo de governança podem ser vistas na análise a seguir:

A ambição do projeto demonstra como se tem intensificado as formas de atuação da OCDE, seja por sua capacidade orgânica de conduzir e liderar projetos econômicos internacionais, seja pela persuasão ideológica como portadora de um único caminho para a Educação Básica, ou, ainda, pela estreita visão de que o currículo prescrito em si pode promover mudanças. Trata-se de um pragmatismo de gênese econômica aplicado ao terreno educacional (DA SILVA e FERNANDES, 2019, p. 281).

Corroborando a análise supracitada, os autores destacam que os países do Sul Global veem a implementação das políticas propostas por essa organização na educação como uma maneira de assegurar acesso benefícios econômicos mais significativos por parte dos países do Norte Global. Essa dinâmica revela como interesses ocultos — ou não confessáveis — por parte da OCDE emergem, utilizando discursos e ações universais, supostamente em busca da equalização das condições educacionais entre os países envolvidos, enquanto, na prática, busca a consolidação de interesses particulares ou de grupos e a manutenção do *status quo* (DA SILVA e FERNANDES, 2019).

É importante salientar que a OCDE não recorre a instrumentos jurídicos e financeiros diretos, mas sim utiliza sua reputação e autoridade para promover ideias e práticas na área da educação, influenciando a governança do S.I como um todo. Isso ocorre por meio da validação de suas ações através de indicadores e medidas comparativas (ARAÚJO e ROSA, 2022).

Destaca-se ainda que, conforme citado anteriormente, a OCDE possui atualmente 38 países membros (OECD, 2024), entretanto, a aplicação do *Programme for International Student Assessment* (PISA), um estudo comparativo realizado pela organização, “atualmente,

reúne 79 países e/ou economias, que representam 80% da economia mundial” (ARAÚJO e ROSA, 2022, p. 92). Este dado é importante para demonstrar a legitimidade técnica que a OCDE garante para si, ao aplicar tal estudo mesmo em países não membros da organização.

Além disso, nota-se que o PISA é uma peça central na governança educacional global, onde seu papel vai além de ser apenas um sistema de avaliação. Trata-se de uma ferramenta que influencia a forma como a educação é percebida e gerida em uma economia baseada no conhecimento. O PISA representa uma ferramenta influente dentro do conjunto de tecnologias de governança, inserida no imaginário social da economia do conhecimento (ARAÚJO e ROSA, 2022).

2.2 BANCO MUNDIAL: HISTÓRIA, ESTRUTURA E PODER DECISÓRIO

O objetivo deste subtópico é proporcionar uma compreensão abrangente do Banco Mundial, explorando suas origens, funcionamento inicial e estrutura burocrática. A primeira parte se dedica a essa análise inicial, valendo-se do livro *História Crítica do Banco Mundial* de Éric Toussaint (2021) juntamente com os artigos *Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60)* de João Pereira (2012) e *O Banco Mundial no campo internacional da educação* de Marcela Pronko (2015). O intuito é examinar as raízes e as primeiras atividades do banco.

Na segunda parte, direciona-se a atenção para a estrutura do BM, destacando que essa instituição é composta por cinco entidades com propósitos distintos. Em seguida, realiza-se uma breve análise dos poderes de voto de cada país, evidenciando que, ao contrário de outras OIs o BM adota um sistema de votação distinto, onde o peso decisório é determinado pelo aporte de capital de cada nação.

Por fim, na última seção, é apresentado o processo de escolha do presidente do BM, assim como a complexa rede de processos e estruturas organizacionais da instituição. Este último item, busca demonstrar a influência dos acionistas no processo decisório.

2.2.1 BANCO MUNDIAL: DA ORIGEM AO DESENVOLVIMENTO NO CURTO PRAZO

O Banco Mundial (BM), anteriormente conhecido como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição financeira criada em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods, realizada nos Estados Unidos. É importante destacar que,

nessa mesma conferência, também foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁹. Contrariamente ao que se pensa, a missão do Banco Mundial, conforme apontado por Toussaint (2021) não se concentrava exclusivamente na redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Seu verdadeiro objetivo era prevenir a recorrência de crises econômicas, como a ocorrida em 1929 (TOUSSAINT, 2021). Além disso, “a missão primordial do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) consistia em prover garantias e empréstimos para a reconstrução dos países-membros afetados pela guerra. O desenvolvimento figurava lateralmente” (PEREIRA, 2012, p. 396).

Salienta-se que no período pós-guerra, a influência marcante das visões estadunidenses sobre a economia mundial torna-se evidente nas ações do Banco Mundial. Pereira (2012) destaca, por exemplo, que essa influência se refletia na escolha das direções executivas, muitas vezes dependentes do aval de representantes estadunidenses.

Considerando o contexto global da época, marcado pela presença de muitas colônias e pela devastação da Europa devido ao término da Segunda Guerra Mundial, a instituição, com a intenção de aprimorar a exploração de suas colônias, concedia empréstimos às metrópoles. Estas, por sua vez, intensificavam a exploração para cobrir tais dívidas. Posteriormente, quando essas colônias alcançavam a independência, o BM exercia pressão para que assumissem as dívidas contraídas por suas antigas metrópoles, fortalecendo, assim, o processo de colonização e exploração de recursos naturais e populações (TOUSSAINT, 2021).

Divergindo dessas práticas, para alguns autores, o BM é visto como uma instituição voltada para promover o crescimento sustentável e o desenvolvimento integral dos países menos favorecidos, ou seja, do Sul Global. Essa perspectiva sugere que o BM atua por meio de reformas nas políticas comerciais e na prestação de serviços, todas elas com um impacto evidente e imediato sobre o regime comercial, conforme observado por Oliveira e Thorstensen (2011). Uma vez que esses países muitas vezes necessitam desses programas de financiamento para cumprir certos objetivos, é importante destacar a relevância do papel do BM na facilitação do acesso a recursos financeiros e no fornecimento de assistência técnica.

Como evidenciado nos primórdios de sua criação, o BM concentrava-se em projetos que promoviam a exportação de produtos necessários ao desenvolvimento dos países do Norte

³⁹ Um adendo que vale mencionar é que o BM é diferente do FMI. Enquanto o BM se concentra no desenvolvimento econômico e redução da pobreza, o FMI está mais voltado para a estabilidade financeira global e a assistência a países em crise financeira.

Global. Era notável a ausência de projetos voltados para a melhoria das condições socioeconômicas dos países do Sul Global. Somente a partir da década de 1960 é que tais projetos passaram a receber financiamento (TOUSSAINT, 2021).

Um fato peculiar que corrobora essa afirmação é que, até o ano de 1962, os financiamentos para a educação não eram concedidos. Anteriormente, os investimentos eram direcionados exclusivamente para infraestrutura e mobilidade. Somente a partir desse ano é que os investimentos na área de educação passaram a ser contemplados. Outras duas características que merecem ser mencionadas são o alto valor de juros que esses empréstimos possuíam e o fato de que os valores gastos pelos países do Sul Global, de uma forma ou outra, resultavam em vantagens comerciais para os países do Norte Global (TOUSSAINT, 2021). Assim como será visto nessa dissertação, em capítulo ulterior, os empréstimos concedidos pelo BM ao Brasil, terão grandes impactos na área educacional.

O Banco Mundial tem historicamente promovido certas políticas econômicas em detrimento de outras, visando garantir a rentabilidade de investimentos privados e a solidez de seus clientes. Entre as políticas indesejáveis, destacam-se posturas hostis ou discriminatórias em relação ao capital estrangeiro. Na perspectiva do Banco, sua assistência técnica e a imposição de medidas específicas de política econômica, em troca de empréstimos, são percebidas como meios para aprimorar o ambiente doméstico, especialmente favorecendo o desenvolvimento capitalista e interesses do capital estrangeiro (PEREIRA, 2012).

Dito isso, nos primeiros anos de existência da instituição, torna-se evidente que “o Banco produz uma verdadeira ideologia do desenvolvimento. Quando os fatos desmentem a teoria, o Banco não questiona a teoria. Pelo contrário, tenta deformar a realidade para continuar a proteger o dogma” (TOUSSAINT, 2021, p. 143).

Conforme mencionado anteriormente, a década de 1960 foi marcada pelo início do financiamento de projetos educacionais em países em desenvolvimento. Esses projetos visavam a educação técnica, buscando capacitar a mão de obra para atender aos requisitos necessários para o desenvolvimento dos projetos de infraestrutura que a instituição vinha financiando desde antes (PRONKO, 2015).

Com o objetivo de consolidar a instituição como um agente orientador das políticas educacionais nos países alvo de seus projetos, na mesma década em que iniciou o direcionamento de investimentos para áreas educacionais, foi estabelecido um Departamento de Educação dentro do Banco Mundial na década de 1960. Além disso, na década seguinte,

houve a contratação de profissionais da educação para fazerem parte desse departamento (PRONKO, 2015).

Conforme indicado por Pronko (2015, p. 91)

[...] até 1974 o setor educacional do BM estava estruturado basicamente por economistas que planejavam a educação tendo como parâmetro principal a provisão de mão de obra. A incorporação, nesse ano, de cientistas da educação se orientou para fornecer suporte à análise dos currículos no sentido de torná-los mais práticos.

O início dos anos 1970 foi marcado por uma mudança na perspectiva do impacto da educação na redução da pobreza, bem como no impacto da formação de mão de obra técnica para o desenvolvimento. A combinação desses fatores é um dos motivos que justificam o crescente interesse do Banco Mundial em projetos educacionais, conforme será explorado ao longo desta dissertação.

Ao final, é digno de nota destacar que a diversificação da expertise no Banco Mundial resultou em maior autonomia em comparação com o FMI. Vale ressaltar que, conforme observado por Guimarães (2012, p. 257) “quanto maior o grau de diversificação da expertise de uma organização internacional, maior será a possibilidade de a burocracia construir coalizões com ONGs a fim de apoiar políticas de interesse comum”. Essa afirmação é corroborada pela participação do Banco Mundial na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem (Tailândia) em 1990, onde o banco, em conjunto com a UNESCO, patrocinou o evento (PRONKO, 2015).

Põe-se em evidência que este evento ocorreu dois anos após a promulgação da Constituição Federal no Brasil, fato que merece a atenção. E além disso, neste evento, “propõe-se a criação de um plano de ação para a “solução” dos problemas dos países do terceiro mundo” (AMORIM, 2021, p. 59).

Além disso, conforme demonstrado em parágrafos anteriores, embora a missão central do BM seja fornecer apoio financeiro a países em desenvolvimento, a partir da década de 70, houve uma mudança em sua estrutura. Essa mudança se intensificou na década de 90, quando se tornou evidente a crescente influência da organização na área educacional, mesmo que esta não fosse sua função principal. Essa atuação reforça a hipótese de o BM, estaria legitimando políticas educacionais que, embora apresentadas como soluções para problemas locais, muitas vezes atendem a interesses que não promovem o desenvolvimento pleno dos países do Sul Global.

2.2.2 ANÁLISE ESTRUTURAL DA ORGANIZAÇÃO BANCO MUNDIAL

Assim como visto, o Banco Mundial, é uma instituição financeira internacional que detém grande poder de influência sobre os países em desenvolvimento, uma vez que seus poderes são “[...] imprescindíveis à consecução dos objetivos estabelecidos no tratado constitutivo” (SEITENFUS, 2013, p. 94), em outras palavras, os países do Sul Global, dependem da sua ajuda financeira para desenvolverem-se, mesmo que o intuito do BM seja outro.

O BM compreende várias entidades distintas, cada uma com uma missão específica voltada para o desenvolvimento global, sendo dividida em cinco unidades. A seguir, apresenta-se uma visão geral dessas entidades:

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) desempenha um papel, assim como já mencionado, de influência e de ajuda, ao oferecer empréstimos a governos de países em desenvolvimento de renda média e com crédito. Seu objetivo é impulsionar o desenvolvimento econômico dessas nações. Em colaboração com o BIRD, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) concentra seus esforços em proporcionar empréstimos concessionais e doações a governos de países em desenvolvimento mais pobres. Essa iniciativa visa amenizar os desafios enfrentados por nações em condições econômicas mais desfavorecidas (THE WORLD BANK, 2024).

Além disso, a Corporação Financeira Internacional (CFI), como principal instituição de desenvolvimento global dedicada ao setor privado, concentra-se em promover o crescimento econômico. Ela incentiva investimentos no setor privado de países em desenvolvimento. Por sua vez, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) desempenha um papel crucial ao impulsionar o investimento estrangeiro direto em países em desenvolvimento. Essa contribuição visa fomentar o crescimento econômico e aprimorar a qualidade de vida nessas regiões (THE WORLD BANK, 2024).

Por fim, o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) facilita a conciliação e arbitragem de controvérsias entre investidores internacionais e Estados. Sua atuação é essencial para promover a estabilidade e segurança nas relações globais de investimento (THE WORLD BANK, 2024).

2.2.3 PODER DE VOTO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA NAS ORGANIZAÇÕES

Os países membros recebem votos no momento da adesão e posteriormente por meio de subscrições adicionais de capital, sendo que a alocação desses votos varia entre as diferentes organizações (THE WORLD BANK, 2024).

Devido a essa subscrição de capital, torna-se evidente a disparidade de votos entre os países, uma vez que o poder de voto está vinculado à participação acionária dos países membros. Ao determinar a participação acionária com base na contribuição financeira de um país, a lógica “um país, um voto” (grifos meus) torna-se inválida, pois as contribuições financeiras dos países refletem no poder de influência nas decisões do banco (THE WORLD BANK, 2024).

Ao ponderar os votos com base nas contribuições financeiras, os países com maiores contribuições acabam por ter um peso maior nas decisões, refletindo a ideia de que quem contribui mais tem uma voz mais significativa. Não é por menos que o banco enfrenta desafios na representação, pois a estrutura de votação pode criar desafios em termos de representação equitativa, especialmente quando há um descompasso entre as economias emergentes e o peso que elas têm nas decisões do banco em comparação com as economias mais desenvolvidas.

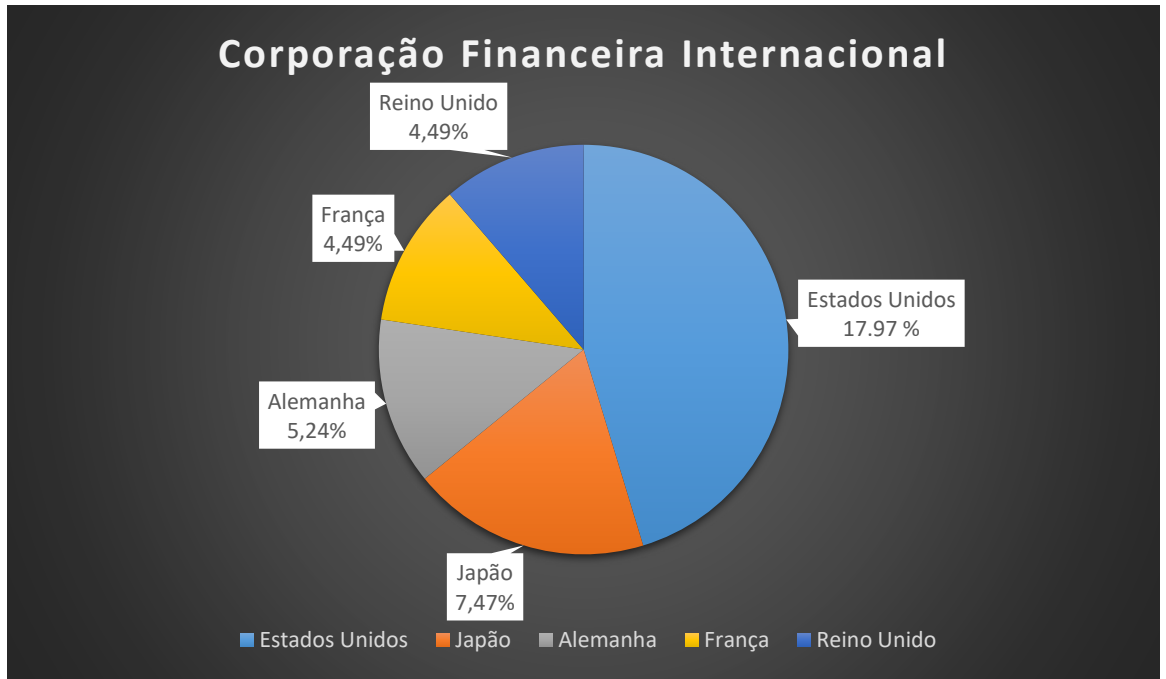
A seguir serão expostos os poderes de voto dos cinco países mais influentes do banco de cada instituição que compõe o BM, a fim de ilustrar essa disparidade mencionada.

Gráfico 2.1.4–1



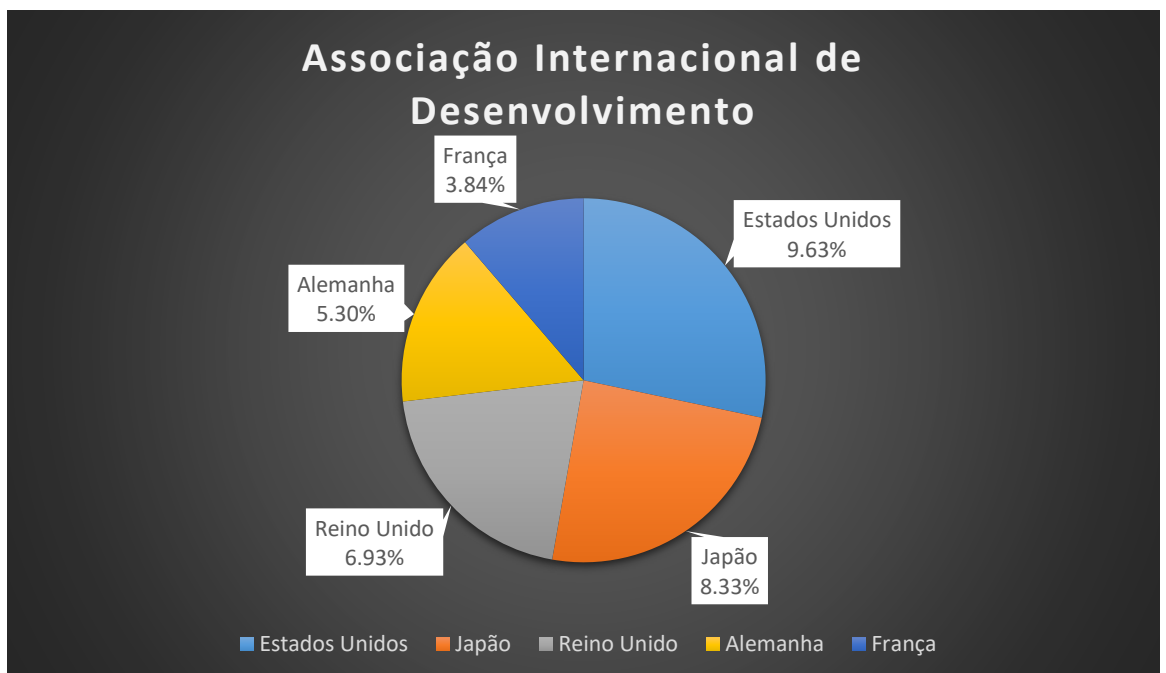
Fonte: International bank for reconstruction and development, subscriptions and voting power of member countries (THE WORLD BANK, 2024).

Gráfico 2.1.4–2



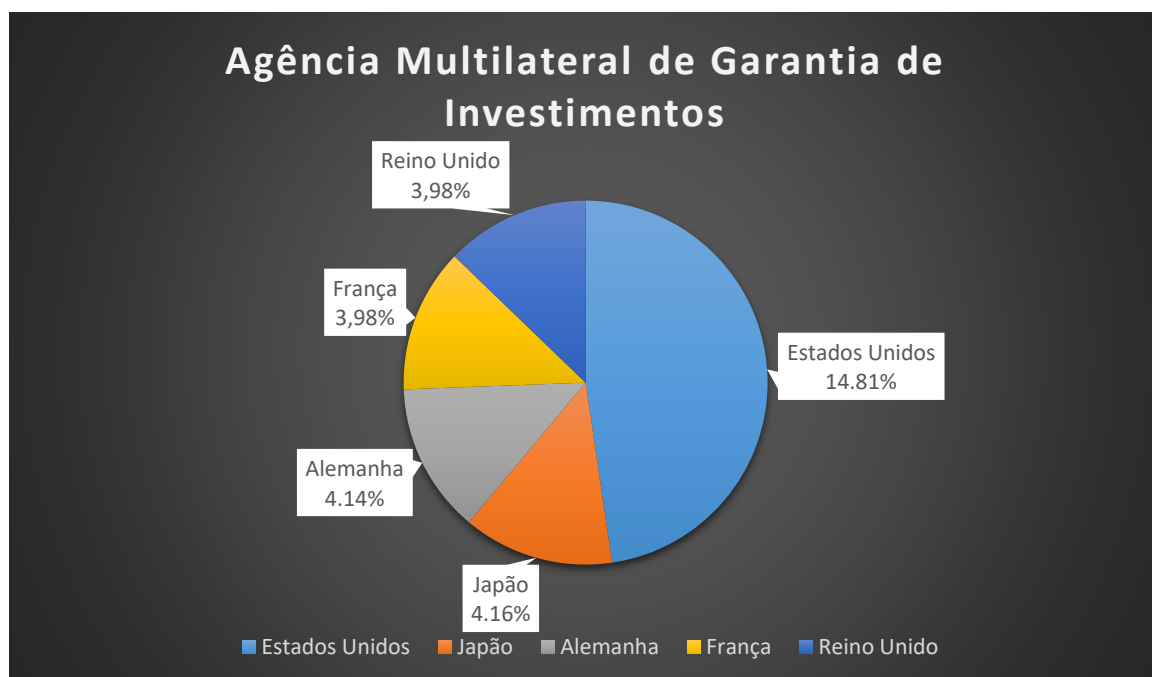
Fonte: International finance corporation, subscriptions and voting power of member countries (THE WORLD BANK, 2024).

Gráfico 2.1.4–3



Fonte: International development association, voting power of member countries (THE WORLD BANK, 2024).

Gráfico 2.1.4-4



Fonte: Multilateral investment guarantee agency, subscriptions and voting power of member countries (THE WORLD BANK, 2024).

Em relação a AID, o site do BM destaca um aspecto importante que distingue o poder de votação em relação às duas instituições anteriormente citadas, está realiza reconstituições periódicas, durante as quais os membros recebem votos de acordo com as regras estabelecidas em cada resolução de reconstituição, onde esses votos podem incluir votos de subscrição, assim como a instituições citadas anteriormente, e votos de adesão (THE WORLD BANK, 2024).

Em relação aos votos de adesão, estes diferenciam-se por estarem relacionados à participação contínua do país como membro da IDA. Além das contribuições financeiras durante as reconstituições, a participação contínua como membro também pode conferir votos de adesão (THE WORLD BANK, 2024).

Assim como a AID, a AMGI possui um modelo de votação diferente, além dos votos de ações, há uma categoria adicional de votos chamada votos paritários, onde esses votos são distribuídos de maneira que o número total de votos entre os membros das categorias 1 e 2 seja igual (THE WORLD BANK, 2024).

Destaca-se ainda que os membros escolhem a categoria à qual desejam pertencer no momento de sua adesão. Originalmente, membros da categoria 1 eram países desenvolvidos, enquanto membros da categoria 2 eram países em desenvolvimento (THE WORLD BANK, 2024).

2.2.4 O PRESIDENTE DO BM: LIDERANÇA E INFLUÊNCIA NAS DECISÕES GLOBAIS

Assim como visto, o BM possui grande influência no cenário global, desempenhando um forte papel na formulação de políticas econômicas e sociais. Contudo, uma característica intrigante nesta organização, além do poder desigual do voto, assim como exposto, é a questão da influência de quem está no comando. Conforme Kapur (2018, p. 54 – livre tradução) destaca, “uma característica intrigante do Banco Mundial (e na verdade da maioria das organizações internacionais) é a questão de quem está no comando, é quem tem o poder”⁴⁰. Assim como demonstrado, os acionistas detêm um poder sobre as decisões tomadas no BM através do sistema de votação ponderada, onde o poder de voto está relacionado à contribuição financeira de cada país.

Para representar seus interesses na instituição, os países designam Diretores Executivos, que integram o Conselho de Administração Executivo. Este conselho, por sua vez, é responsável por escolher o presidente da instituição. O presidente, que simultaneamente lidera o conselho, exerce considerável poder decisório na agenda do banco. Cabe a ele, por exemplo, determinar quando e quais questões serão apresentadas ao Conselho Executivo (KAPUR, 2018).

A seleção dos representantes no Conselho de Administração Executivo é influenciada pelo poder econômico de cada país-membro, refletido na quantidade de ações que possuem no Banco Mundial. Essa estrutura visa garantir uma representação proporcional ao envolvimento financeiro de cada nação. Em resumo, o Conselho de Administração Executivo configura-se como uma instância decisória fundamental no Banco Mundial, onde os Diretores Executivos desempenham papel o papel de formulação de políticas e na tomada de decisões. Mesmo que sua atuação formal seja limitada, tal afirmação é respaldada baseada na situação apontada por Kapur (2018):

⁴⁰ No original: *A puzzling feature of the World Bank (and indeed most international organizations) is the question of who is in charge, who has power.*

Em qualquer questão importante, os presidentes do Banco começaram a dirigir-se diretamente aos governos dos seus países, em vez de tratarem com ou através dos seus representantes no conselho. No caso dos mutuários, os membros do conselho estavam preocupados com questões relativas ao seu próprio eleitorado, com pouco tempo para se concentrarem em questões institucionais mais amplas⁴¹ (p. 59 – livre tradução).

Os parágrafos anteriores têm como propósito ilustrar que as estruturas e processos organizacionais do Banco Mundial desempenham um papel fundamental em sua governança, destacando a influência dos acionistas, a nomeação estratégica de diretores executivos e o papel decisório significativo do presidente, que também lidera o Conselho de Administração Executivo. Esses elementos evidenciam a dinâmica complexa e a importância das instâncias de poder dentro da instituição, além de é claro, evidenciar que o poder econômico pesa no processo decisório do banco.

2.3 UNESCO: PAZ GLOBAL POR MEIO DO CONHECIMENTO GLOBAL

Este capítulo analisará a estrutura organizacional da UNESCO, detalhando sua composição de países, os principais órgãos que a compõem, e as responsabilidades de cada um deles. A análise se concentrará na Conferência Geral, na Diretoria Executiva e na Secretaria, destacando como essas entidades operam para alcançar os objetivos da organização, os quais se resumem a cooperação internacional nas áreas da educação, ciência e cultura. Na busca por materiais para construção dessa parte do texto, verificou-se uma menor disponibilidade em relação às outras instituições exploradas. Diante dessa dificuldade, optou-se por utilizar as informações dos sites oficiais, considerados as fontes mais confiáveis disponíveis. Consequentemente, grande parte deste capítulo baseia-se nessas fontes.

2.3.1 FUNDAÇÃO E PROPÓSITO

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com a missão de contribuir para a paz e segurança mundial. Seu propósito central é promover a colaboração entre nações por meio da educação, ciência e cultura, fortalecendo o “respeito universal pela justiça,

⁴¹ No original: *In any important issue, the Bank's presidents began to go directly to their parent governments rather than deal with or through their representatives in the board. In the case of borrowers, the board members were preoccupied with issues concerning their own constituency, with little time to focus on broad institutional matters.*

estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais” (UNESCO, 2002), conforme estabelecido na Carta das Nações Unidas. Este compromisso é particularmente importante, a partir de um contexto pós-guerra, onde a UNESCO, fundada como um mecanismo para evitar conflitos futuros, reconhece que uma paz duradoura deve ser “fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade” (UNESCO, 2002).

Conforme estabelecido no Artigo I da Constituição da UNESCO, que aborda os Propósitos e Funções, a organização tem como objetivo facilitar a disseminação do conhecimento. Para cumprir esse propósito, a UNESCO empenha-se na elaboração e recomendação de acordos internacionais que possibilitem tal finalidade. Chama a atenção o fato de que a própria constituição prevê a possibilidade de sugerir “[...] métodos educacionais mais adequados à preparação das crianças do mundo para as responsabilidades da liberdade” (UNESCO, 2002). Este trecho merece a atenção, pois irá ser basilar para as convenções e declarações posteriores, tal como a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos ocorrida em 1990.

A Representação da UNESCO no Brasil foi estabelecida em 1964, com seu Escritório em Brasília iniciando atividades em 1972. Suas principais prioridades incluem a promoção de uma educação de qualidade para todos e o fomento ao desenvolvimento humano e social (BRASIL, 2018).

É importante apontar que poucos meses antes do estabelecimento do escritório de representação da UNESCO no Brasil, havia sido instaurado um regime militar ditatorial no país. Além das questões políticas e econômicas internas, diversos estudiosos, como Carlos Fico, argumentam que “o golpe foi engendrado também pelo governo norte-americano. Desde 1963 havia uma estratégia definida para derrubar João Goulart. [...] Houve a Operação Brother Sam, tudo isso que é bastante conhecido e mostra que os Estados Unidos apoiaram decididamente o golpe” (AREND, HAGEMeyer e LOHN, 2013, p. 470). Este cenário de intervenção estrangeira e repressão interna é interessante de se destacar, uma vez que demonstra a complexa interação entre a política interna e as OIs, especialmente no contexto de regimes autoritários. No entanto, a análise detalhada do período ditatorial em si não será feita, pois este não é foco deste trabalho.

2.3.2 COMPOSIÇÃO DE PAÍSES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O requisito para que um país faça parte da UNESCO é que este seja antes membro da ONU. No entanto, em casos excepcionais, após a Conferência Geral e recomendação anterior por parte da Diretoria Executiva, países que não fazem parte da ONU também poderão ingressar nessa organização. Salienta-se ainda que, caso um país venha a ser expulso da ONU, automaticamente será expulso da UNESCO. Da mesma forma, caso um Estado-membro tenha interesse em retirar-se dessa organização, o pedido poderá ser feito a qualquer momento, desde que o Diretor-Geral da organização seja avisado, passando o Estado em questão a deixar de fazer parte a partir do dia 31 de dezembro do ano seguinte (UNESCO, 2002).

Os órgãos que compõem a UNESCO são divididos em três: a Conferência Geral, a Diretoria Executiva e uma Secretaria. A Conferência Geral é composta por representantes dos Estados Membros e “determinará as políticas e as principais linhas de trabalho da Organização” (UNESCO, 2002). Em relação ao poder de voto, todo Estado-Membro terá direito a um voto, desde que este esteja em dia com as suas contribuições financeiras para com a organização. O processo decisório será pautado na maioria simples, exceto em casos previstos pelo regimento interno, onde pode ser exigida a maioria de dois terços. Ademais, exceto por motivos extraordinários, a Conferência Geral reunir-se-á a cada dois anos e com o intuito do cumprimento de sua missão quando for necessário “a Conferência Geral designará comitês especiais e técnicos, e quaisquer outros órgãos subsidiários que venham a mostrar-se necessários para os seus propósitos” (UNESCO, 2002).

Em relação à Diretoria Executiva, esta deve ser eleita e composta por cinquenta e oito Estados-Membros. Ressalta-se ainda que a escolha do representante dos Estados-Membros que comporão a Diretoria Executiva deverá recair sobre uma pessoa que tenha as qualidades necessárias para o cumprimento dos objetivos da UNESCO, sejam estes administrativos ou executivos. Quanto às suas funções, cabe à Diretoria Executiva a preparação da agenda que será apresentada na Conferência Geral. Além disso, destaca-se que “a Diretoria Executiva, atuando sob autoridade da Conferência Geral, será responsável pela execução do programa adotado pela Conferência” (UNESCO, 2002).

A Secretaria é composta pelo Diretor-Geral e pelos funcionários nomeados por ele. Um aspecto notável dessa parte da estrutura organizacional é que tanto o Diretor-Geral quanto os funcionários têm responsabilidades exclusivamente internacionais. Isso significa que estes não estão sujeitos a qualquer influência por parte de um Estado-Membro ou autoridade externa à estrutura hierárquica da organização. Portanto, para isso, todos os participantes da UNESCO devem comprometer-se a respeitar as obrigações tanto do Diretor-Geral quanto dos

funcionários no cumprimento de seus deveres e não devem tentar influenciá-los de forma alguma. Por fim, destaca-se que “esta Organização pode cooperar com outras organizações e agências intergovernamentais especializadas, cujos interesses e atividades sejam relacionados aos seus objetivos” (UNESCO, 2002).

2.4 IESALC: UM OLHAR DA UNESCO SOBRE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Tendo em vista a diversidade cultural, econômica e geográfica, a região da América Latina e do Caribe enfrentava desafios educacionais únicos devido aos fatores já apresentados, bem como a questões históricas. Diante disso, a UNESCO percebeu a necessidade de uma abordagem diferente para a região na área da educação. Com o intuito de enfrentar esses desafios e cumprir sua função como organização, foi criado em 1976 o Centro Regional de Educação para América Latina e Caribe (CRESALC), sediado na Venezuela, que iniciou suas atividades no ano seguinte (UNESCO – IESALC, 2023).

Anos mais tarde, em 1998, a CRESALC passou de Centro Regional para Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC). Salienta-se aqui que o foco passou a ser a educação superior, conforme pode ser visto em um trecho retirado do site da própria instituição: “[...] sua missão essencial será contribuir para o desenvolvimento do ensino superior na região da América Latina e Caribe”⁴² (UNESCO – IESALC, 2023 – livre tradução).

Posto isso, os próximos subtópicos irão explicar a relação do IESALC com a UNESCO, com especial atenção à Conferência Regional de Educação Superior (CRES). Este evento reúne os principais atores da região para discutir os desafios e oportunidades no ensino superior. Serão abordados os mecanismos utilizados para a elaboração de políticas, destacando como as recomendações e declarações das CRES servem como base para o trabalho do IESALC, orientando suas ações e iniciativas na educação superior na América Latina e no Caribe.

Também serão discutidas as Conferências Mundiais de Ensino (CMES) organizadas pela UNESCO. Estes eventos serão explorados pela sua relação direta com as CRES, uma vez que as conferências regionais frequentemente apresentam demandas, sendo atores ativos nas conferências globais, mas, por vezes, acabam por serem influenciadas pelas decisões tomadas

⁴² No original: [...] *tendrá como misión esencial contribuir al desarrollo de la educación superior en la región de América Latina y el Caribe.*

nessas conferências mundiais. Os documentos elaborados pela CRES, serão analisados no terceiro capítulo desse trabalho.

2.4.1 A BÚSSOLA DA EDUCAÇÃO: UNESCO E IESALC NA LÓGICA NORTE-SUL

Dois fatos chamam a atenção ao acessar o site da IESALC. Primeiro, as prioridades da organização são explicitamente definidas com base nas diretrizes e recomendações resultantes das conferências de educação superior, destacando-se a CRES 2018, a última convenção realizada antes da Conferência de Acompanhamento da III Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe, referida como CRES+5. Segundo, é indicado que outras Organizações Internacionais participam da tomada de decisões na instituição. O site menciona outros agentes, mas destaca-se esses dois fatos por corroborarem com o material discutido até aqui (UNESCO – IESALC, 2023).

É necessário contextualizar a diferença entre a CRES e a CRES +5. A primeira é considerada o evento principal onde são discutidos e estabelecidos os princípios, diretrizes e compromissos para o avanço da educação superior na região, enquanto a CRES +5 tem como principal objetivo monitorar e avaliar o progresso na implementação das decisões e compromissos assumidos durante a conferência principal, esta reunião de acompanhamento foi adotada durante a CRES 2018, tal prática não era realizada até então.

Dando continuidade, em relação a CRES +5 realizada no ano de 2024, a página inicial do evento aponta que um dos objetivos dessa conferência é a análise das “considerações contidas no Roteiro para a Educação Superior proposto pela UNESCO como resultado da Terceira Conferência Mundial de Educação Superior (CMES)” (CRES +5, 2024).

Um adendo é necessário em relação à CMES, um evento que tem apresentado uma série de diretrizes que guiam o desenvolvimento conceitual e metodológico desse campo de estudo. O qual, segundo Quezada (2020), durante sua primeira edição, realizada em 1998, foi fortemente influenciado pelo BM, conhecido por defender a privatização do ensino superior.

Indo mais a fundo na investigação, percebe-se que a CRES+5 foi dividida em 12 eixos temáticos, abordando diversos temas. Entre eles, destaca-se o eixo 10 – Financiamento e governança. De acordo com a descrição desse eixo, o objetivo era analisar questões como o financiamento da educação superior na região, refletindo sobre problemas como a origem desses recursos e os objetivos para os quais são destinados. Sua preocupação se concentra em

“analisar e avaliar os riscos e desafios que o financiamento da Educação Superior enfrenta e poderá enfrentar nos próximos anos” (CRES +5, 2024).

Se contrapostos as declarações finais da última edição da CRES +5 com a primeira edição da CRES (1996), percebe-se que a primeira menciona a importância da cooperação internacional e do envolvimento de OIs na Educação Superior na região da América Latina e no Caribe. Nesta, são expostas estratégias para melhorar a qualidade e acessibilidade da educação superior, destacando a cooperação a partir de OIs (CRESALC, 1996). Enquanto a declaração referente a conferência realizada no ano de 2024, a proposta volta-se para a necessidade de fortalecer parcerias com outros blocos regionais, afastando a necessidade de gerência por parte de OIs. Embora o texto enfatize a relevância da cooperação global para fortalecer o Ensino Superior na região, nota-se a ausência da menção a OIs para a cooperação no âmbito da educação superior, diferentemente da primeira edição da CRES (CRES+5, 2024).

Considerando essa mudança de enfoque, é relevante destacar que, como já demonstrado, OIs como a UNESCO e o BM, exercem uma influência significativa em relação ao financiamento da educação superior em países do Sul Global. Essas entidades promovem políticas e recomendações que orientam os países na formulação de modelos de financiamento que podem refletir seus interesses a longo prazo. Como exemplificado neste tópico, a UNESCO, por meio das CRES, elabora relatórios e oferece diretrizes que ajudam os países a desenvolver suas estratégias de financiamento. Todavia, a eficácia das CRES em proporem políticas que efetivamente beneficiem os países membros da IESALC só poderá ser determinada após a análise detalhada dos documentos no terceiro capítulo.

2.4.2 CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A IESALC

Conforme descrito nesse trabalho e apontado por Quezada (2020),

Existem diferentes organismos supranacionais que têm desenvolvido PES – Políticas de Educação Superior – nas últimas décadas a nível mundial, entre os quais se destacam: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, [...], Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), [...], entre outros⁴³ (QUEZADA, 2020, p. 67 – livre tradução).

⁴³ No original: *Existen diferentes organismos supranacionales que han desarrollado PES en las últimas décadas a nivel mundial, entre los que destacan: Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), Banco Mundial, [...], Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), [...], entre otros.*

A influência desses organismos é operacionalizada de diversas formas. Neste subtópico analisar-se-á a Conferência Mundial de Educação Superior (CMES), em especial a ocorrida no ano de 1998, considerando que a década de 90 foi marcada por mudanças na atuação desses organismos. Além disso, essa conferência em questão foi marcada pelo reconhecimento da importância do ensino superior para o progresso econômico dos países em desenvolvimento.

Assim como mencionado no tópico anterior, a CMES ocorrida em 1998 foi grandemente influenciada pelo BM. No entanto, é importante contextualizar o período em questão antes de abordar este ponto específico. Conforme exposto por Tilak (2000), a importância do papel do ensino superior no progresso econômico estava sendo negligenciado em países em desenvolvimento naquela época, o que resultou na diminuição de sua prioridade e importância para o desenvolvimento.

Cientes dessa situação, a UNESCO convocou em 1998 a primeira CMES. No entanto, um ano antes, o BM realizou uma “Força Tarefa sobre Educação Superior e Sociedade”⁴⁴ (TILAK, 2000, p. 233 – livre tradução), ação que reconheceu a necessidade de melhorar a qualidade e a relevância da educação superior para atender às demandas globais emergentes. Esse reconhecimento se refletiu nas discussões e recomendações da conferência ocorrida posteriormente, incentivando políticas que promovessem padrões mais altos de educação (TILAK, 2000).

Ainda conforme apresentado pelo autor, o relatório resultante dessa Força Tarefa, trouxe consigo uma mensagem que influenciou a dinâmica do âmbito educacional e a percepção desta para a comunidade internacional, em especial para OIs que trabalham (em teoria) para promover o desenvolvimento em países ao redor do mundo: “Ensino superior não é mais um luxo; é essencial para a sobrevivência. O ensino superior é a ‘educação básica’ do mundo moderno”⁴⁵ (TILAK, 2000, p. 234 – livre tradução).

Evidencia-se a influência do Banco Mundial ao analisar a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior no Século XXI: Visão e Ação, especialmente o Artigo 14, subitem b, que sugere a participação do setor privado e de organizações governamentais no campo do ensino superior (UNESCO, 1998). Chama a atenção a sugestão de maior participação do setor privado na educação sendo que a CRES realizada em 1996 já havia constatado anteriormente um “[...]”

⁴⁴ No original: *Task Force on Higher Education and Society*.

⁴⁵ No original: *Higher education is no longer a luxury; it is essential for survival. Higher education is the modern world's 'basic education'.*

baixo investimento público e um aumento na participação do setor privado no ensino superior”⁴⁶ (QUEZADA, 2020, p. 77 – livre tradução).

A segunda CMES ocorreu novamente em Paris, em 2009. Vale mencionar que antes desse evento, ocorreram diversas reuniões a nível regional, por exemplo, a CRES ocorreu em 2008, teve como objetivo desenvolver ideias práticas e específicas para a região que visassem uma melhoria no nível superior, as quais seriam apresentadas posteriormente na CMES (LÓPEZ SEGRERA, 2012).

Em relação à CMES 2009, destacam-se os discursos iniciais apresentados por López Segrera (2012), em especial, a constante afirmação de que OIs, tal como o BM e a UNESCO deveriam investir continuamente no ensino superior. Além disso, observava-se uma disparidade nos tons dos discursos entre os países desenvolvidos, que muitas vezes adotavam uma perspectiva mais neoliberal, e os países do Sul Global, que mantinham um discurso crítico em relação a essas intervenções (LÓPEZ SEGRERA, 2012).

No que concerne ao comunicado final da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 2009, dois pontos se destacam quando analisados separadamente. No início do documento, consta a seguinte recomendação: “A Educação Superior como bem público é responsabilidade de todos os interessados, especialmente dos governos”⁴⁷ (UNESCO, 2009, p. 1 – livre tradução). O segundo ponto é: “capacitar os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento para aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização e fomentar a colaboração entre eles”⁴⁸ (UNESCO, 2009, p. 9 – livre tradução).

Esses dois pontos chamam a atenção. Primeiramente, pela menção indireta aos chamados *stakeholders*, que se referem a grupos ou organizações que têm interesse em um projeto ou decisão específica e que podem influenciar a tomada de decisões dessas partes, fato que pode ser utilizado como um mecanismo, de certa forma, silencioso, para impor seus ideais dentro da educação superior desses países envolvidos. Em segundo lugar, pela visão positiva da globalização, apesar de estar intrinsecamente ligada ao neoliberalismo, o qual possui implicações controversas, especialmente para países do Sul Global.

A terceira e última Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, mencionada no site da CRES+5 (2024), foi realizada em Barcelona, na Espanha no ano de 2022, mais de uma

⁴⁶ No original: [...] *baja inversión pública y una creciente participación del sector privado en ES.*

⁴⁷ No original: *Higher Education as a public good is the responsibility of all stakeholders, especially governments.*

⁴⁸ No original: *Empower Least Developed Countries and Small Island Developing States to benefit from the opportunities offered by globalisation and foster collaboration between them.*

década após a segunda edição. Esta conferência foi marcada pela ausência de uma declaração final, como ocorrido nas duas Conferências anteriores. Ao invés disso, foi proposto um Plano de Ação, nomeado Além dos Limites: Novas Maneiras de Reinventar a Educação Superior (UNESCO, 2022). Este plano passou por consulta pública dos presentes antes de ser aprovado.

Ao analisar o documento, percebe-se que as OIs são destacadas como mecanismos essenciais para a cooperação internacional no campo da educação. Elas são vistas como vetores para a alocação internacional de recursos, onde, no documento, menciona-se o objetivo de fortalecer parcerias de múltiplas formas (UNESCO, 2022).

Além disso, no âmbito interno, há o incentivo ao estabelecimento de parcerias público – privadas com instituições de ensino superior, que conforme o documento, poderiam contribuir de diversas maneiras com a educação (UNESCO, 2022). Todavia, vale ressaltar que a presença de *stakeholders* em universidades públicas pode vir a ser prejudicial, uma vez que tais parcerias muitas vezes priorizam interesses comerciais sobre as necessidades educacionais. Isso potencialmente compromete a independência acadêmica e, nesse caso, pode ocorrer o direcionamento de recursos para áreas com maior retorno financeiro em detrimento de campos fundamentais, mas menos lucrativos.

Outro ponto importante a ser mencionado é que a promessa de oportunidades e colaboração entre o setor acadêmico junto ao setor privado pode mascarar uma agenda que favorece a mercantilização do ensino superior ou a grupos de interesse específicos.

No mesmo documento, é apresentado um modelo intitulado “*targeted free tuition*” (UNESCO, 2022, p. 29), que propõe a cobrança de taxas de matrícula para estudantes com melhores condições sociais, enquanto os menos favorecidos seriam isentos dessas taxas. A proposta visa oferecer um ensino superior gratuito aos estudantes mais pobres, garantindo a equidade no acesso à educação, de modo que a situação financeira não seja um obstáculo para a educação superior. É importante notar que o texto não especifica se o *targeted free tuition* seria cobrado em universidades públicas ou particulares (UNESCO, 2022). Se analisar essa taxa ao âmbito público, poderia afirmar-se que essa cobrança seria uma maneira de subsidiar o ensino superior gratuito em países menos desenvolvidos. Mas por outra perspectiva, se esta for aplicada ao contexto das parcerias público – privadas, a interpretação poderia ser outra.

Sendo assim, esse subtópico, teve como objetivo contextualizar as Conferências Mundiais de Ensino, buscando apresentar de maneira breve, seus principais pontos e de que forma estas se relacionam com a CRES +5 ocorrida em 2024, uma vez que, assim como já apontado, são mencionadas no site da Conferência. A importância de trazer tais conferências

mundiais está no fato de que, assim como discorrido ao longo desse trabalho, diversos são os interesses dos atores no S.I.

2.4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO SEGUNDO CAPÍTULO

Nesse capítulo foram apresentadas situações com o intuito de demonstrar a teoria na prática, mostrando como as OIs, além de mecanismo de cooperação internacional, serviam também como instrumentos de manutenção do *status quo* ou mesmo para fins que favorecem um ou mais atores em detrimento de outros.

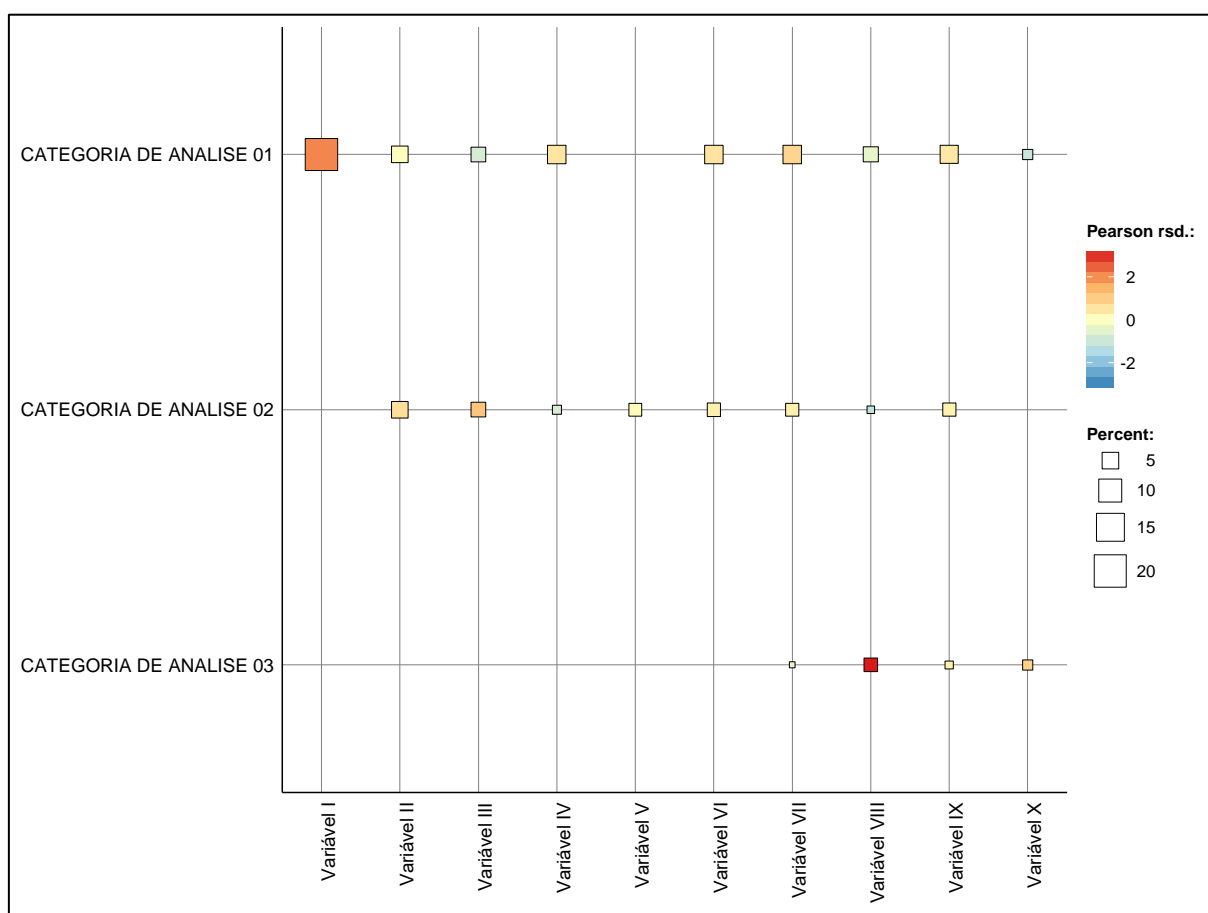
Na segunda parte, ao optar por discorrer o contexto histórico e estrutural do BM, o objetivo foi contextualizar e demonstrar que tal instituição, desde sua fundação, foi criada com um propósito claro de impulsionar valores neoliberais através da sua influência. Além disso, o BM atua como aparato técnico – burocrático, que por meio de sua expertise, garante a estabilidade do ator hegemônico emergente do período pós II Guerra Mundial que foram os EUA. Nesse caso, os EUA, devido à sua grande influência e legitimidade no poder de voto, podem direcionar os rumos da instituição de maneira a favorecer seus interesses.

Na terceira e última parte foi analisada a UNESCO, adotando uma abordagem semelhante ao tópico anterior, apresentando sua fundação e o propósito. O que diferencia este capítulo dos anteriores é que se exploram as dinâmicas dos atores regionais e seus mecanismos utilizados para delimitar seus objetivos junto aos demais países da região, nesse caso, as Conferências Regionais de Ensino Superior. Além disso, é explorada a relação dessas dinâmicas com o âmbito global através das Conferências Mundiais de Ensino Superior, demonstrando como estas articulam interesses no S.I.

3 IMPOSIÇÕES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

O terceiro capítulo deste trabalho será dividido em duas partes. Na primeira, serão analisados os documentos oriundos do site do Banco Mundial, datados entre 1985 e 2023. Na segunda parte, serão examinadas as declarações e os planos de ação resultantes das CRES, organizadas e realizadas pela UNESCO – IESALC, ocorridas entre 1996 e 2024.

Para esse fim, será utilizado o software *KH Coder*, o qual tem como gerar dados quantitativos representados por gráficos, possibilitando uma interpretação mais detalhada. Para esta análise o recurso gráfico a ser utilizado será a tabulação cruzada, que apresentará os dados de forma estruturada, permitindo a identificação de padrões e relações relevantes. Conforme demonstrado no exemplo da imagem a seguir.



Tabulação cruzada 2.4.3-1

A tabulação cruzada considera três elementos: categorias, variáveis e unidades de contexto. As categorias são conjuntos de palavras ou frases que estão sendo procuradas no texto. As variáveis são os lugares o texto a onde se está procurando os elementos de uma categoria. As unidades de contexto, que podem ser frases, parágrafos ou as próprias variáveis, são as unidades básicas da análise estatística realizada pelo software. Como exemplo, para ilustrar a forma de interpretação do gráfico acima, pode-se citar uma tabulação cruzada hipotética que analise o livro O Príncipe, de Maquiavel, em que a categoria de análise 01 tem a palavra fortuna, a categoria de análise 02 tem a palavra virtude e a categoria de análise 03 a palavra príncipe. As variáveis são os capítulos do livro e a unidade de contexto são os parágrafos. No gráfico da tabulação cruzada, onde há um polígono, a palavra referente àquela categoria está presente. Na legenda, o número ao lado do polígono indica o percentual de parágrafos daquele capítulo que contém a palavra. A cor do polígono indica a relevância daquela palavra para explicar o contexto daquele capítulo. Nesse exemplo, a palavra virtude estaria presente entre 15% e 20% dos parágrafos do capítulo 1 e a palavra príncipe estaria presente em cerca de 5% dos parágrafos do capítulo 8, por exemplo. Contudo, a palavra príncipe é mais relevante no capítulo 8 do que a palavra virtude no capítulo 1.

Retornando ao exemplo referente a esse texto, o gráfico acima é composto pelas categorias de análise e pelas variáveis. Além disso, observa-se a presença de duas legendas: a primeira, variando do vermelho ao azul, refere-se ao Índice de *Pearson*. O qual em termos simples, ajuda a identificar associações significativas entre as categorias de análise, auxiliando na interpretação dos dados. No gráfico, quanto mais próximo do vermelho for o quadrado, maior sua relevância dentro da variável analisada.

A segunda legenda indica a porcentagem, variando de cinco a vinte por cento; nos demais gráficos, a porcentagem utilizada será de dez a cinquenta por cento. Quanto maior a porcentagem, maior a frequência das palavras associadas às categorias de análise dentro da variável em questão.

O parâmetro de análise ou unidade de contexto utilizado para a geração dos dados e posterior criação do gráfico pelo *software* é baseado em parágrafos. O *KH Coder*, identifica os parágrafos e, dentro destes, realiza a análise considerando as variáveis previamente determinadas durante a preparação dos documentos para processamento.

Em relação às variáveis, durante a preparação do *corpus textual* para o pré-processamento no *KH Coder*, a tabela de dados provenientes do Banco Mundial, foi organizada de forma que cada documento fosse tratado como uma variável distinta. Dessa maneira, o

software seria capaz de identificar, a partir do resumo de cada documento, a relevância destes em relação à hipótese de pesquisa deste trabalho.

Por outro lado, as declarações e plano de ações das CRES, por não seguirem um padrão uniforme em todos os documentos, foram divididos conforme tópicos pré-estabelecidos nos textos ou de acordo com a formatação dos documentos, permitindo identificar onde iniciava e terminava cada parte relevante para a análise.

Por fim, os demais processos realizados durante a análise dos documentos, bem como as dificuldades encontradas ao longo deste processo, são detalhados ao longo deste capítulo.

3.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS DO BANCO MUNDIAL

Este tópico tem como objetivo a análise do conteúdo de documentos oficiais provenientes do banco de dados do Banco Mundial⁴⁹.

Para a realização da análise, utilizar-se-á uma tabela de Excel obtida do site do Banco Mundial. Essa tabela inclui uma variedade de dados sobre documentos oficiais, relatórios de status de implementação, projetos de pesquisa e informações financeiras, entre outros. Esses dados serão a base da investigação e análise. O objetivo deste tópico é, primeiramente, realizar uma análise exaustiva do conteúdo geral da tabela obtida do site do Banco Mundial. Subsequentemente, será examinado o conteúdo específico relacionado aos termos *Education*, *Project* e *Objective*. Busca-se, assim, apresentar um panorama abrangente da tabela, seguido de uma análise detalhada dos termos mencionados.

Para essa análise utilizaram-se as seguintes categorias e palavras-chave para elaboração do *codebook* (*coding rule file*) para a posterior utilização da tabulação cruzada:

⁴⁹ Os dados foram obtidos a partir de uma tabela disponível no site do Banco Mundial, que reúne informações sobre projetos educacionais. O link para acesso aos documentos é: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentlist>. Acesso em 03 de maio de 2024.

```

*EDU
Education | school | brazil | learning | development

*PRO
Project | management | melhorar | support | training

*OBJ
Objective | expand | mobility | resulting | emphasis

```

Codebook 3.1—1

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer alguns elementos que compõem o *codebook* 3.1-1. O termo EDU refere-se ao nome da categoria, enquanto as palavras abaixo são as palavras-chave. Além disso, outro fator importante é que o termo *improvar* foi identificado pelo *software* no lugar de *improve* durante a elaboração deste *codebook*.

A seleção de palavras é realizada após a especificação da primeira palavra-chave, neste caso, *Education*, *Project* e *Objective* utilizando a função de associação de palavras (*Word Association*) do software. O critério de organização dos dados utilizado foi o índice de *Jaccard*, que tem como objetivo analisar todas as palavras relacionadas às palavras-alvo previamente definidas. Para essa análise, utilizou-se a unidade de análise de parágrafos; ou seja, o programa examinou quais palavras têm maior conexão com as palavras-chave iniciais em cada parágrafo. Após essa análise, foi realizado um processo de exclusão para definir as palavras-chave da segunda categoria (PRO) e assim por diante. Este processo pode ser visualizado na imagem abaixo:

The screenshot shows the 'Word Association' software window. The 'Search Entry' field contains a list of terms: #direct, *EDU, *PRO, *OBJ, and #none. The 'Coding Rule File' is set to 'Coodbook0.txt'. The '#direct' dropdown is set to 'and'. The 'Unit' is set to 'Paragraphs'. A 'Run' button is visible. Below the search entry, a table displays the results for the search.

N	word	POS	unconditional	conditional	Jaccard
1	the	N	93 (0.589)	73 (0.986)	0.7766
2	of	N	98 (0.620)	74 (1.000)	0.7551
3	the	V	96 (0.608)	73 (0.986)	0.7526
4	and	AQ	90 (0.570)	70 (0.946)	0.7447
5	ir	V	82 (0.519)	64 (0.865)	0.6957
6	and	N	74 (0.468)	60 (0.811)	0.6818
7	is	R	56 (0.354)	45 (0.608)	0.5294
8	on	N	54 (0.342)	44 (0.595)	0.5238
9	with	N	53 (0.335)	43 (0.581)	0.5119
10	school	N	40 (0.253)	38 (0.514)	0.5000

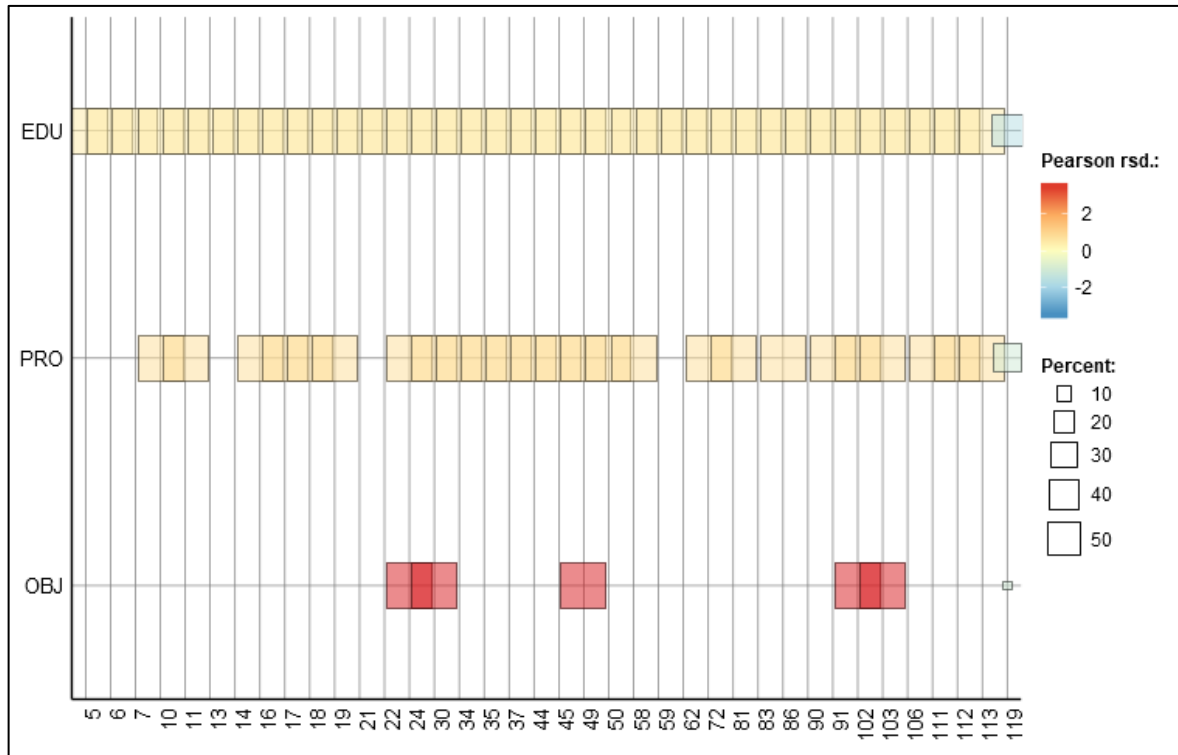
Imagem 3-1

3.1.1 TABULAÇÃO CRUZADA: CONCEITOS E ANÁLISE PRELIMINAR

A tabulação cruzada é uma ferramenta analítica que examina a relação entre diferentes conjuntos de palavras ou conceitos, com base no *codebook* elaborado para a análise. Ela gera uma tabela que indica com que frequência esses conjuntos de palavras-chave aparecem juntos no texto em questão, facilitando a identificação de padrões e associações significativas e oferecendo uma análise quantitativa detalhada.

A análise será dividida em duas partes, conforme proposto no início desse tópico. Primeiramente, será realizada uma análise exaustiva, buscando explorar todos os aspectos do conjunto de dados disponibilizados pela tabulação cruzada. Em seguida será feita a análise de conteúdo específico, com ênfase a categoria OBJ.

O primeiro processamento dos dados foi realizado para verificar quais documentos do BM possuem os termos utilizados no *codebook*, gerando o gráfico a seguir. Em relação a esse gráfico, observou-se que dos 209 documentos disponibilizados pela pesquisa a partir do site do Banco Mundial, apenas 38 continham a seleção de palavras utilizadas na elaboração do *Codebook 3.1-1*. A partir disso, é possível perceber também que as palavras-chaves que compõem a categoria EDU e PRO estão presentes de maneira relativamente homogênea nos documentos analisados nesse gráfico.



Tabulação cruzada 3.1.1-1

Na categoria EDU os quadrados têm cor bege e tamanho uniforme, indicando que as ocorrências observadas destas palavras estão distribuídas de forma relativamente homogênea e com uma relevância semelhante dentro dos padrões determinados pelo programa, ou seja, não são palavras com forte associação ou importância dentro das variáveis analisadas. Na categoria PRO, mesmo que haja quadrados de tamanhos diferentes, ainda é possível afirmar que a ocorrência dos termos da categoria não apresenta grandes variações, o mesmo pode ser dito sobre a sua importância dentro do contexto analisado, assim como a anterior.

Por outro lado, a categoria OBJ aparece apenas nas variáveis 24, 30, 49, 102 e 103. Isso demonstra uma forte ligação ou relação específica com essas variáveis, sugerindo uma associação significativa com os termos determinados nas demais categorias. Esses padrões são apresentados na Tabela de variáveis 3.1.1-1 obtida a partir do KH Coder, que gerou o gráfico analisado acima.

Variável	*EDU	*PRO	*OBJ
24	1 (100.00%)	1 (100.00%)	1 (100.00%)
30	1 (100.00%)	1 (100.00%)	1 (100.00%)
49	1 (100.00%)	1 (100.00%)	1 (100.00%)
102	1 (100.00%)	1 (100.00%)	1 (100.00%)
103	1 (100.00%)	1 (100.00%)	1 (100.00%)

Tabela de variáveis 3.1.1-1

Ao ser feita a análise específica das variáveis, foi possível identificar que as variáveis 24, 30 e 49 se complementam. Tendo como mudanças nos projetos a inclusão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a extensão do projeto e o ajuste de metas para aumentar a eficiência e a eficácia do programa em geral. Além disso, ficou claro que esses documentos eram projetos que alteravam o projeto original, identificado como tendo início no ano de 2011. O objetivo desse projeto original era “a expansão da cobertura de uma melhor educação para a primeira infância, a criação de condições que conduzam melhor ao aprendizado na educação primária e o aprimoramento da gestão pública municipal” (WORLD BANK GROUP, 2011, p. 1).

Em relação às variáveis 102 e 103, identificou-se que elas abordam questões práticas de implementação, como a construção de escolas e os impactos ambientais, além de planejamento de terrenos. Sendo assim é possível afirmar que estes projetos complementam um ao outro, criando uma abordagem abrangente para alcançar os objetivos de desenvolvimento na cidade do Recife.

Em relação ao projeto inicial, supracitado, intitulado “Brasil - Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife (Recife SWAP)” (WORLD BANK GROUP, 2011), que abrange as variáveis 24, 30 e 30. Foram obtidos os seguintes resultados ao analisar o projeto por meio da tabulação cruzada utilizando o *Codebook 3.1.1-1*, apresentado abaixo. Ressalta-se ainda que o documento foi adaptado para incluir apenas os itens essenciais à análise.

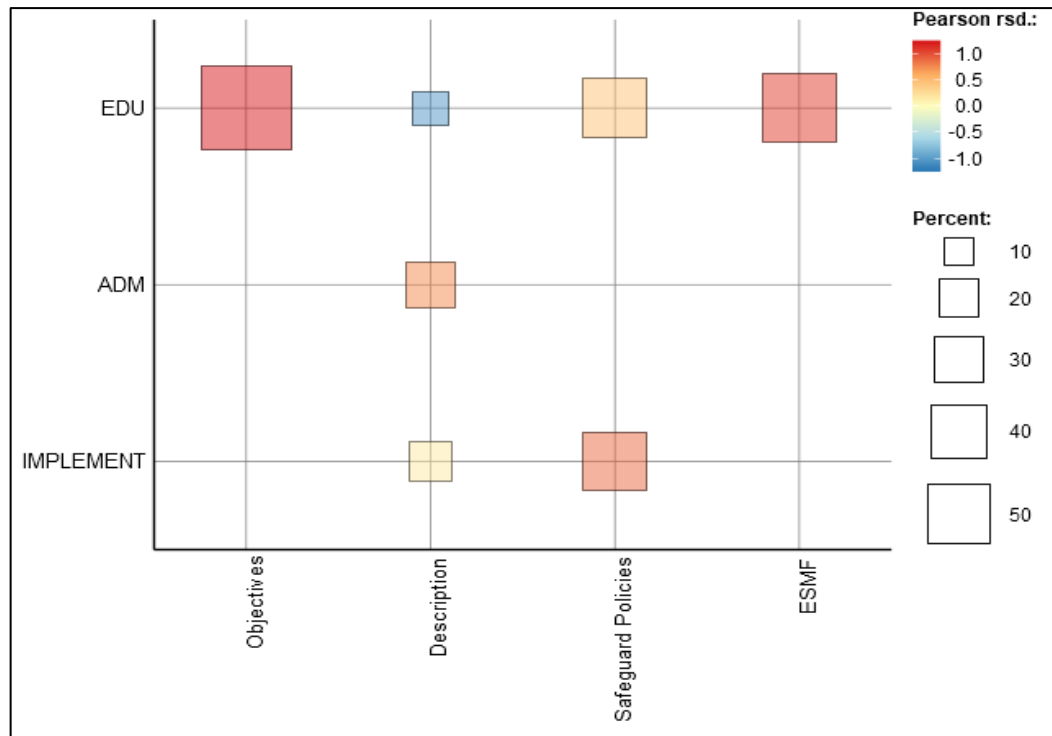
```
*EDU
'Early Child Education' | rehabilitation | centers

*ADM
administration | study | system

*IMPLEMENT
implementation | capacity | planning
```

Codebook 3.1.1-1

A tabulação cruzada resultante deste codebook é intitulada Tabulação cruzada 3.1.1 – 2 e apresenta os seguintes resultados:



Tabulação cruzada 3.1.1-2

A partir da análise do gráfico, é possível observar que as palavras da categoria EDU, não apenas estão mais presentes nas variáveis *Objectives* e ESMF (*Environmental and Social Management Framework*), mas também possuem uma forte relevância dentro dessas variáveis. Nota-se também que a categoria EDU, embora não esteja uniformemente presente em todos os trechos do documento analisado, é mencionada, ainda que com pouca frequência. Por outro lado, isso não ocorre com as categorias ADM e IMPLEMENT. Isso demonstra que um projeto financiado por um organismo criado para prevenir a recorrência de crises econômicas e auxiliar financeiramente projetos de desenvolvimento em países, e que, ao contrário da UNESCO em sua função inicial, não tinha a gestão da educação como objetivo principal, acaba influenciando as políticas educacionais por meio desses projetos.

3.1.2 SEGUNDA ANÁLISE: ABORDAGEM PARA VARIÁVEIS NÃO IDENTIFICADAS

Diante da ausência dos termos utilizados no *Codebook 3.1-1* em algumas variáveis, será realizada uma segunda análise da tabela de dados proveniente do BM. Esta nova etapa busca identificar elementos adicionais, considerando a hipótese deste trabalho, que propõe que esta

organização estaria desempenhando um papel de direcionamento, em relação a formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil, influenciando diretamente a estrutura e os objetivos das reformas educacionais no país. Para isso, serão empregadas as seguintes categorias específicas de análise: *Financing*, *reforms* e *monitoring*.

Para conduzir essa análise, foram utilizados os seguintes nomes de categorias no *codebook*, que serão aplicados na tabulação cruzada subsequente: FIN, REF e MON.

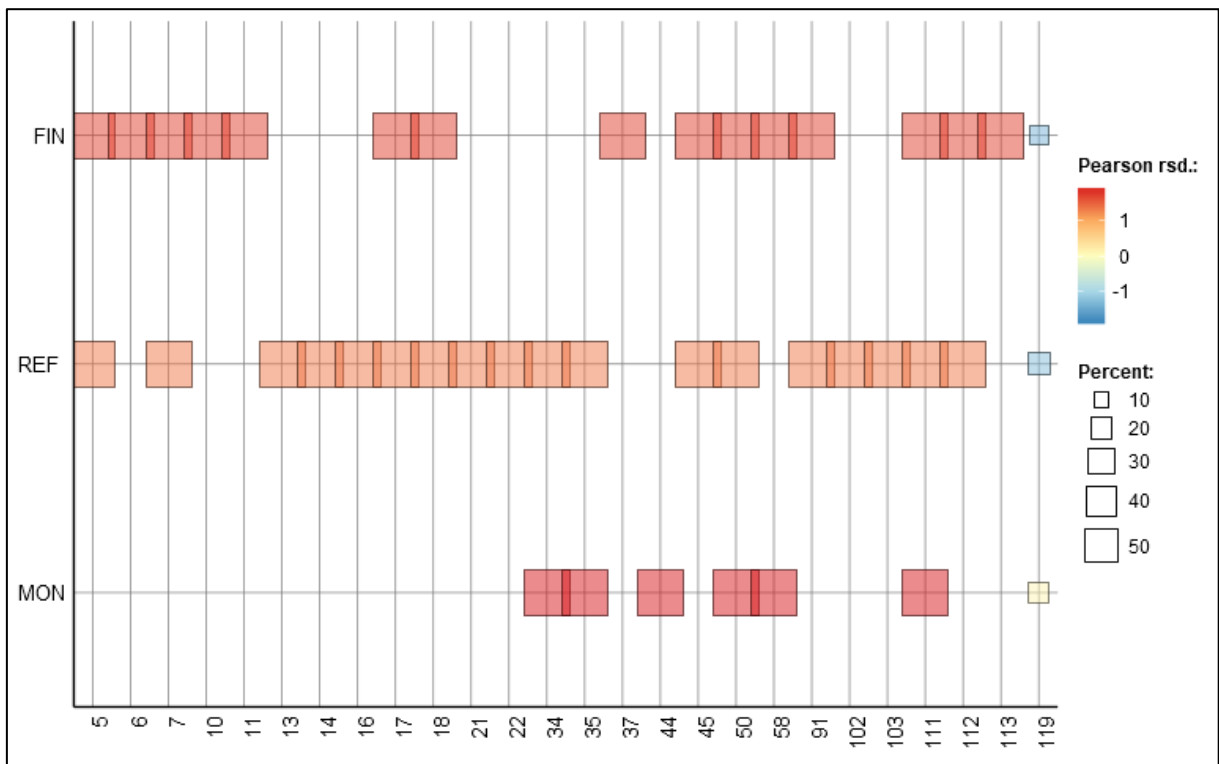
```
*FIN
Financing | results-based | capacity | included

*REF
Reforms | efficiency | quality | highest

*MON
Monitoring | evaluation | lessons | outcome
```

Codebook 3.1.2—1

A partir desse *codebook*, obtiveram-se os seguintes resultados:



Tabulação cruzada 3.1.2—1

De início, é possível perceber que outras variáveis estão presentes no gráfico resultante do *Codebook 3.1.2-1*; entretanto, algumas variáveis se repetem. Dito isso, algumas das variáveis que se repetem nesse gráfico, como as variáveis 102 e 103, que já foram analisadas de maneira minuciosa, serão descartadas nesta análise. A análise desse gráfico seguirá o mesmo padrão que o anterior: primeiro será feita uma análise exaustiva e, na sequência, cada categoria será analisada de maneira isolada para identificar de que maneira os termos se relacionam nos documentos.

Isso é particularmente relevante, pois, como é possível perceber, há uma homogeneidade na frequência e na relevância dos termos que compõem as categorias em questão. Comparando com a *Tabulação cruzada 3.1.1-1*, nota-se uma distribuição relativamente homogênea das categorias entre as variáveis, sugerindo uma integração consistente dessas categorias nos diferentes documentos analisados.

O único documento que não segue esse padrão é a variável 119, pois, ao contrário das outras, apresenta baixa frequência e relevância dos termos analisados em comparação com as demais. Por isso, análise dessa variável será descartada.

Além da variável 119, é importante destacar as variáveis 34, 35, 50, 58 e 111. Nessas variáveis, todas as categorias restantes mostram forte relevância e frequência significativa, o que justifica uma análise individualizada. Portanto, serão analisadas essas variáveis, acompanhadas das devidas conclusões.

Em relação a essas variáveis, observa-se que elas também estão presentes na *Tabulação cruzada 3.1.1-1*, sendo possível concluir a partir disso, que tem relação direta com a educação, seja através de projetos focados na melhoria da qualidade dos professores (como na variável 35⁵⁰), ou na implementação de reformas e políticas educacionais em diferentes estados do Brasil (como nas variável 50⁵¹).

No que diz respeito à variável 35, trata-se de um relatório sobre um programa implementado no Ceará, que visa melhorar a eficácia do ensino em escolas secundárias por

⁵⁰ Relatório intitulado: *Brazil - can providing teachers with feedback and coaching improve learning*. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/653031517924448302/brazil-can-providing-teachers-with-feedback-and-coaching-improve-learning>. Acesso em 14 agosto 2024.

⁵¹ Relatório de conclusão intitulado: *Brazil - Bahia Development Policy Lending Project*. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/342811486062951821/brazil-bahia-development-policy-lending-project>. Acesso em 14 agosto 2024.

meio de *feedback* e *coaching* para professores. Com o apoio do BM e da Fundação Lemann⁵², o programa, conforme o relatório, resultou em aumento do tempo de ensino e maior engajamento dos alunos, refletindo em melhores pontuações em matemática e português, quando comparado com escolas que não participaram desse experimento social.

O que chama a atenção neste documento é que, embora o foco esteja no desenvolvimento profissional dos professores, ele não aborda diretamente a estrutura física das salas de aula ou o contexto social dos alunos. No início do documento, menciona-se que “especialmente em países ou regiões de baixa renda, os professores podem não ter os recursos, conhecimento ou motivação para ensinar de forma eficaz”⁵³ (WORLD BANK GROUP, 2018, p. 1 – livre tradução). Apesar dessa menção à falta de recursos, o relatório se concentra principalmente nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento profissional dos professores como a chave para melhorar a eficácia do ensino e, conseqüentemente, os resultados de aprendizagem dos alunos. Em nenhum momento há uma análise detalhada sobre a estrutura física das salas de aula ou o contexto social dos alunos. Dessa forma, a responsabilidade pela melhoria da educação, conforme apresentado no documento, recai principalmente sobre os professores e suas práticas em sala de aula.

Portanto, é possível identificar um esvaziamento do papel do Estado como agente educacional, uma vez que questões como a estrutura das escolas, o transporte dos alunos até a escola, e outros elementos que estão além da sala de aula e, conseqüentemente, além do controle do professor, são deixados de fora dessa análise.

Sobre a variável 34, trata-se de um relatório de conclusão e resultados do projeto “*Rio de Janeiro Strengthening Public Sector Management Technical Assistance Project*” (WORLD BANK GROUP, 2019). O projeto tem como objetivo principal o fortalecimento da capacidade institucional da Prefeitura do Rio de Janeiro, visando aprimorar a gestão pública e a entrega de serviços essenciais, entre eles, a educação.

A análise do documento revelou que as categorias de análise FIN e REF estão distribuídas por diversas seções do texto, onde se mencionam financiamento adequado e

⁵² Fundação Lemann: Organização não governamental com fins filantrópicos voltados para a educação, criada em 2002. Apresenta-se como promotora de melhorias educacionais e destaca-se pela implementação do programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE) no Brasil (FUNDAÇÃO LEMANN, 2024). Esse programa é alinhado com iniciativas de avaliação em massa, os quais são fortemente incentivados por organizações como o BM e a OCDE, refletindo uma tendência de monitoramento da qualidade educacional que, frequentemente, ignora contextos locais e privilegia abordagens tecnocráticas.

⁵³No original: *Especially in low-income countries or regions, teachers may not have the resources, knowledge or motivation to teach effectively.*

reformas estratégicas. Especificamente, a categoria REF e suas palavras-chave são discutidas em relação à necessidade de melhorias na gestão pública e à implementação de mudanças no sistema educacional. Já a categoria FIN e os termos associados são abordados em relação ao suporte financeiro necessário para a implementação das reformas educacionais.

A categoria de análise MON foi a que trouxe resultados mais surpreendentes. Ao longo do documento é mencionada a importância de acompanhar o progresso e os resultados das ações implementadas, surgindo então a necessidade de indicadores de desempenho.

O monitoramento, de acordo com o documento, é destacado como uma prática essencial para avaliar a eficácia das reformas e garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados. Destas ferramentas de monitoramento, foram identificadas as seguintes no documento:

- **Rio Creche Monitoring System:** Sistema para monitoramento da qualidade dos Centros de Desenvolvimento Infantil;
- **Child Education Quality Monitoring System:** Sistema integrado de monitoramento da qualidade da educação infantil;
- **Brazilian Education Quality Index:** Indicador criado pelo Ministério da Educação do Brasil para medir a qualidade da educação básica no país;
- **Rio de Janeiro Education Development Index:** Indicador específico que mede a qualidade da educação nas escolas do estado do Rio de Janeiro;
- Menciona-se também a futura criação de um **Centro de Gerência de Informação Estratégica**, que terá como objetivo preparar e avaliar índices educacionais, além de disponibilizar relatórios e estatísticas.

Os sistemas descritos enfatizam a eficiência na gestão, a monitorização de resultados e a tomada de decisões baseadas em dados. No entanto, tais elementos privilegiam a eficiência em detrimento da qualidade, uma vez que o sucesso é medido principalmente por indicadores de desempenho e resultados quantificáveis, como a qualidade da educação e a utilização eficiente de recursos. Essa abordagem tende a considerar a qualidade apenas por indicadores quantitativos, ignorando aspectos qualitativos e sociais.

Ademais, o sistema promove maior autonomia para as unidades de educação e descentralização da gestão, visando empoderar instituições locais para que operem de maneira

mais independente. Contudo, ao priorizar apenas a eficiência e os resultados numéricos, o sistema pode ser criticado por negligenciar as necessidades sociais mais amplas da educação.

Quanto à variável 50, este é um relatório sobre empréstimos para o estado da Bahia, com foco no desenvolvimento, analisando as reformas realizadas entre os anos de 2014 e 2016. Destaca-se também a adaptação dos serviços públicos às necessidades de grupos vulneráveis, como mulheres, afrodescendentes e minorias.

No âmbito da educação, e particularmente, em relação à categoria de análise REF, identificou-se a ênfase na criação de diretrizes curriculares para escolas quilombolas e indígenas, integrando suas culturas no currículo escolar. Não se pode deixar de observar que essas iniciativas são necessárias e fundamentais para promover a inclusão social e a equidade no acesso à educação, contribuindo para a redução das disparidades regionais e sociais.

O documento menciona que “no geral, a implementação do programa foi moderadamente satisfatória, os objetivos de desenvolvimento foram alcançados, conforme evidenciado pelas metas dos indicadores de resultados”⁵⁴ (WORLD BANK GROUP, 2017, p. 18 – livre tradução). Também foi possível identificar a adoção de novas diretrizes curriculares para escolas quilombolas e indígenas, além da contratação de professores indígenas. Conclui-se, assim, que o objetivo geral desse projeto no que diz respeito a educação, é a criação e reforma de um sistema educacional que não apenas reconheça, mas também atenda às especificidades das comunidades indígenas e quilombolas, promovendo uma educação inclusiva e equitativa que respeite suas identidades culturais.

Por fim, diferente dos projetos anteriores, este apresenta políticas educacionais voltadas para a inclusão de comunidades indígenas e quilombolas na Bahia. Estas políticas se distanciam da lógica neoliberal predominante nas políticas públicas financiadas pelo BM ao enfatizar a intervenção estatal, a equidade social, a valorização da diversidade cultural e a educação como um direito. Essas iniciativas refletem uma abordagem mais alinhada com políticas sociais que buscam corrigir desigualdades e promover a inclusão, sendo uma descoberta interessante no contexto desta dissertação.

O penúltimo projeto analisado, a partir da variável 58, “*Pernambuco Education Results and Accountability Project*” (WORLD BANK GROUP, 2016), visa melhorar a qualidade da educação pública no estado de Pernambuco. Assim como os demais projetos, ele propõe a elevação dos padrões educacionais, por meio da melhoria do ensino, da eficiência e da equidade

⁵⁴ No original: *Overall, the program’s implementation was moderately satisfactory, the development objectives were achieved as evidenced by the results indicator targets.*

na educação. Esses pontos são especialmente relevantes, pois também apareceram nos projetos analisados anteriormente. No entanto, diferentemente das variáveis 34 e 50, este projeto é exclusivamente focado na educação.

Para essa última variável, a análise foi direcionada a categoria FIN, o objetivo era buscar compreender de que forma o financiamento do projeto impactou na promoção de resultados na educação. Em um contexto mais amplo, o financiamento, permitiu a implementação de reformas estruturais, como a modernização da infraestrutura escolar, a capacitação de professores e a introdução de programas de avaliação de desempenho.

Contudo, certos aspectos do projeto parecem abrir caminho para a integração de outras OIs, ampliando o escopo da cooperação e diversificando os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos educacionais, em teoria. Ao realizar uma análise mais aprofundada, revisando o item 1.2 que menciona os objetivos do projeto, foi encontrado o seguinte ponto:

Desenvolvimento e implementação de um plano de ação para o fortalecimento das compras públicas resultante da aplicação do diagnóstico de indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A implementação do plano de ação é representada pela implementação do sistema de compras eletrônicas do estado⁵⁵ (WORLD BANK GROUP, 2016, p. 3 – livre tradução).

De acordo com o documento, a implementação desse plano tinha como objetivo aprimorar a capacidade do governo de realizar aquisições de forma mais eficiente e transparente. Isso garantiria que os recursos provenientes do investimento fossem utilizados de maneira adequada, resultando, por consequência, em uma gestão pública mais eficiente e responsável por parte do governo estadual. O ponto de destaque nesse item é a participação de outra OI no projeto educacional: a OCDE, cuja participação ocorreu por meio de outros instrumentos, o que reforça a integração de múltiplas entidades no desenvolvimento dessas políticas.

Retomando, conforme mencionado no início da análise desta variável, o financiamento permitiu a reabilitação e modernização da infraestrutura, do mobiliário e dos equipamentos das escolas em Pernambuco. Além desses investimentos, o documento também propõe a criação de laboratórios de informática e a disponibilização de materiais adequados para os professores.

⁵⁵ No original: *Development and implementation of an action plan for the strengthening of procurement resulting from the application of the indicators diagnostic of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Implementation of the action plan is represented by the implementation of the state's e-procurement system*

Dessa forma, como mencionado, o objetivo desta análise era dar ênfase à categoria FIN. Além dos sistemas de monitoramento já mencionados e avaliados quanto à sua real eficácia, foi identificado um programa implementado no estado, que pode ser interpretado como uma forma de financiamento condicional. Esse programa, chamado *Education Performance Bonus*, foi desenvolvido como parte das estratégias para melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas e recebeu apoio técnico do BM.

Essa abordagem de financiamento condicional, identificada a partir do programa *Education Performance Bonus*, reflete, mais uma vez, os princípios neoliberais promovidos pelo BM, onde a eficiência e a produtividade são priorizadas em detrimento de uma educação inclusiva e de qualidade. Ao vincular recursos financeiros ao desempenho específico, essas políticas reforçam a lógica de mercado dentro do setor educacional, onde as escolas se tornam quase que empresas, competindo por recursos com base em resultados mensuráveis a partir de dados quantitativos. Essa pressão por resultados pode desvirtuar o verdadeiro propósito da educação, transformando-a em um meio para atingir metas pré-estabelecidas, em vez de um espaço para o desenvolvimento integral dos alunos.

Concernente ao último documento desta análise, observa-se que se trata de um projeto com objetivos semelhantes ao documento presente na variável 58, incluindo o mesmo estado-alvo, com a única diferença sendo o período de referência, que neste caso é o ano de 2010. O título do projeto é “*Brazil - Pernambuco Integrated Development: Education Quality Improvement Project*” (WORLD BANK GROUP, 2010). Além de abordar as questões tradicionais no âmbito da educação, o foco deste projeto seria destacar a importância da Secretaria de Educação, buscando maior eficácia e eficiência. O objetivo seria possibilitar que a Secretaria gerencie melhor os recursos, implemente políticas educacionais e, em última análise, melhore a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Esta segunda análise explorou a interseção das políticas educacionais implementadas no Brasil com o apoio do BM, destacando como a eficiência, a eficácia e a produtividade são enfatizadas em detrimento de aspectos mais holísticos da educação. A análise das variáveis específicas revelou uma tendência preocupante de mercantilização da educação, onde os resultados quantitativos são prioritários, e a qualidade é muitas vezes vista apenas através de lentes de desempenho mensurável.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais. É essencial que as futuras políticas reconheçam e integrem tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos da educação, para

verdadeiramente atender às necessidades de alunos e professores em um contexto educacional que está sempre evoluindo. Isso deve visar primordialmente o desenvolvimento do bem-estar social, em vez de apenas promover o crescimento do capital.

3.2 TRANSFORMAÇÕES NAS CRES: DECLARAÇÕES E PLANOS DE AÇÃO

Neste item, será realizada uma análise detalhada dos documentos produzidos nas Conferências Regionais de Educação Superior (CRES), abrangendo desde a primeira conferência em 1996 até a mais recente CRES +5, realizada em 2024. A análise incluirá tanto as declarações quanto os planos de ação. Para manter a originalidade dos textos e evitar descontextualizações durante as traduções, os documentos serão analisados em seus idiomas originais: espanhol, português e inglês. Seguindo o mesmo padrão de análise utilizado anteriormente, a ferramenta *KH Coder* será empregada para aplicar técnicas de tabulação cruzada, identificando as variáveis de maior significância em cada documento. Os *codebooks* utilizados terão as mesmas categorias de análise, podendo variar apenas nas palavras-chave devido ao índice *Jaccard* e ao uso da linguagem.

O objetivo é analisar os documentos com base nas variáveis mais relevantes. A partir dessa identificação, será conduzida uma análise específica para avaliar as implicações dessas mudanças no contexto das R.I e na implementação das políticas educacionais na América Latina e no Caribe. Posteriormente, buscar-se-á apontar a evolução das CRES ao longo dos anos, comparando os documentos para evidenciar transformações. Essa abordagem permitirá destacar a evolução das prioridades e estratégias delineadas nas conferências, proporcionando uma visão crítica sobre seu impacto regional.

3.2.1 PRIMEIRA CRES 1996: ANÁLISE INICIAL

A primeira Conferência Regional de Educação Superior (CRES), foi realizada em Havana, Cuba, no ano de 1996. Esse evento é marcado por se encontrar em um momento, em que a década de 1990 foi caracterizada pelo reconhecimento, por diversas OIs, incluindo a UNESCO, da centralidade do Ensino Superior (ES). Conforme observado ao longo desse trabalho, a educação passou a ser vista, desde esse período, não apenas como um elemento fundamental para o desenvolvimento social e educacional, mas também como um mercado,

sujeito à mercantilização e exploração. Essa lógica de valorização financeira do capital permitiu a imposição de políticas distintas para os países do Sul Global em relação aos do Norte Global.

A partir da análise da primeira declaração da CRES e seu plano de ação resultante, busca-se iniciar a construção de um panorama que permita verificar a operacionalização desse sistema no ES ou, alternativamente, identificar possíveis movimentos de resistência à mercantilização da educação.

Abaixo, encontra-se o *codebook* utilizado para a análise da declaração da CRES e a tabulação cruzada resultante:

```
*EDU
EDUCACIÓN | SUPERIOR | INSTITUCIONES | CONOCIMIENTO

*COOP
COOPERACION | APLICACION | CATEDRAS | ENTENDIMIENTO

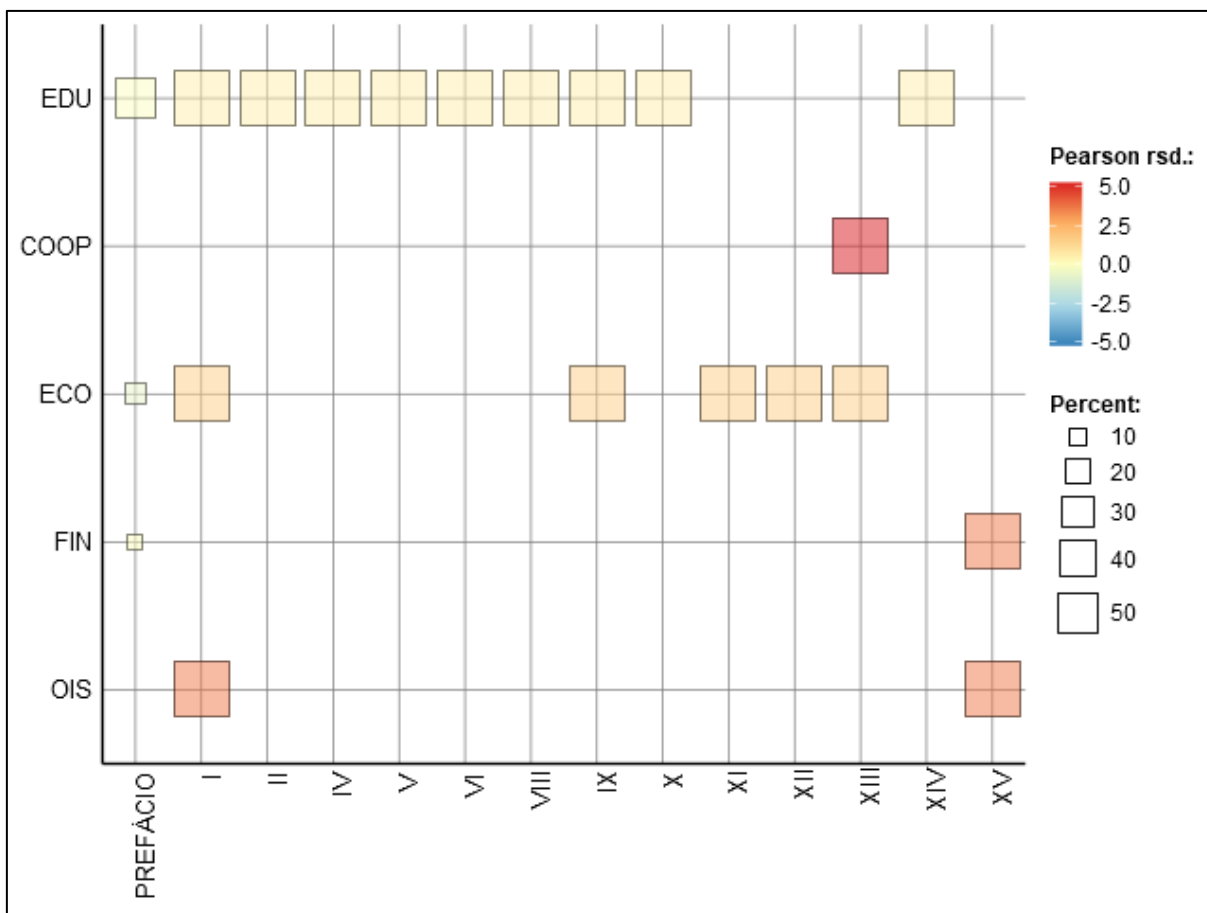
*ECO
ECONOMICO | POLITICO | INTEGRACION | CULTURAL

*FIN
FINANCIAMIENTO | CIVIL | APOYO | ASOCIACIONES

*OIS
ORGANIZACIONES | APOYO | ASOCIACIONES | CONSTITUYEN | DESAFIOS
```

Codebook 3.2.1—1

Ao processar este *codebook*, obtiveram-se os seguintes resultados na tabulação cruzada:



Tabulação cruzada 3.2.1-1

O *codebook* elaborado para a análise dessas declarações busca identificar os pontos mais relevantes ao tratar de educação e dos princípios do neoliberalismo, já identificados na literatura previamente trabalhada. O objetivo é oferecer um panorama abrangente, que vai desde a educação, tema central desta dissertação, até os pontos de ingerência das OIs

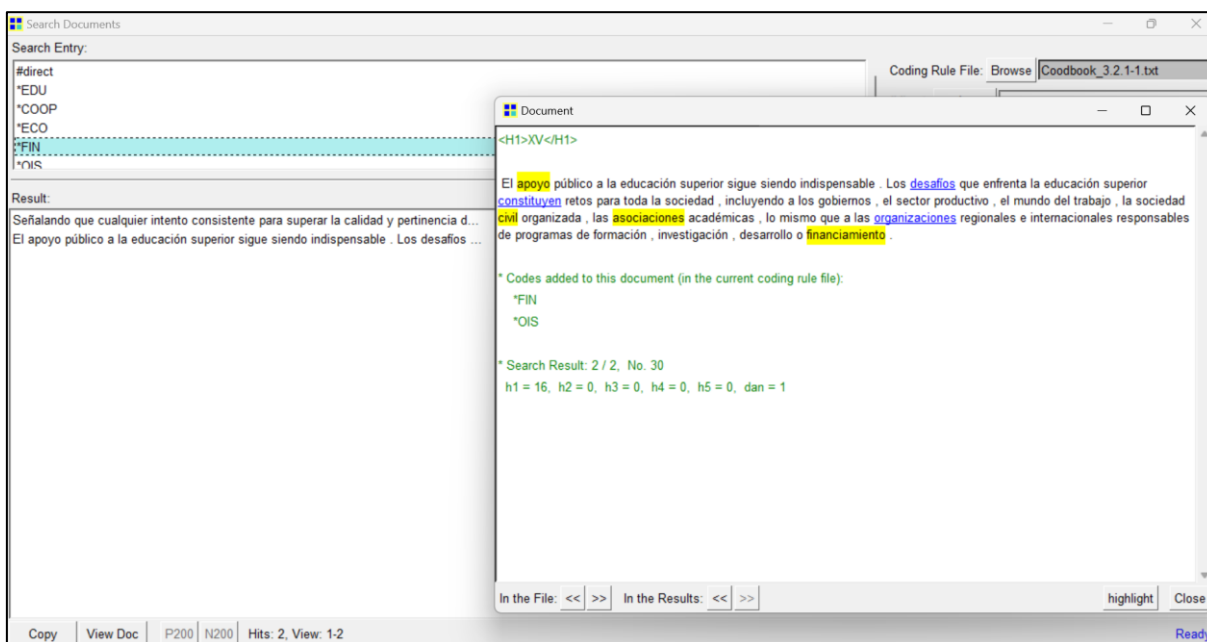
Como esperado, a categoria de análise EDU, apresentou uma frequência relativamente uniforme, estando ausente em quatro variáveis e não demonstrando relevância destacada em nenhuma delas, conforme indicado na legenda ao lado

Já a categoria COOP esteve presente apenas na variável XIII, onde apresentou grande relevância dentro do contexto analisado. Por esse motivo, será analisada posteriormente, não apenas no contexto da categoria COOP, mas também em relação a sua possível influência dentro da categoria ECO, que também demonstra uma relevância moderada nessa variável.

Quanto a categoria ECO, ela, de forma isolada, não apresenta grande relevância nas variáveis. No entanto, ao analisar as categoria ECO em conjunto com a variável OIs, nota-se

um ponto de atenção na variável I, onde ambas, analisadas em conjunto, apresentam certa relevância dentro do contexto.

O mesmo ocorre com as categorias FIN e OIs em relação a variável XV, que apresentam alta relevância. Por isso, essas categorias também serão incluídas na análise específica dos termos relacionados.



Função Search Documents I

Para essa análise, utilizou-se a ferramenta *Search Documents* do *KH Coder*, que funciona da seguinte maneira: ao fazer o upload do *Codebook 3.2.1-1*, o *software* identifica todas as palavras-chave dentro das categorias de análise e, a partir dessas, realiza a busca dentro das variáveis. A principal diferença entre essa função e a tabulação cruzada é que, enquanto a tabulação cruzada identifica os termos a partir dos gráficos, a função *Search Documents* permite analisar a variável como um todo. Vale ressaltar que essa função não foi utilizada na análise dos documentos do BM, uma vez que eles não estavam na formatação reconhecida pelo *software*.

Seguindo adiante com a análise, em relação a variável XIII:

<H1>XIII</H1>

La transferencia y el intercambio de experiencias entre instituciones de educación superior elementos esenciales del programa UNITWIN y de Cátedras UNESCO - son imprescindibles para promover el saber y favorecer su aplicación al desarrollo . La cooperación interuniversitaria puede ser facilitada por el progreso constante de las tecnologías de la información y de la comunicación , y resultar fortalecida por los actuales procesos de integración económica y política , así como por la creciente necesidad de entendimiento intercultural .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

*COOP

*ECO

Função Search Documents 2

Ao analisar esta variável por meio das palavras-chave que compõem as categorias destacadas, é possível chegar a algumas conclusões. A palavra-chave Cátedras refere-se ao programa UNITWIN e às Cátedras UNESCO, que são citados como exemplos de mecanismos de cooperação internacional para promover o conhecimento.

A palavra-chave *aplicación* aparece nesta variável, no contexto da aplicação do conhecimento para o desenvolvimento. A partir disso, pode-se apontar que a CRES 1996 sugere uma cooperação que vise resultados práticos e impactantes no contexto do desenvolvimento social e econômico na região.

As palavras que compõem a expressão *integración económica y política* são evidentes aqui, referindo-se aos processos de integração que são fundamentais tanto para a economia quanto para a política. Estes processos são facilitadores da cooperação mencionada anteriormente.

Com isso, conclui-se a ideia central aqui é a busca da cooperação interuniversitária, facilitada por iniciativas como as Cátedras UNESCO. Busca-se aplicar os conhecimentos adquiridos ao desenvolvimento da região, fortalecendo os processos de integração econômica e política, por meio do intercambio universitário.

```
<H1></H1>
```

La [educación](#) en general , y la [superior](#) en particular , son instrumentos esenciales para enfrentar exitosamente los [desafíos](#) del mundo moderno y para formar ciudadanos capaces de construir una sociedad más justa y abierta , basada en la solidaridad , el respeto de los derechos humanos y el uso compartido del [conocimiento](#) y la información . La educación superior constituye , al mismo tiempo , un elemento insustituible para el desarrollo social , la producción , el crecimiento **económico** , el fortalecimiento de la identidad **cultural** , el mantenimiento de la cohesión social , la lucha contra la pobreza y la promoción de la cultura de paz .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU
- *ECO
- *OIS

Função Search Documents 3

De maneira geral, observa-se que o ES é apresentado como uma ferramenta multifuncional essencial para enfrentar os desafios do mundo moderno. Na categoria de análise OIs, destaca-se a relevância desta dentro da variável ao considerar que desafios globais mencionados seriam enfrentados através do ES. Embora não explicitados, pode-se deduzir que sua eficácia seria maior com o apoio das OIs, uma vez que esta vertente é parte integrante dos esforços das OIs, especialmente ao considerar o período em análise.

Ao analisar a categoria ECO, fica claro que o ES está destacado como um elemento insubstituível para o crescimento econômico. Além disso, serve como uma ferramenta capaz de fortalecer a identidade cultural, contribuindo assim para a diversidade e riqueza cultural, o que, por consequência, resulta em uma maior integração regional.

Dito isso, a interação entre as categorias ECO e OIS destaca a importância do ES como um ponto de convergência para alcançar, dentre outros, diversos objetivos para a região.

```
<H1>XV</H1>
```

El **apoyo** público a la educación superior sigue siendo indispensable . Los [desafíos](#) que enfrenta la educación superior [constituyen](#) retos para toda la sociedad , incluyendo a los gobiernos , el sector productivo , el mundo del trabajo , la sociedad **civil** organizada , las **asociaciones** académicas , lo mismo que a las [organizaciones](#) regionales e internacionales responsables de programas de formación , investigación , desarrollo o **financiamiento** .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *FIN
- *OIS

* Search Result: 2 / 2, No. 30

h1 = 16, h2 = 0, h3 = 0, h4 = 0, h5 = 0, dan = 1

Função Search Documents 4

A variável XV trouxe-se questões interessantes a serem analisadas, revelando aspectos em certo ponto antagônicos. Na perspectiva da categoria FIN, destaca-se a necessidade do apoio público ao ES. Contudo, a menção de associações acadêmicas, sugere a existência de uma rede complexa de financiamento que inclui, mas não se limita a, fontes governamentais. Em relação às OIs, o aspecto mais significativo neste trecho é a responsabilidade atribuída a essas organizações em programas de formação, pesquisa, desenvolvimento e financiamento. Isso levanta questões críticas sobre a influência e as agendas dessas organizações no direcionamento das políticas e práticas educacionais.

A interação entre as categorias FIN e OIs sublinha a complexidade do financiamento e apoio ao Ensino Superior. Enquanto o financiamento público continua indispensável, o ES enfrenta o desafio de navegar em uma paisagem financeira multifacetada que inclui contribuições significativas das OIs, um ponto de grande relevância para esse trabalho.

Essa dependência de várias fontes de financiamento e apoio levanta questões críticas sobre a autonomia e a sustentabilidade de longo prazo das instituições educacionais, conforme observado na análise dos documentos do BM.

Uma vez findada a análise da declaração da CRES 1996, observa-se que o ES é fundamental não apenas como um meio para atender às demandas educacionais regionais, mas também como um campo de influência para políticas públicas e agendas internacionais. As variáveis examinadas destacam a complexa interação entre financiamento público, apoio internacional e os desafios impostos pelas OIs, demonstrando mais uma vez a complexa relação entre a educação e os agentes internacionais que agem a partir destas OIs.

Com a análise das declarações completas, agora voltar-se-á a atenção para os planos de ação. Para isso, utilizar-se-á um *codebook* específico, adaptado para capturar as nuances e prioridades delineadas nesses documentos, como mencionado no início desse tópico.

Abaixo encontra-se o *Codebook 3.2.1–2* utilizado para a análise do plano de ação resultado da CRES 1996, intitulado “Plan de acción para la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe” (CRESALC, 1998).

*EDU
 EDUCACIÓN | EXCELENCIA | CREACIÓN | ADMINISTRATIVO

*COOP
 COOPERACION | INTERNACIONAL | REGIONAL | HORIZONTAL

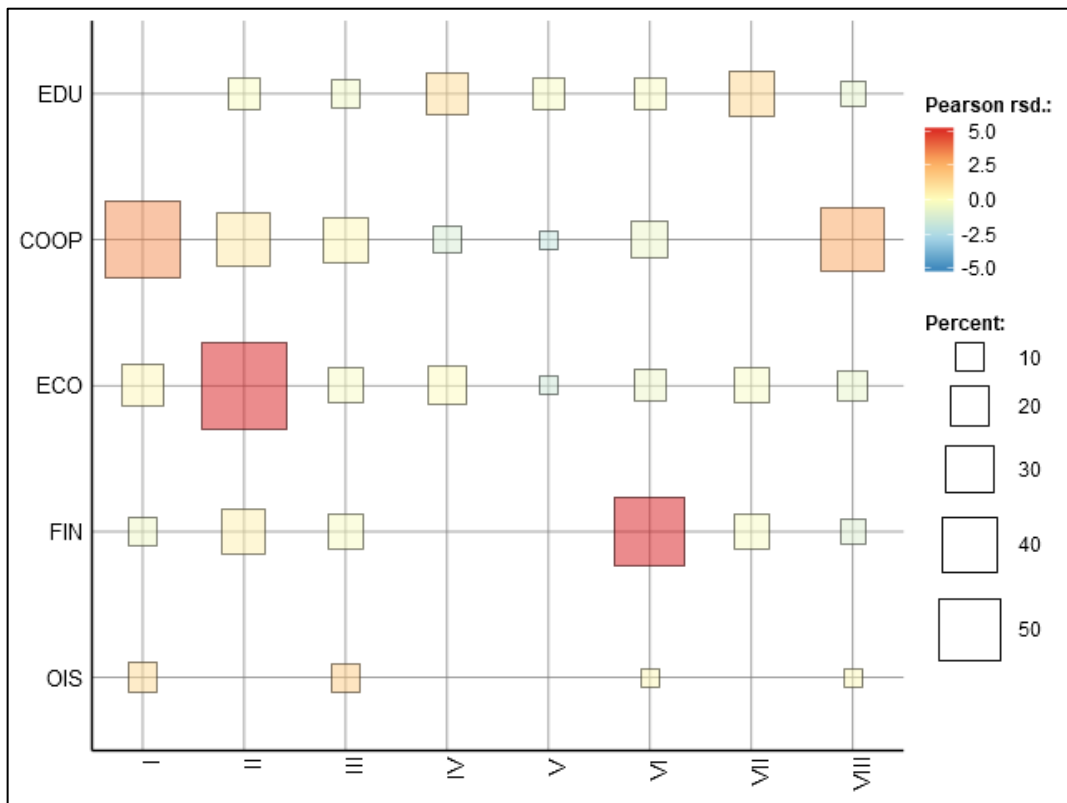
*ECO
 ECONOMICO | POLÍTICO | SOCIAL | CULTURAL

*FIN
 FINANCIAMIENTO | FINANCIERAS | FUENTES | GESTIÓN

*OIS
 ORGANIZACIONES | EXPERTO | LÍNEO | NO-GUBERNAMENTALES

Codebook 3.2.1–2

A seguir, apresentar-se-á a tabulação cruzada resultante, que permitirá examinar as variáveis com maior significância, fornecendo uma base para uma análise mais aprofundada das estratégias e implementações práticas. Este passo é essencial para entender como as intenções manifestadas nas declarações são operacionalizadas nos planos de ação, e quais implicações práticas emergem deste processo.



Tabulação cruzada 3.2.1–2

Partindo de uma análise exaustiva da Tabulação cruzada 3.2.1 – 2, observa-se uma alta frequência dos termos que compõem a categoria COOP nas variáveis I e VII, com uma relevância significativa, embora não tão marcante se comparada com a categoria ECO. Como mencionado, a categoria ECO apresenta uma alta frequência, além de demonstrar grande relevância dentro da variável II. O mesmo pode ser observado em relação a categoria FIN, que se destaca na variável VI.

Outro aspecto digno de nota é que, ao contrário do que se verifica nas declarações finais, a categoria EDU, apresentou uma frequência desigual e com baixa relevância no contexto analisado. Este é um fato interessante, considerando que o plano de ação em questão, supostamente, teria como objetivo a melhoria das condições do ES na região.

Diante dessa análise preliminar, proceder-se-á a uma análise específica das variáveis I, II, VI e VII, com foco nas categorias que demonstraram maior relevância.

Diferente da análise anterior, devido às limitações técnicas, ao formato deste documento e à extensão da variável em questão, não será possível inserir a imagem correspondente ao texto que será analisado, conforme padrão anterior. No entanto, a análise seguirá detalhadamente os principais aspectos apresentados, como feito anteriormente, garantindo que todas as informações relevantes sejam devidamente abordadas e discutidas. Recomenda-se a consulta do documento original mencionado, que se encontra nas referências bibliográficas, para uma visualização completa da tabulação e para uma melhor compreensão dos pontos levantados na análise.

Dando continuidade, assim como apresentado na Tabulação cruzada 3.2.1 – 2, a variável I será analisada a partir da categoria de análise COOP, a qual possui quatro palavras chave que serão percorridas ao longo dessa análise seletiva.

No concerne ao termo cooperação, este é, sem dúvidas é o conceito central dessa variável, uma vez que permeia todo o trecho em questão e é apresentado como indispensável para a transformação do ES na região. No *Codebook 3.2.1 – 2*, a palavra internacional é apresentada separada do termo cooperação; todavia, não é possível analisar a esta sem associá-la ao termo cooperação. Explicado essa nuance, o conceito de cooperação internacional é fortemente destacado, especialmente no contexto da mobilização de milhares de pessoas e da participação de diversas instituições e governos na Conferência Regional realizada em Havana, a CRES 1996. Nesta variável, é mencionada a importância da UNESCO, que atua por meio do

CRESALC como um mecanismo de cooperação internacional, buscando a adoção de políticas educacionais que respondam aos desafios globais e regionais.

A palavra-chave horizontal, assim como a anterior, também necessita ser analisada em conjunto para uma melhor compreensão. Em relação ao termo cooperação horizontal, esta refere-se a ideia de que as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam trabalhar juntas em igualdade de condições, compartilhando conhecimentos e recursos para alcançar objetivos comuns. Sem essa igualdade na relação entre as IES o desenvolvimento do ES na região não seria possível.

A variável II, a partir das perspectivas que a categoria de análise ECO proporciona, permitiu identificar que essa parte do documento aborda as profundas transformações econômicas que os países da América Latina e Caribe têm enfrentado, destacando que um desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável e socialmente equitativo dependerá em grande parte de sua capacidade de gerar novo conhecimento e inovar tecnologicamente, o que é visto como essencial para o bem-estar coletivo e a competitividade regional. Nesse contexto, as IES se apresentam como elementos essenciais para esse desenvolvimento socioeconômico.

Em relação a palavra-chave política, o texto manifesta a necessidade de redefinição de políticas públicas e de uma estratégia consensuada entre o Estado e as IES, destacando-se a, mesmo em um contexto de colaboração com atores estrangeiros e privados. Esse é um ponto interessante a ser ressaltado, especialmente porque não foi verificado na análise dos documentos do BM, onde o financiamento de atores estrangeiros, por consequência, resultava em uma menor autonomia por parte das unidades de ensino sujeitas a estes projetos.

No que diz respeito a análise social, é mencionada mais uma vez a importância das IES como locais onde seria possível enfrentar as desigualdades e melhorar a qualidade de vida na região. O mesmo pode ser visto no que diz respeito as questões culturais: há uma menção às transformações nas IES, que devem respeitar e valorizar essas características culturais, evitando a imposição de modelos institucionais que possam desconsiderar ou diluir essas particularidades.

A partir da análise da variável VI, utilizando-se a categoria FIN, é possível obter uma compreensão aprofundada das complexas dinâmicas de financiamento e gestão nas IES, revelando não apenas a centralidade desses temas para a eficácia e sustentabilidade do Plano de Ação proposto, mas também a crescente influência das OIs. Essa influência, que não havia sido mencionado de maneira tão explícita em outras variáveis, torna-se evidente aqui.

Conforme discutido anteriormente, é proposta a mobilização de recursos estatais e estrangeiros para atender às demandas de uma educação superior equitativa e de qualidade. Contudo, observa-se que a dependência de financiamentos e diretrizes oriundas de atores estrangeiros, frequentemente associados a OIs, pode trazer desafios significativos. Essa dependência levanta questões sobre a autonomia das IES e a possível imposição de agendas externas que nem sempre estão alinhadas às necessidades e prioridades locais, como pode ser visto com o caso do BM.

A menção das OIs, é feita a partir da palavra-chave *financieras*, a qual, assim como ocorreu anteriormente, de maneira isolada, não apresenta grande relevância. É necessário analisa-la em conjunto com a palavra *instituciones*. Nesse sentido, o texto propõe a elaboração de novos modelos de financiamento das IES, envolvendo tanto instituições financeiras nacionais quanto organismos multilaterais de desenvolvimento e financiamento. O que chama a atenção aqui é a inclinação para o suporte desses atores, vistos como parceiros estratégicos na implementação de políticas educacionais.

No entanto, como ao longo desse trabalho, essas políticas nem sempre refletem as realidades das regiões as quais são implementadas e, muitas vezes, acabam servindo aos interesses de agentes externos que utilizam dessas organizações como mecanismos legitimadores de suas ações, aproveitando-se da expertise que essas OIs possuem no campo em que atuam. Essa abordagem põe em xeque o que foi proposto na variável II, onde é destacada a importância da autonomia por parte das IES.

Outro aspecto notável nessa variável é a sugestão de diversificação das fontes de financiamento, o que não deve passar despercebido, pois pode sinalizar o início de uma mercantilização do ES, ao propor a comercialização de produtos, serviços e desenvolvimentos tecnológicos gerados pelas IES.

Ademais, as OIs são mencionadas novamente no que se refere a gestão de recursos, onde fortalecimento da cooperação nacional e internacional, com o suporte de OIs, é visto como uma estratégia para otimizar as capacidades instaladas. Além disso, novos mecanismos de bolsas e empréstimos são sugeridos para apoiar estudantes de menor poder aquisitivo, contribuindo para a equidade no acesso à educação superior.

Por fim, a última variável dessa análise específica será a variável VII, a partir da categoria COOP. Enquanto na primeira variável onde esta categoria foi utilizada, a cooperação foi destacada de maneira mais ampla e abrangente, nesta variável o termo cooperação, se refere especificamente ao contexto das novas tecnologias de informação e comunicação para o ES.

Mais uma vez a cooperação é apresentada como uma ferramenta para evitar desigualdades entre setores sociais e entre países, garantindo assim que todos tenham acesso igualitário às novas ferramentas tecnológicas.

No âmbito da cooperação internacional, o documento enfatiza a necessidade de investimentos para desenvolver uma infraestrutura de telecomunicações e teleinformática que permita conexões ágeis e de baixo custo às redes globais, favorecendo o acesso à internet e ao fomento de redes internas de comunicação (Intranets). Estas redes também são mencionadas ao se analisar o termo cooperação regional, onde é proposta a criação uma rede de comunicação latino-americana para o ES, além do fortalecimento das redes universitárias nacionais.

Ao longo desta análise, foram exploradas as variáveis destacadas no gráfico de Tabulação cruzada 3.2.1 – 2, onde foi analisado o Plano de Ação resultante da CRES 1996, a partir das categorias de análise que demonstraram maior relevância dentro do contexto estudado. Foram abordadas as dinâmicas de cooperação, financiamento, gestão, e as implicações das novas tecnologias no ES na América Latina e Caribe. Observou-se, ainda, que o ES possui grande importância em diversos aspectos, sejam eles econômicos ou sociais, para a região.

Não se pode deixar de citar, a identificação da potencial mercantilização do ES, evidenciada pela proposta de diversificação das fontes de financiamento, que inclui a comercialização de produtos e serviços gerados pelas instituições. Além disso, observou-se uma crescente preocupação quanto à dependência das IES em relação às influências externas, particularmente de OIs, destacando-se a necessidade de preservar a autonomia das IES na gestão de suas fontes de financiamento. Essas reflexões servirão como base para os apontamentos mais significativos que serão discutidos ao final do capítulo.

3.2.2 CRES 2008: CONTEXTO PÓS 12 ANOS

A segunda CRES, realizada em 2008 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, teve como objetivo principal identificar os caminhos necessários para o desenvolvimento da região no âmbito do ES, bem como definir novas diretrizes e prioridades para a próxima década. Na declaração final, menciona-se também a necessidade de abordar os desafios persistentes, a fim de que fossem apresentados na CMES a ser realizada no ano seguinte (UNESCO – IESALC, 2008). A seguir, encontra-se o *codebook* utilizado para a análise dessa declaração e sua tabulação cruzada resultante:

*EDU
 EDUCACIÓN | AMÉRICA | ASSUMIR | DESSARROLLO

*COOP
 COOPERACION | COMPROMISOS | PARTICULAR | PRIORIDADE

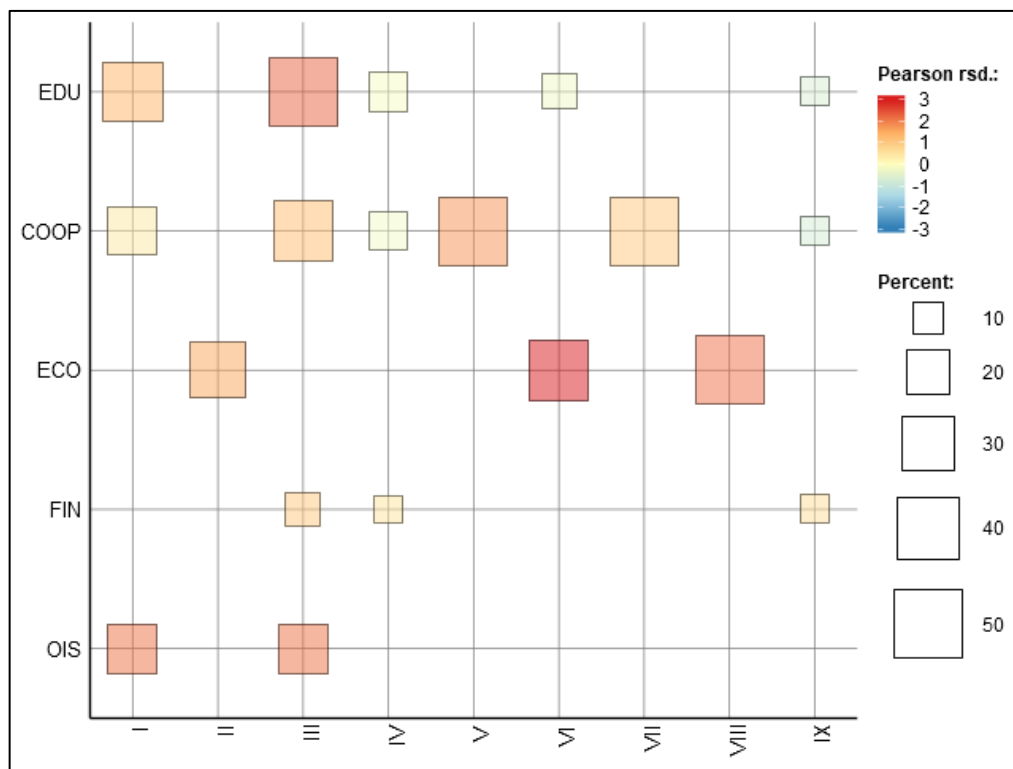
*ECO
 ECONOMICO | TENCONOLOGÍAS | ATENCIÓN | ENFOQUE

*FIN
 FINANCIAMIENTO | ADEQUADO | ALGUNO | APOYO

*OIS
 ORGANIZACIONES | DIVERSO | FUERTE | TOMAR

Codebook 3.2.2—1

Percebe-se que o *Codebook 3.2.2 – 1*, embora tenha como objeto de análise a declaração final da CRES, a qual subentende-se que teria os mesmos objetivos da conferência anterior, já apresenta termos distintos quando comparado com o *Codebook 3.2.1 – 1*, mesmo nesta breve análise inicial, ainda que tenham sido mantidas as mesmas categorias de análise e, por consequência, as primeiras palavras-chave. Abaixo, segue a tabulação cruzada acompanhada da análise exaustiva:



Tabulação cruzada 3.2.2—1

De início, é notável que Tabulação cruzada 3.2.2 -1 apresenta uma distribuição distinta das categorias se comparadas com a Tabulação cruzada 3.2.1-1. Em relação a categoria EDU, está não se apresenta de maneira uniforme, exibindo uma distribuição desigual ao longo da declaração. Outro fato perceptível é que na variável III, onde apresenta maior frequência e relevância, a categoria OIs também demonstra uma relevância significativa e nesta a categoria FIN é uma das poucas variáveis em que ela se encontra. Observa-se ainda que a categoria EDU, na variável I, aparece em grande parte do texto, com uma relevância baixa dentro do contexto analisado, mas ainda alta se comparada à categoria COOP, enquanto a categoria OIs, possui maior peso dentro dessa variável.

Ainda, a variável se destaca VI, na categoria ECO, onde é possível perceber seu alto Índice de *Pearson*. Nesta variável a categoria EDU, também está presente, mas de maneira menos significativa; contudo, para a análise, está também será considerada. Em relação às variáveis II, V, VII e VIII, mesmo que estejam presentes na tabulação, elas não serão analisadas, uma vez que não houve interação com outras categorias ou um Índice de *Pearson* relevante a ponto de justificar sua análise individual.

Dessa forma, para a análise específica dessa declaração, utilizar-se-ão as variáveis I, III VI, onde dentro do possível, será empregado o mesmo padrão de formatação das análises anteriores, fazendo o uso da função *Search Documents* do *KH Coder*. Apenas em casos que essas variáveis sejam muito extensas este padrão não será seguido.

No contexto da variável I, constata-se que esta parte do documento se trata da introdução, onde desde o início é destacada a importância do ES como um direito e, principalmente um dever do Estado. A categoria EDU é central nessa discussão, evidenciando-se nas palavras-chave *educación* e *desarrollo*. Assim como mencionado, o desenvolvimento é fortemente associado a educação, e nesta parte do documento identifica-se que há uma forte conexão estas palavras com a agenda da CRES de 2008.

Em relação ao aspecto abordado pela categoria COOP, há pouco material digno de análise nessa parte do documento, tendo em vista que, como apontado, esta é a introdução, sendo, portanto, mais explicativa e narrativa. Dito isso, dentro do escopo da variável I, a cooperação surge em temas como a promoção de debates amplos com a participação de estudantes e acadêmicos, visando uma cooperação interinstitucional. Tal cooperação se manifesta na formação de alianças estratégicas entre diferentes setores.

Por fim, a categoria OIs destaca-se ao abordar do papel da UNESCO e de outras OIs na promoção e apoio ao ES na região. O que se sobressai nessa categoria é o apelo feito para que sejam consideradas as recomendações oriundas da CRES, uma vez que as políticas educacionais discutidas na conferência podem oferecer melhores condições para o desenvolvimento da região. Para ilustrar essa categoria, assim como sua relação com as demais nesta variável – mas principalmente no que se refere ao apelo para que suas recomendações sejam respeitadas – segue abaixo o parágrafo em questão, utilizando-se a função *Search Documents*:

```
<H1><H1>
```

La Conferencia Regional de educación superior 2008 hace un urgente y enfático llamado a los miembros de las comunidades educativas , particularmente a los encargados de la toma de decisiones políticas y estratégicas , a los responsables de los Ministerios de Educación , de educación superior , de Cultura y de Ciencia y Tecnología , a las organizaciones internacionales , a la propia UNESCO y a los actores y personas involucrados en las tareas educativas y universitarias , a considerar los planteamientos y las líneas de acción que se han derivado del debate sostenido en ella acerca de las prioridades que la educación superior debe asumir , sobre la base de una clara conciencia respecto de las posibilidades y aportes que ésta reviste para el desarrollo de la región .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU
- *COOP
- *OIS

Função Search Documents 5

Seguindo adiante, ao analisar o conteúdo da variável III, contata-se que, mais uma vez, a educação é mencionada como um direito humano e um bem público social. O texto enfatiza a necessidade de que os Estados mantenham o ES como um direito público, de qualidade, e, além disso, que seu acesso seja garantido a todos. O que se destaca nessa variável, ao ser analisada sob a ótica da categoria EDU, é a afirmação de que a educação não deve ser tratada como uma mera *commodity*. Essa afirmação está fundamentada no trecho destacado abaixo, utilizando a função *Search Documents*:

```
<H1>III<H1>
```

6. La educación superior como bien público social se enfrenta a corrientes que promueven su mercantilización y privatización , así como a la reducción del apoyo y financiamiento del Estado . Es fundamental que se revierta ésta tendencia y que los gobiernos de América latina y el Caribe garanticen el financiamiento adecuado de las instituciones de educación superior públicas y que estas respondan con una gestión transparente . La educación em o puede , de modo alguno , quedar regida por reglamentos e instituciones previstas para el comercio , ni por la lógica del mercado . El desplazamiento de lo nacional y regional hacia lo global (bien público global) tiene como consecuencia el fortalecimiento de hegemonias que existen de hecho .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU

Função Search Documents 6

Assim como pode ser observado, há uma crítica contundente à mercantilização da educação, destacando a necessidade de reverter a tendência de privatização e garantir que a educação superior permaneça regida por valores públicos e não pela lógica do mercado. Essa crítica segue presente na categoria OIs, onde são fortemente expostas críticas à influência de OIs, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o ES. O documento, menciona que a aceitação dos compromissos da OMC poderia obrigar os governos a direcionar fundos públicos para empreendimentos privados estrangeiros, o que seria prejudicial para o desenvolvimento educacional e social da região. Nota-se aqui, a identificação, por parte da CRES, da tendência da imposição por parte de OIs a promoverem uma agenda de mercantilização da educação. O trecho em questão que reflete esse pensamento encontra-se abaixo:

```
<H1>III</H1>
8 . La incorporación de la Educación como un servicio comercial en el marco de la Organización Mundial de Comercio ( OMC ) ha dado lugar a un rechazo generalizado por parte de muy diversas organizaciones relacionadas directamente con la educación superior . La referida incorporación constituye una fuerte amenaza para la construcción de una educación superior pertinente en los países que acepten los compromisos exigidos en el Acuerdo General de Comercio y Servicios , y ello supone graves daños para los propósitos humanistas de una educación integral y para la soberanía nacional . Por ende , desde la CRES , advertimos a los Estados de América latina y el Caribe sobre los peligros que implica aceptar los acuerdos de la OMC y luego estar obligados por estos , entre otros aspectos lesivos , a orientar fondos públicos hacia emprendimientos privados extranjeros implantados en su territorio , en cumplimiento del principio del trato nacional que en ellos se establece . Asimismo afirmamos nuestro propósito de actuar para que la Educación en general y la educación superior en particular em o sean consideradas como servicio comercial .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):
*EDU
*COOP
*OIS
```

Função Search Documents 7

No que se diz respeito à cooperação, esta é abordada por meio do contexto da necessidade de que tanto o setor público quanto o privado cooperem para fornecer uma educação superior de qualidade e pertinente. A cooperação entre os Estados é igualmente destacada, enfatizando a necessidade de regular a oferta acadêmica, especialmente a transnacional, para garantir que o ES atenda aos padrões de qualidade e equidade que são essenciais para o desenvolvimento social.

Além das críticas à mercantilização e às discussões sobre cooperação, a partir da variável III, a categoria FIN, mesmo apresentando pouca frequência dos termos, está presente. É possível identificar os termos *APOYO* e *FINANCIAMIENTO* no item função *Search Documents 6*. Percebe-se que há uma preocupação quanto à redução do apoio por parte do Estado e, por consequência, uma maior intervenção do setor privado no ES público. Essa presença, embora sutil, reflete a importância de assegurar que o financiamento de universidades

federais permaneçam sob controle público, evitando que a falta de apoio estatal leve a uma dependência excessiva do capital privado, o que poderia comprometer a missão pública e social das IES.

Encerrando a análise da declaração final da CRES 2008, observa-se que nesta última variável foram utilizadas as categorias EDU e ECO. A categoria EDU segue o padrão observado anteriormente, sendo apresentada como um elemento indispensável para promover a transformação social. O texto enfatiza o ES como essencial para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, tendo um papel fundamental na formação de profissionais altamente qualificados, capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

No que se trata da categoria ECO, destaca-se a necessidade de superar as brechas científicas e tecnológicas entre os países da América Latina e os países do Norte Global. Também é enfatizada a necessidade de aumentar o investimento público em ciência, tecnologia e inovação, bem como a formulação de políticas públicas que estimulem o investimento privado. Outro ponto de destaque é a necessidade da introdução dessas tecnologias, com o intuito de incentivar um crescimento economicamente viável, que evite o esgotamento dos recursos naturais e promova modelos de consumo mais responsáveis.

Concluindo a análise das variáveis que se destacaram na declaração final da CRES 2008, é possível perceber que o documento reforça a importância do ES para o desenvolvimento da região. A partir das categorias analisadas, foi possível obter um amplo panorama sobre o entendimento do ES na perspectiva da CRES, evidenciando a necessidade de investimentos significativos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a promoção de políticas públicas que garantam a equidade e a qualidade no acesso ao ES. Além disso, também foi possível identificar o posicionamento crítico da CRES em relação à mercantilização da educação e sua preocupação com a redução de financiamento público.

Uma vez findada a análise da declaração final da CRES 2008, voltar-se-á a atenção para o plano de ação resultante desta, o qual possui cinco diretrizes principais: expansão da educação superior, a promoção da qualidade por meio de acreditação, a inovação educacional e a pesquisa, o desenvolvimento de uma agenda regional de Ciência e Tecnologia, e a integração regional na educação superior (UNESCO – IESALC, 2008).

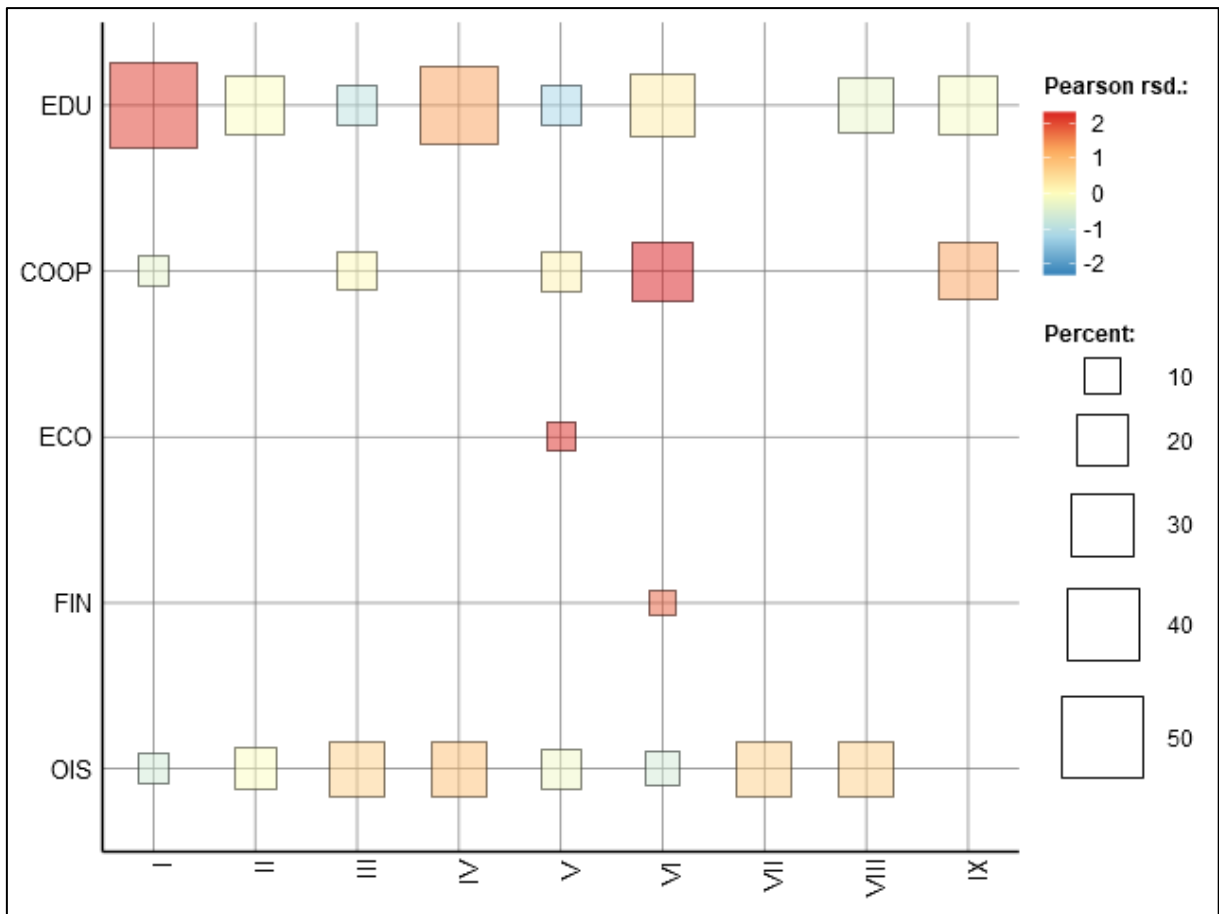
Para essa análise, utilizou-se o seguinte *codebook*:

*EDU	EDUCACIÓN NÍVELAR BIEN OMC
*COOP	COOPERACION SUR-SUR SOLIDAR ÁFRICA
*ECO	ECONOMICO ABORDAJE DERECHOS DISTRIBUCIÓN
*FIN	FINANCIAMIENTO BARRERAR CIRCULACIÓN CUPOS
*OIS	ORGANISMOS INTERNACIONALES RECOMENDACIONES

Codebook 3.2.2—2

Antes de tudo, é necessário um adendo em relação à categoria OIs: a palavra-chave *ORGANIZACIONES* foi substituída por *ORGANISMOS*, considerando que este foi o termo utilizado neste plano de ação para se referir às OIs. Além disso, constatou-se, a partir da função *Jaccard*, uma baixa associação de palavras com a primeira palavra-chave desta categoria, motivo pelo qual ela possui apenas três palavras-chave, em vez de quatro, como vinha sendo seguido no padrão estabelecido até então.

Explicadas essas questões, o *Codebook 3.2.2 – 2* apresenta termos que não foram identificados anteriormente e que refletem um posicionamento distinto em comparação com o *Codebook 3.2.1 – 1*. Na análise deste último, constatou-se a importância da cooperação e da educação para a região; todavia, a cooperação era voltada principalmente para o âmbito regional. Neste plano de ação, resultante da CRES 2008, no entanto, com base apenas os termos presentes no *codebook*, presume-se que a cooperação agora se estenda aos países do Sul Global, não se restringindo apenas a América Latina e Caribe. Outro ponto interessante é a forte associação da palavra-chave OMC com a categoria EDU, o que demonstra uma conexão preliminar com a preocupação mencionada anteriormente na declaração sobre a mercantilização da educação. A seguir, apresenta-se a tabulação cruzada resultante deste *codebook*:



Tabulação cruzada 3.2.2-2

Partindo de uma análise holística da Tabulação cruzada 3.2.2 – 2, esta apresenta uma distribuição diversa. A categoria EDU, está presente em quase todas as variáveis analisadas, o mesmo se aplica à categoria OIs. Por outro lado, a categoria ECO aparece apenas na variável V, com uma frequência muito baixa, mas com alta relevância dentro desta, o que possivelmente indica que esta variável seja um trecho curto, onde as palavras-chave da categoria ECO são centrais. Ao avaliar a categoria COOP, nota-se também uma distribuição desigual ao longo do texto, com variações significativas em sua frequência, salienta-se ainda que onde sua presença é mais significativa, há também um alto Índice de *Pearson*. Esse alto índice também é observado na categoria FIN, presente na mesma variável.

Para a análise direcionada, serão analisadas as variáveis I, V e VI. Estas variáveis serão analisadas a partir de todas as categorias presentes na tabulação cruzada, mesmo que sua relevância ou frequência tenha sido baixa ou aparentemente irrelevante. O motivo dessa escolha na análise é enxergar além do que está evidente no gráfico, respeitando o padrão de determinação das variáveis a serem analisadas até o momento.

Mais uma vez, observa-se que a categoria EDU está presente no texto, tratando a respeito sobre o papel estratégico do ES para o desenvolvimento sustentável e a promoção da inclusão social e da solidariedade regional na América Latina e Caribe. Essa categoria aparece de forma consistente ao longo da variável, todavia, não há nada de particularmente revelador nesse contexto, uma vez que reflete o que vem sendo discutido até então, com ênfase no papel transformador do ES, que demonstra uma capacidade profunda de moldar o desenvolvimento humano e sustentável na região.

A categoria COOP, embora apresentante baixa frequência e relevância no contexto analisado, traz consigo, reflexões importantes. Destaca-se a cooperação Sul-Sul, sinalizando a importância de estabelecer diálogos e parcerias com outras regiões do planeta, mas com um foco especial na solidariedade entre os países do Sul Global.

```
<H1></H1>

* generar condiciones para un diálogo entre pares con otras regiones del planeta con énfasis en la cooperación sur-sur ; contribuir a la solución de las problemáticas sociales más agudas y al cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio ( ODM ) .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):
*COOP
```

Função Search Documents 8

Além dessa questão, que anteriormente não havia sido mencionada com tanta ênfase, a cooperação em um sentido mais amplo é tratado como uma ferramenta essencial para a integração regional e para a construção de um espaço educacional mais inclusivo e interconectado, que possa enfrentar de maneira eficaz os desafios globais e regionais.

Na última categoria analisada, destaca-se a importância da participação de OIs na promoção das políticas e iniciativas de ES, a quais contribuíram na definição das diretrizes que guiarão os esforços regionais e na preparação para a Conferência Mundial de Educação Superior em Paris (CMES-2009). Conforme pode ser visto a baixo:

<H1></H1>

Para adecuar las políticas e iniciativas en [educación](#) superior a la promoción de estas líneas , destacamos los compromisos que deben constituir el foco de los esfuerzos de los principales actores involucrados : los Gobiernos y las INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR , las redes y los organismos [internacionales](#) . Se resaltan al final del documento las propuestas de la región para la Conferencia Mundial de [Educación Superior-Paris](#) (CMES-2009) .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

*EDU

*OIS

Função Search Documents 9

Para a variável V, assim como mencionado anteriormente, serão utilizadas todas as categorias de análise no gráfico, dando especial atenção a categoria ECO. Tendo em vista que está, assim como indicado, apresenta uma baixa frequência, mas um alto índice de *Pearson*, tal situação aponta que para o *software*, as palavras chave que compõe essa categoria possuem grande relevância dentro do contexto analisado. Dito isso, está encontra-se presente no trecho abaixo:

<H1>V</H1>

• Promover estudios sobre nuestras sociedades y culturas , fortaleciendo perspectivas propias para el [abordaje](#) de nuestros problemas , respondiendo a los retos en materia de [derechos humanos](#) , [económicos](#) , sociales y culturales , equidad , [distribución de la riqueza](#) , integración multicultural , participación , construcción democrática y equilibrio internacional , así como de enriquecer nuestro patrimonio cultural .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

*ECO

Função Search Documents 10

Ressalta-se que o parágrafo em questão está situado dentro da quarta diretriz do plano de ação que trata da agenda regional de ciência, tecnologia e informação (UNESCO – IESALC, 2008). No contexto da análise individual, o objetivo deste trecho é destacar a necessidade de responder às questões relacionadas à distribuição da riqueza e à equidade, abordando temas como a *distribuição de la riqueza e derechos humanos*. Também é interessante notar a ênfase em uma abordagem própria aos problemas da região. Embora isso possa passar despercebido, essa abordagem retoma a crítica à influência de OIs, que frequentemente impõem políticas de desenvolvimento social e econômico que não refletem a realidade regional.

No que tange à categoria COOP, esta aparece em dois parágrafos; contudo, apenas na segunda menção há material digno de análise, sendo este:

```
<H1>V</H1>

* Inducir la creación de capacidades de CTI en áreas estratégicas de conocimiento , potenciar la construcción de bases y plataformas científico tecnológicas endógenas y promover la colaboración y el desarrollo de proyectos estratégicos en red , particularmente la cooperación sur-sur .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):
*COOP
```

Função Search Documents 11

Percebe-se que o texto propõe a promoção da colaboração e do desenvolvimento de projetos estratégicos em rede, com um foco particular na cooperação Sul-Sul. Ademais, o desenvolvimento de centros de ciência, tecnologia e inovação (CTI), em áreas estratégicas de conhecimento, bem como a construção de bases e plataformas científicas e tecnológicas endógenas, são vistas como essenciais para fortalecer o desenvolvimento autossustentável da região. A cooperação Sul-Sul é tida aqui como é um mecanismo vital para compartilhar conhecimentos e recursos entre países do Sul Global, fazendo um contraposição aos países do Norte Global. Além disso, essa abordagem de cooperação ajudaria a reduzir a dependência externa e promoveria uma maior autonomia dos países do Sul Global, assim como da região como um todo.

A categoria EDU, nesta variável, aparece apenas em dois parágrafos, ambos com um posicionamento semelhante ao tratar do fortalecimento da Educação Técnica e Tecnológica. O principal objetivo destacado é o alinhamento da formação profissional às demandas do mercado, além de garantir a participação ativa das instituições de ensino superior no sistema nacional de CTI, fortalecendo o desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Para finalizar a análise do Plano de ação da CRES 2008 (UNESCO – IESALC, 2008). Dar-se-á início à análise da última variável definida para análise específica, sendo está a variável VI. Faz-se o uso das categorias COOP, EDU, FIN e OIs. No que diz respeito à primeira, esta destaca a importância de fortalecer as iniciativas de cooperação Sul-Sul, com especial atenção aos países da África e pequenas ilhas, sugerindo a criação de fundos específicos para apoiar a atividade científico-tecnológica, visando a complementar os esforços entre os países da América Latina e Caribe e melhorar a qualidade científica das instituições. Percebe-se aí, uma tentativa de afastamento por parte do financiamento de OIs, uma vez que essa cooperação estaria voltada ao âmbito regional. Esta afirmação é corroborada com o parágrafo abaixo:

<H1>VI</H1>

- Promover la internacionalización solidaria de la Educación Superior de AMÉRICA LATINA y el Caribe , fortaleciendo los programas para la cooperación y la integración existentes en la región y estableciendo alianzas para el desarrollo de la actividad científico-tecnológica , contemplando , inclusive a través de la creación de fondos de fomento específicos , la definición de prioridades regionales que promuevan la complementación de los esfuerzos de los distintos países , favorezcan el aumento de la calidad científica de nuestras instituciones y contribuyan a frenar la fuga de cerebros .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU
- *COOP

Função Search Documents 12

Sob a ótica da categoria de análise EDU, é mencionado novamente o rejeito da incorporação da educação como um serviço comercial nos acordos da OMC, reforçando a preocupação da mercantilização do ES. Essa perspectiva é complementada pela proposta de regular a participação de capital estrangeiro nas IES nacionais, visando proteger a autonomia e a integridade destas instituições. Tal regulamentação é vista como essencial para assegurar que as políticas educacionais permaneçam alinhadas com os interesses nacionais e regionais, sem que o capital estrangeiro influencie as diretrizes do ES. Como observa-se a seguir:

<H1>VI</H1>

- Rechazar la incorporación de la Educación como un servicio comercial en el marco de los acuerdos de la OMC y regular la inversión de capital extranjero en las IES nacionales .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU

Função Search Documents 13

Um fato interessante é que, embora o financiamento seja citado de diversas formas ao longo do documento, o KH Coder identificou essa categoria de análise como presente nesta variável no seguinte item:

<H1>VI</H1>

- Apoyar la creación de programas de movilidad de amplia cobertura entre las IES de la región , facilitando la circulación de profesores , investigadores , estudiantes y directivos , como un medio principal de promoción de la integración , ofreciendo soluciones a barreras como financiamiento , trámites migratorios , cupos , entre otros .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *FIN

Função Search Documents 14

Sob a ótica da categoria FIN, o item destaca a importância de apoiar programas de mobilidade de ampla cobertura entre as IES da região, enfatizando a necessidade de solucionar barreiras financeiras que possam impedir a circulação de pesquisadores, o que, por consequência, ajudaria a promover uma maior integração regional e a troca de conhecimento.

Por fim, infelizmente, constatou-se que a categoria OIs nesta variável foi associada à palavra-chave *RECOMENDACIONES*, o que levou o software a indicar sua participação no texto de maneira equivocada, uma vez que essa palavra se refere ao título dos tópicos das diretrizes desta variável, como demonstrado abaixo:

```
<H1>VI</H1>  
  
A ) RECOMENDACIONES PARA LOS GOBIERNOS  
  
* Codes added to this document (in the current coding rule file):  
*OIS
```

Função Search Documents 15

Concluindo a análise do plano de ação da CRES 2008, constatou-se a importância de estabelecer mecanismos que visem fortalecer a educação superior na América Latina e no Caribe por meio da cooperação Sul-Sul, promovendo assim a integração regional e a internacionalização do ES. Também foi abordada a necessidade de regulamentar a participação de capital estrangeiro nas IES, como uma forma de proteger a autonomia e integridade dessas instituições, evitando a mercantilização da educação, o que corrobora a hipótese deste trabalho ao demonstrar a preocupação prévia com a interferência de OIs no ES. Além disso, o plano reforça a relevância da articulação entre a educação técnica, tecnológica e os demais níveis de ensino, alinhando-os às demandas do mercado e ao desenvolvimento científico e tecnológico da região.

3.2.3 CRES 2018: AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A Terceira Conferência Regional de Educação Superior foi realizada em Córdoba, Argentina, em 2018. Um diferencial importante desta conferência em relação às edições

anteriores foi o comprometimento com a realização de uma reunião de acompanhamento cinco anos depois, conhecida como CRES +5. Esta última foi abordada brevemente no segundo capítulo e sua declaração final será analisada em um tópico posterior.

A seguir, encontra-se o *codebook* utilizado para a análise da “Declaração da III Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe” (UNESCO – IESALC, 2018):

*EDU
EDUCAÇÃO EFETIVO PROMOVER QUALIDADE
*COOP
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIO INTERINSTITUCIONAL COLABORAÇÃO
*ECO
ECONOMICO TECNOLÓGICO CONSTRUÇÃO AMBIENTAL
*FIN
FINANCIAMENTO CONDIÇÃO FORTALECER IDENTIDADE
*OIS
ORGANIZAÇÕES

Codebook 3.2.3—1

Mais uma vez, observa-se um *codebook* distinto se comparado com os anteriores. Neste a categoria FIN, inclui termos que estão mais voltados para identidade e fortalecimento, o que, sem adentrar na análise das declarações, pode-se presumir estar relacionado com o contexto da cooperação Sul-Sul, mencionada na CRES 2008. Além disso, o termo relacionado à tecnologia se repete tanto neste quanto no último *codebook* na categoria ECO, com o acréscimo de questões ambientais, como se percebe. Por fim, assim como na análise do plano de ação da CRES 2008, a categoria de análise OIs não apresentou termos relevantes durante a elaboração do *codebook*.

Fazendo-se o uso da função *Word Frequency list* detectou-se que esta aparece apenas sete vezes ao longo do documento e em contextos irrelevantes para a análise. Como demonstrado na imagem 3.2.3 – 1.

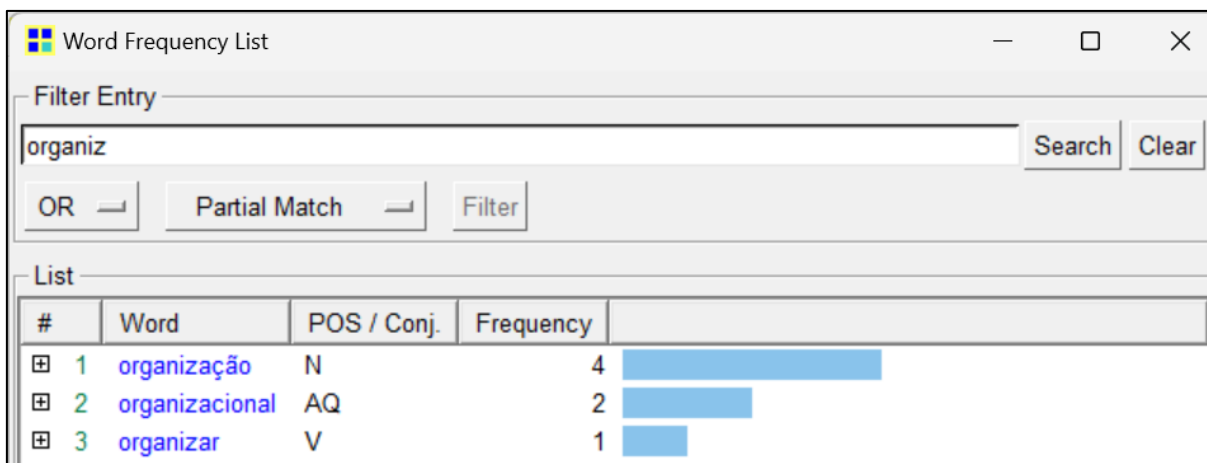
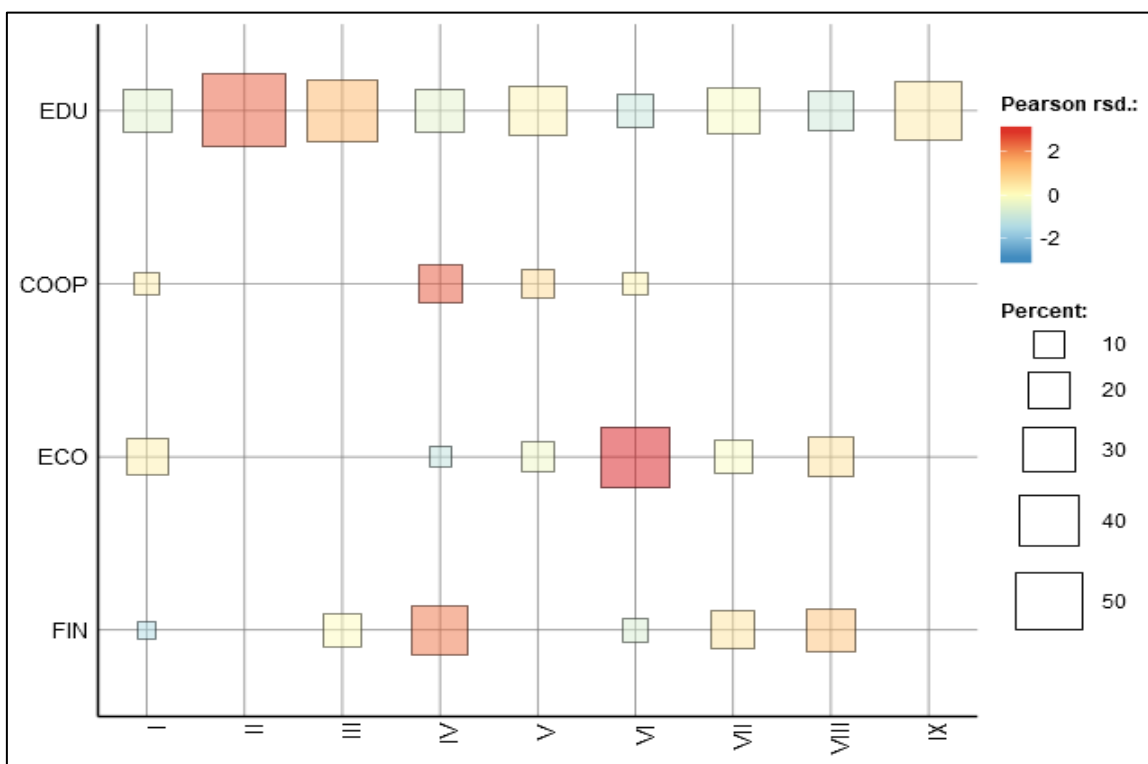


Imagem 3.2.3-1

A seguir, apresentar-se-á a tabulação cruzada referente ao *Codebook 3.2.3-1*. Assim como vem sendo feito até o momento, essa tabulação buscará identificar as relações mais significativas entre as variáveis e as categorias definidas no *codebook*. Após o gráfico, será feita uma análise preliminar, seguida da determinação das variáveis que serão analisadas individualmente, para maior compreensão do cenário da CRES 2018.



Tabulação cruzada 3.2.3-1

O gráfico de tabulação cruzada 3.2.3-1 apresenta um padrão que vem se repetindo em relação à categoria EDU. Embora essa categoria não apresente homogeneidade na frequência e relevância dos termos ao longo do documento, constata-se que ela está presente ao longo de todo o texto. Esse fato reforça que o objetivo principal das CRES é a educação. As categorias COOP, ECO e FIN são mencionadas poucas vezes ao longo do documento; entretanto, como o gráfico demonstra, em algumas variáveis, essas categorias apresentam grande relevância dentro do contexto analisado.

Dessa forma, para esta análise, discorrer-se-á sobre as variáveis II, IV e VI, dando especial atenção às categorias que apresentaram maior Índice de *Pearson*, sem deixar de analisar as demais categorias presentes nas variáveis.

A categoria EDU, de acordo com o *software*, foi a única identificada neste trecho. Dito isso, pode-se afirmar que o texto aborda de forma abrangente o papel central do ES, discutindo a educação a partir de diversas frentes. Ao analisar a palavra-chave PROMOVER, por exemplo, observa-se que ela trata da necessidade de promover um ES de qualidade, através da implementação de políticas públicas que incentivem e melhorem a diversidade da oferta educacional.

Um ponto que merece atenção nesta variável, identificada a partir da palavra-chave QUALIDADE, é a formação de docentes e a necessidade de políticas públicas que revalorizem essa profissão. Trata-se de uma necessidade urgente, que deve ser abordada tanto pelas IES quanto por políticas públicas. O texto aborda a necessidade de criar um ambiente em que a profissão docente seja reconhecida como central para o desenvolvimento educacional. Isso implica a criação de políticas que revalorizem a profissão, oferecendo condições adequadas de trabalho e remuneração que reflitam a importância desse papel na sociedade.

```
<H1>||</H1>  
Em este contexto , a articulação de a educação superior com os outros níveis de o sistema educativo se faz imprescindível . Em o entanto , a educação superior , ainda que critique a formação de os estudantes que recebe , não assume caba mente seu compromisso , sobretudo em o que se refere a a qualidade de a formação de docentes . Este é um aspeto crítico que é preciso abordar , tanto de o ponto de vista de as instituições de educação superior como de o correspondente a as políticas públicas : para as primeiras , é preciso priorizar uma formação de qualidade , centrada em as necessidades vigentes de as crianças e jovens . As autoridades públicas , por sua parte , devem ser responsáveis por o desenho e implementação de políticas que revalorizem a profissão docente , reconheçam sua centra idade e recompensem adequadamente o desempenho educativo .  
* Codes added to this document (in the current coding rule file):  
*EDU
```

Em relação a variável IV, no que concerne à categoria EDU, o termo QUALIDADE é recorrente particularmente no que se refere à necessidade de promover a melhoria do ES, da pesquisa e da extensão por meio da internacionalização. A internacionalização, por sua vez, está diretamente ligada à cooperação Sul- Sul e a integração regional. Assim como vem sendo construído ao longo das CRES, a cooperação é vista como essencial para promover a circulação e apropriação do conhecimento, fortalecendo as capacidades nacionais e regionais por meio da produção de conhecimento como bem social estratégico para o desenvolvimento sustentável da região.

<H1>IV</H1>

Em a América Latina e em o Caribe , — garantir uma **educação** inclusiva , equitativa e de **qualidade** — (CEPAL 2016) constitui um de os fundamentos para a necessária mudança social e **econômica** . Sua conquista está relacionada com o desenvolvimento de competências que permitam a a região , seus países e cidadãos , atuar com propriedade em cenários complexos e inserir se de forma **efetiva** em uma dinâmica mundial baseada em o conhecimento . Isto demanda mudanças em os sistemas educativos e em as instituições , que considerem a **cooperação** , a **construção** **solidária** de saberes e a transferência de recursos entre regiões , países e instituições . Em a região , a internacionalização deve sustentar uma **cooperação** **interinstitucional** baseada em uma relação **solidária** entre iguais , com ênfases em a **cooperação** **Sul-Sul** e a integração regional . Deve **promover** o diálogo Intercultural , respeitando a idiossincrasia e **identidade** de os países participantes , fomentar a organização de redes interuniversitárias e **fortalecer** as capacidades nacionais mediante a **colaboração** **interinstitucional** e a interação com pares acadêmicos em escala regional e internacional . Isto propiciará a circulação e a apropriação de o conhecimento como bem socia estratégico , a favor de o desenvolvimento sustentável de a região e o de os seus países .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):

- *EDU
- *COOP
- *ECO
- *FIN

Função Search Documents 17

Nesta tabulação cruzada 3.2.3-1, as categorias FIN e COOP apresentam alto Índice de *Pearson*. Ao ser feita a análise desta variável associando as duas categorias, é possível identificar que o financiamento é considerado uma ferramenta de suma importância para viabilizar a cooperação interinstitucional, especialmente no âmbito da internacionalização do ES. Sem este, as iniciativas de cooperação, como programas colaborativos de pesquisa e mobilidade acadêmica, enfrentariam limitações significativas.

A variável VI traz consigo uma abordagem diferente em relação a educação, a partir da categoria de análise ECO:

<H1>VI</H1>

Não haverá justiça em a região se não houver liberdade de pensamento e expressão para a sociedade em seu conjunto ; e , não existirá liberdade de pensamento se nossos países não gerarem conhecimentos pertinentes para suas realidades e inovações sociais que transformem sua matriz produtiva primário exportadora e secundário importadora , e disputem a ordem imperante . Reivindicar soberania para imaginar , criar , acessar e aplicar os conhecimentos que precisamos para o bem viver em nossas sociedades é imperativo aonde as instituições de educação superior jogam um papel estratégico . Não é possível pensar em uma estratégia que separe a superação de distâncias cognitivas injustas sem que paralelamente se abram novas rotas epistêmicas . Estas novas rotas demandam romper com a matriz de pensamento (neo) colonial , (neo) dependente , antropocêntrico , racista e patriarcal que impera ainda em nossas sociedades . Apenas se a aprendizagem de o conhecido e a geração de novos conhecimentos se reconciliam , se a teoria e a prática andam de mãos dadas , o conhecimento reforçará a justiça social . Para entender a dimensão de a mudança que requer a matriz epistêmica devemos em os remeter a a gestão de a ciência e a os conhecimentos em o sistema de acumulação vigente em o mundo . Esta gestão é baseada em a construção de um pensamento hegemônico , em o qual a função exclusiva de a ciência é a acumulação de capita através de a produção de inovação tecnológica patenteada só com fins mercantis . Romper essa lógica implica reconhecer os conhecimentos como direitos humanos universais e direitos coletivos de os povos , como bens públicos sociais e comuns para a soberania , bem-estar e emancipação de as nossas sociedades , e para a construção de a integração latino-americana e caribenha . Em outras palavras , devemos reconhecer que o conhecimento é produto de o acervo intelectual e experimental de a humanidade , sendo , portanto , um bem comum , e por regra geral , de domínio público .

* Codes added to this document (in the current coding rule file):
*ECO

Função Search Documents 18

De maneira geral, o trecho sublinha a importância do ES no rompimento com matrizes de pensamento coloniais e dependentes, promovendo a geração de conhecimentos orientados para a justiça social e emancipação. Entretanto, ao realizar uma análise mais crítica, as IES são apresentadas como agentes estratégicos na transformação social e no rompimento das matrizes de pensamento coloniais e dependentes que persistem nas sociedades da América Latina e Caribe. O conceito de novas rotas epistêmicas, é particularmente significativo no contexto educacional, pois sugere a necessidade de abrir caminhos alternativos de conhecimento que desafiem e superem as estruturas hegemônicas tradicionais.

Essas rotas epistêmicas são caminhos através dos quais o conhecimento pode ser reconfigurado para atender às realidades sociais e culturais específicas da região, promovendo uma justiça cognitiva que é fundamental para a justiça social. Essa reflexão está diretamente ligada à pergunta de pesquisa deste trabalho: estariam o BM e a UNESCO interferindo nas políticas de educação no Brasil?

Ao explorar como essas instituições podem influenciar a educação no Sul global, especialmente no Brasil, este trabalho considera se as políticas promovidas por essas OIs contribuem para a perpetuação de matrizes de pensamento colonial e dependente. As novas rotas epistêmicas, ao romper com essas estruturas, oferecem um caminho para repensar o papel das OIs na educação e promover uma verdadeira emancipação intelectual e social.

Sem dúvidas, esse trecho da declaração traz consigo uma reflexão muito madura e interessante da CRES em relação aos países do Norte Global, onde, sob a perspectiva econômica, são abordadas implicitamente as limitações impostas pelas estruturas de pensamento colonial e dependente, que são frequentemente ligadas à matriz produtiva da região, as quais só poderiam ser alteradas a partir de um ES de qualidade.

A seguir, serão apresentados o *codebook* e a tabulação cruzada utilizados para a análise do “Plan de Acción 2018 – 2028” (UNESCO – IESALC, 2019) , resultante da CRES 2018. Ressalta-se que este plano entrou em vigor no ano seguinte e foi oficializado durante o IX Encontro de Redes de Ensino Superior e Conselhos de Reitores, ocorrido em Lima, Peru, em 2019. Outro adendo importante: este documento, diferente da declaração, encontra-se em espanhol.

```
*EDU
EDUCACIÓN | INSTITUCIONES | PÚBLICO | SISTEMA

*COOP
COOPERACION | INTERNACIONAL | REGIONAL | INTERNACIONALIZACIÓN

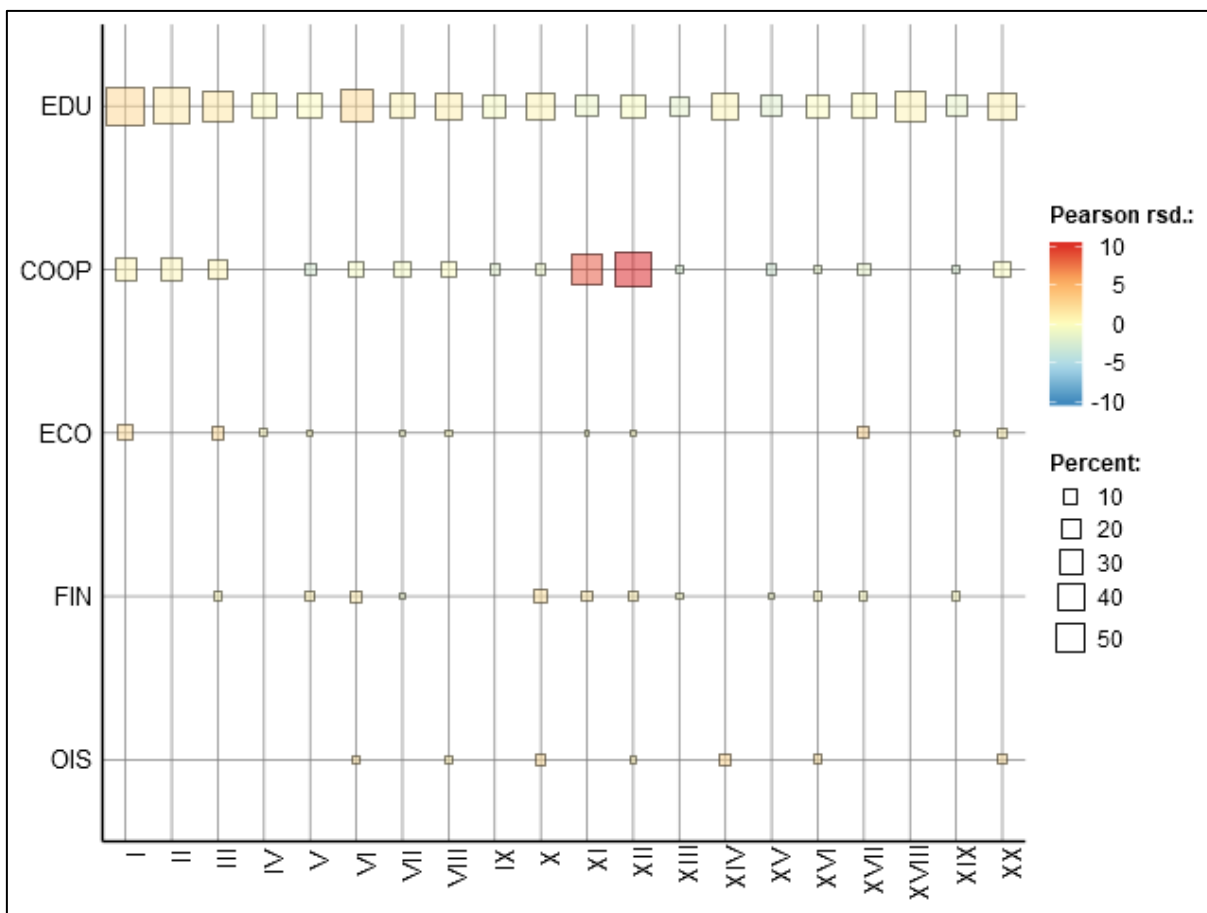
*ECO
ECONOMICO | DEMANDAR | CIBSTRUCCIÓN | RESPONDER

*FIN
FINANCIAMIENTO | FONDO | IMPORTANCIA | PRIORITARIAS

*OIS
ORGANISMOS
```

Codebook 3.2.3—2

Durante a elaboração do *codebook 3.2.3-2*, repetiu-se o ocorrido anteriormente em relação à categoria de análise OIs: esta não apresentou termos relevantes no índice *Jaccard*. Ao averiguar os termos no plano de ação, constatou-se que há um tópico para cada diretriz, cujo objetivo é transmitir as vontades da CRES às OIs; todavia, não há menção individual das palavras-chave ao longo do texto, motivo pelo qual esses termos não foram identificados pelo software. Desse *codebook* resultou a Tabulação cruzada 3.2.3-2, apresentada a baixo:



Tabulação cruzada 3.2.3-2

O plano de ação, embora apresente um total de vinte variáveis, exibe um gráfico que diverge do padrão seguido até o momento. Como é possível perceber, apenas duas categorias se destacam de maneira significativa ao longo do documento: a categoria EDU, que, apesar de apresentar uma frequência irregular, está presente em todo o documento, e a categoria COOP, que se sobressai nas variáveis XI e XII por apresentar um alto Índice de *Pearson*.

Sendo assim, para essa análise direcionada, serão exploradas as variáveis XI e XII utilizando-se das categorias EDU e COOP.

Iniciando pela variável XI a partir da categoria EDU, reforça-se novamente a importância de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade na região como base para o necessário desenvolvimento social e econômico. Para alcançar esse objetivo, o plano de ação propõe a internacionalização como uma ferramenta para fortalecer o ES, nas áreas de CTI.

No que se refere a cooperação, esta é vista, mais uma vez, como um passo importante para o desenvolvimento da região e dos países do Sul Global. Destaca-se a necessidade da criação de redes interuniversitárias e do fortalecimento das capacidades nacionais, facilitando

a colaboração entre instituições e a interação com pares acadêmicos em escala regional e internacional, algo já apontado na declaração e agora operacionalizado pelo plano de ação.

A variável XII, no documento original, que precisou ser adaptado para ser processado pelo KH *Coder*, referia-se a um tópico do documento que citava recomendações para governos, IES e OIs por parte da CRES, no que diz respeito a suas demandas nas diretrizes estabelecidas em cada seção do documento. Nesta, identificou-se um pedido para que os governos se comprometam com estabelecimento de políticas públicas que promovam a internacionalização e a cooperação nas IES. Mais uma vez, menciona-se a importância da formação docente, dessa vez na questão de uma formação docente com experiências internacionais. Além disso, solicita-se a acreditação internacional dos programas de formação e o desenvolvimento de estratégias para aumentar o domínio de idiomas estrangeiros entre estudantes e acadêmicos.

Considerando que esta parte do documento se trata de recomendações, são feitos pedidos para a facilitação do reconhecimento internacional de títulos e qualificações por parte de IES. Além disso, as OIs são mencionadas como parte essenciais para o apoio da promoção da visibilidade global das IES e na coordenação de políticas de internacionalização. Por fim, a ênfase da cooperação aqui citada volta-se para a cooperação Sul-Sul.

Infelizmente, o gráfico da Tabulação cruzada 3.2.3-2 apresentou resultados completamente distintos dos que vinham sendo observados até então. No entanto, como a proposta desta análise é seguir as mesmas categorias de análise para todos os *codebooks*, não será realizada outra rodada de análise com um *codebook* diferente. Espera-se, contudo, que a partir desta análise do plano de ação, tenha-se conseguido demonstrar que as categorias EDU e COOP estão interligadas na promoção de uma educação superior de qualidade, inclusiva e capaz de responder aos desafios globais por meio da cooperação e internacionalização.

3.2.4 CRES +5: ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

A reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior (CRES+5) ocorreu em 2024, na cidade de Brasília, capital federal do Brasil. O principal objetivo foi identificar os avanços em relação à CRES 2018. Dessa reunião resultou a “CRES+5 Declaration” (CRES+5, 2024), que será o objeto de análise deste penúltimo subtópico. Para essa análise, foi utilizado o *Codebook 3.2.4-1*, apresentado a seguir:

```

*EDU
EDUCATION | MUST | SOCIAL | PUBLIC

*COOP
COOPERATION | SOLIDARITY | CONSOLIDATING | PROPOSED

*ECO
ECONOMIC | SOME | PROBLEMS | POLITICAL

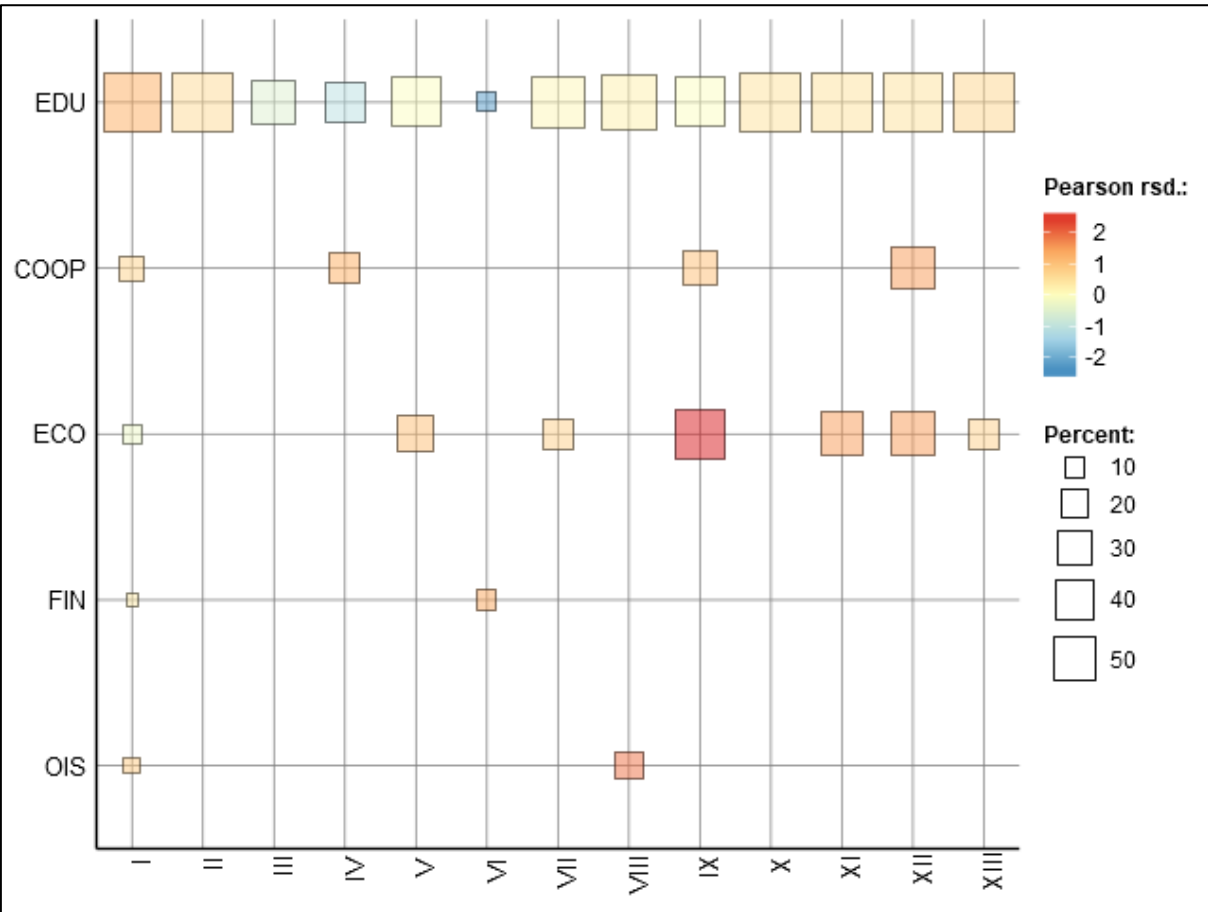
*FIN
FUNDING | ACOORDANCE | ADULT | CATEGORICALLY

*OIS
ORGANIZATIONS | TRADE | ALLIANCE | ASSESS

```

Codebook 3.2.4—1

Ao contrário dos dois últimos *codebooks* formulados, a categoria de análise OIS está presente ao longo do documento, possibilitando sua incorporação nesta análise. Dessa forma, resultou a seguinte tabulação cruzada:



Tabulação cruzada 3.2.4—1

A Tabulação cruzada 3.2.4-1, assim como a anterior, apresentou resultados divergentes dos modelos analisados até então. Observa-se que a categoria EDU está presente em quase todo o documento, apresentando uma frequência quase uniforme, exceto na variável VI, onde a categoria FIN faz se presente. Entre as demais, a categoria de análise ECO é a segunda mais presente neste documento, destacando-se na variável IX, por sua alta relevância, e na variável XII, por apresentar uma frequência e um Índice de *Pearson* semelhantes à categoria COOP. Conforme mencionado no início desta análise, a categoria OIS não estava presente nas últimas duas análises, porém aparece nas variáveis I e VIII, com maior relevância e frequência nesta última.

Após essa visão geral da Tabulação cruzada 3.2.4-1, a análise específica concentrar-se-á nas variáveis VIII, IX e XII. A escolha baseou-se no alto Índice de *Pearson* e frequência apresentada por essas variáveis e, no caso da variável VIII, pelo fato de que a categoria OIS não estava presente desde o *Codebook 3.2.2-2*.

Iniciando pela variável VIII, esta retoma uma abordagem já apresentada anteriormente, mas sob outro viés. Aqui, menciona-se a importância de garantir condições de trabalho dignas para os trabalhadores do ES na América Latina e no Caribe. É interessante a contextualização feita ao longo dessa variável sobre a conexão entre a valorização do trabalho docente e a qualidade da educação, sublinhada pela importância de políticas que assegurem a proteção e o respeito aos direitos trabalhistas.

Direitos estes que se relacionam com a categoria OIS, outro ponto muito interessante desta variável. Nesta, é destacada a necessidade de se estabelecer parcerias estratégicas que promovam condições de trabalho justas e dignas nas IES na América Latina e no Caribe. Essas parcerias envolvem a colaboração de várias entidades, incluindo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a UNESCO – IESALC, ENLACES, e a participação de sindicatos e organizações da sociedade civil voltadas para a educação, como observado abaixo:

```
<H1>VIII</H1>
Promote the creation of a strategic alliance for decent work at HEIs , supported technically by the ILO , in collaboration with the teams of UNESCO IESALC , ENLACES and the participation of trade union and social educational organizations , with the objective of concretizing tangible commitments for decent work .
* Codes added to this document (in the current coding rule file):
*EDU
*OIS
```

O objetivo central dessas colaborações seria assegurar compromissos concretos para melhorar as condições de trabalho, que são fundamentais para o avanço da qualidade educacional nas instituições da região. Um mecanismo de segurança que não pôde ser identificado anteriormente.

Identificou-se que a variável IX aborda os impactos da pandemia de COVID-19 nos sistemas educacionais, destacando como as IES tiveram que adaptar suas práticas rapidamente para continuar oferecendo educação, principalmente por meio de TIC. Embora essa variável contenha informações relevantes sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no contexto do ES, ela não será objeto de análise detalhada neste trabalho. Uma vez que análise de como a IES lidaram com as consequências da pandemia, embora pertinente, não se alinha diretamente com o objetivo principal da pesquisa, que é investigar a interferência de OIs e entender a influência dessas organizações na formulação de políticas públicas educacionais no contexto brasileiro.

A respeito da última variável desta análise, ela retoma um tema central das CRES: a autonomia das IES na América Latina e no Caribe, destacando a importância da autonomia pedagógica, acadêmica e administrativa. Esses pontos são considerados essenciais para que as IES possam responder de maneira eficaz aos desafios da contemporaneidade. A cooperação entre as IES também é destacada como um meio de fortalecer a posição das instituições no cenário regional e internacional, promovendo intercâmbios e parcerias que enriquecem o ambiente acadêmico. Por fim, em relação à categoria ECO, está se relaciona diretamente com a questão da autonomia ao mencionar a necessidade de proteção contra interferências externas na gestão dos recursos e nas necessidades econômicas das IES.

De maneira geral, a análise das variáveis abordadas na Declaração da CRES+5 evidencia a continuidade de temas centrais para ES na América Latina e no Caribe, como a valorização do trabalho docente e a defesa da autonomia institucional. Embora cada variável tenha suas particularidades, todas convergem para a necessidade de fortalecimento das IES frente aos desafios contemporâneos, seja por meio de parcerias estratégicas, cooperação internacional ou proteção da autonomia contra interferências externas.

Como proposto no início deste tópico, no próximo item será abordada a evolução das CRES desde sua primeira realização até a mais recente, ocorrida em 2024. O intuito é trazer uma reflexão ampla sobre o amadurecimento observado ao longo dos anos e os objetivos centrais identificados por meio da análise das declarações e planos de ação.

3.2.5 CRES: EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

A CRESALC foi criada em 1976 com o objetivo de melhorar a educação na América Latina e no Caribe, concentrando-se principalmente em projetos regionais específicos. Em 1998, a CRESALC passou por transformações, e suas funções foram incorporadas ao IESALC, que assumiu a missão de promover e fortalecer a educação superior na região de maneira mais ampla, estabelecendo projetos de cooperação, conforme identificado ao longo das CRES. Vale destacar que, em 1996, ocorreu a primeira CRES, organizada pela então CRESALC.

Entrando no objetivo deste subtópico, ao longo das CRES, desde 1996 até a última CRES +5, foi possível perceber de maneira clara uma evolução significativa na forma de como o ES tem sido abordado na região. Ao contrário do que se esperava, baseando-se na análise anterior dos documentos do BM, a CRES, desde a sua primeira realização, vem destacando o ES como uma ferramenta multifuncional, abrangendo questões desde áreas como bem-estar social até questões econômicas e políticas de integração regional, tanto a nível local quanto global.

A preocupação com a possível mercantilização do ES, identificado a partir da CRES 2008, trouxe à tona a importância dessas convenções como um espaço de resistência à lógica neoliberal, algo muito presente quando contrapostos com os resultados dos dados das análises dos documentos do BM. Nos documentos analisados das CRES, não se faz a menção ao BM; em vez disso, identificou-se a menção à OMC e o esforço da região em manter a educação como um bem público, evitando a interferência de OIs e atores externos que possam comprometer a autonomia das IES.

Outro tema que se tornou muito presente a partir da CRES 2008 foi a necessidade da cooperação internacional e regional. Essa estratégia de cooperação chama a atenção por ser vista como um mecanismo de fortalecimento da região e do Sul Global, além de, por consequência, afastar a necessidade de financiamento por parte de OIs ou empresas estatais estrangeiras do Norte Global.

A relação entre as OIs e o financiamento do ES também foi uma questão central debatida ao longo das CRES. Mais uma vez, levantou-se a preocupação com a autonomia institucional e, principalmente, com a imposição de agendas externas a partir do financiamento desses órgãos. Claro que as OIs não deixam de ser importante para as CRES ou para a região; apenas sugere-se maior cautela em relação ao financiamento e aos interesses não confessáveis por trás dessas parcerias. Menciona-se isso ao destacar-se a importância de condições dignas de trabalho

para os docentes, contando com a participação de OIs, como a OIT. Isso demonstra que, mesmo havendo uma preocupação quanto a interferência externa, o papel das OIs na cooperação não deixa de ser relevante para as CRES.

Por fim, a partir dessa análise, conclui-se que, diferente do BM, a UNESCO – IESALC age ativamente como um mecanismo de defesa e cooperação nas IES da América Latina e Caribe, sendo possível identificar claramente o amadurecimento dessa OI ao longo dos anos, adaptando-se e incorporando elementos que visam a defesa de uma educação superior pública, de qualidade, inclusiva e capaz de responder aos desafios contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo responder à seguinte indagação: estariam o BM e a UNESCO interferindo nas políticas de educação do Brasil? A hipótese inicial sugeria que ambas as organizações exercem uma influência direta nas políticas educacionais brasileiras. Ao longo da análise, ficou evidente que essa interferência se manifesta de maneiras distintas, e a hipótese mostrou-se apenas parcialmente correta.

Antes de abordar os resultados, é necessário contextualizar que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, a reflexão de Sherlock Holmes, frequentemente mencionada ao longo do processo, torna-se relevante: “é um grande erro teorizar sem ter os dados. Prejudica o raciocínio.” Essa frase reflete bem o caminho trilhado nesta pesquisa, onde a coleta e análise dos dados foram essenciais para responder à pergunta central. Sem os dados adequados e os mecanismos certos para analisá-los, como o uso do *KH Coder*, teria sido impossível realizar uma investigação aprofundada sobre a atuação do BM e da UNESCO nas políticas educacionais do Brasil e na região da América Latina e Caribe.

Os resultados indicam que o BM tem uma influência mais direta e alinhada a uma agenda neoliberal, promovendo políticas que incentivam a competição e a gestão educacional baseada em metas quantitativas. Esse modelo, voltado para a redução do papel do Estado, tem gerado impactos significativos nas políticas públicas de educação, especialmente em programas que buscam a padronização dos resultados educacionais e a introdução de práticas empresariais nas escolas. No caso do BM, um exemplo claro foi a criação de programas de bonificação por metas, que, ao focarem exclusivamente em índices quantitativos, desconsideram a realidade social dos alunos, resultando em uma distorção das condições de ensino e mascaramento das falhas estruturais do sistema educacional.

Já a UNESCO, por meio do IESALC, adota uma abordagem voltada para a autonomia regional e o desenvolvimento socioeconômico através do ES, afastando-se das políticas neoliberais que anteriormente caracterizavam sua atuação, na gestão da CRESALC. Essa busca por maior integração regional e cooperação Sul-Sul reflete uma tentativa de distanciar a América Latina da dependência das políticas impostas por outras OIs e do capital estrangeiro. O IESALC, junto com as IES, tem exercido um papel fundamental na defesa da autonomia institucional e no combate à mercantilização da educação, destacando-se na luta contra a crescente presença de IES que visam o lucro em detrimento da qualidade do ensino.

Os dados analisados foram essenciais para a construção dessas conclusões, embora houvesse algumas limitações, especialmente em relação à disponibilidade de informações específicas sobre a atuação do BM no âmbito do ES. O uso do *KH Coder* foi de suma importância para lidar com o volume de documentos, permitindo uma análise mais profunda e estruturada dos textos. A ferramenta tecnológica foi fundamental para a identificação de padrões e correlações que teriam sido difíceis de detectar manualmente, dada a quantidade de material e o tempo limitado disponível para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, alguns desafios foram encontrados, como dificuldades com a função *Search Documents*, o que limitou, em certa medida, a apresentação gráfica da profundidade de algumas análises ao longo do trabalho. Apesar desses desafios, os dados disponíveis foram suficientes para responder à pergunta de pesquisa de maneira robusta, demonstrando a importância da obtenção de dados adequados e do uso de ferramentas tecnológicas para uma pesquisa eficiente.

Em termos de contribuição empírica, esta pesquisa oferece uma análise distinta para o campo das Relações Internacionais e da Educação, ao explorar a influência de OIs nas políticas educacionais brasileiras e da região da América Latina e Caribe. Ao abordar a interferência de instituições como o BM e a UNESCO, o trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas de poder e de como essas organizações impactam as políticas públicas, especialmente em países do Sul Global. Além disso, a pesquisa oferece novas perspectivas sobre a interação entre as políticas educacionais e as R.I, destacando a relevância da educação como um tema central para o desenvolvimento e a integração regional. Ao apresentar novas questões e hipóteses, esta pesquisa também pode servir de ponto de partida para futuras investigações no campo das R.I e da Educação, promovendo o avanço contínuo do conhecimento nessas áreas.

Um aspecto interessante observado ao longo da pesquisa foi a interação possível entre o campo das R.I e a educação. Essa interação abre espaço para a aplicação de diferentes abordagens, como a análise das influências das OI a partir de outros vieses teóricos. A teoria marxista, amplamente estudada nas R.I e abordado no Programa de Pós Graduação em Ensino, ofertado na UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu, oferece uma visão crítica e rica sobre a relação entre o controle da natureza exercido pelo homem e a transformação das instituições sociais e educacionais. Nesse contexto de pesquisa, a influência do capital sobre a educação se manifesta não apenas no controle econômico, mas também na maneira como a educação é mercantilizada e utilizada como ferramenta de dominação. A partir dessa perspectiva, a teoria marxista poderia ajudar a iluminar a tensão entre a educação como um bem social e a educação como uma mercadoria, tema recorrentemente trabalhado em pesquisas da área de ensino, onde a

contribuição da perspectiva das R.I a partir das OIs poderia gerar um novo campo de pesquisa a ser explorado em conjunto por ambas as disciplinas, assim como proposto nesse trabalho.

No que diz respeito à relação entre educação e poder, essa pesquisa demonstrou que a educação é um campo de disputas políticas e econômicas, onde as OIs desempenham um papel de destaque. Enquanto o BM segue uma linha mais voltada para a mercantilização e a padronização global da educação, a UNESCO, por meio do IESALC, busca um modelo mais colaborativo e autônomo, reforçando a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe. A atuação dessas organizações não se dá de maneira uniforme, mas reflete uma complexa rede de interesses políticos e econômicos, que devem ser levados em consideração ao se discutir o futuro das políticas educacionais no Brasil e na região, não apenas da América Latina e Caribe, mas do Sul Global como um todo.

Por fim, esta pesquisa contribui para o entendimento da educação como um campo central de análise nas R.I, e não apenas como uma área técnica ou subordinada a outras questões econômicas e políticas. A educação, muitas vezes subestimada em discussões sobre poder global, mostrou-se fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a construção de relações mais equitativas entre as nações. A análise da atuação do BM e da UNESCO evidenciou como a educação pode ser tanto um instrumento de dominação quanto de emancipação, dependendo das políticas adotadas e das organizações envolvidas. Este trabalho, portanto, reforça a importância de continuar investigando o papel das OIs nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ABADIE, Panambí. Ensino superior como mercadoria: crescimento descontrolado. In: HELLMUND, Paula D. F.; STOECKL, Bianca P. **Educação e Integração Regional: Experiências Sul-Americanas**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 17-20.
- AGGIO, Alberto; COELHO, Hercídia M. F. Globalização: Conceito e problema. **Em tempo**, 6, agosto 2004. 21-26. Disponível em: <<https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/957/ET2004.pdf?sequence=1#page=23>>. Acesso em: 16 janeiro 2024.
- AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, 17, n. 53, Junho 2017. 937-958.
- AMBROSIUS, Lloyd E. Woodrow Wilson, Alliances, and the League of Nations. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, 5, 2006. 139-165.
- AMORIM, Evelyn V. Formação de pedagogos na educação a distância no Brasil - período de 1990-2018: uma análise contra-hegemônica a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná**, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/5722>>. Acesso em: 23 Fevereiro 2024.
- ARAÚJO, Ana L.; ROSA, Vítor. A OCDE e a governação global da educação: como o PISA se está a transformar num programa de ‘big science’. **Revista Lusófona de Educação**, 56, n. 56, 2022.
- AREND, Silvia M. F.; HAGEMEYER, Rafael R.; LOHN, Reinaldo L. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, 5, n. 10, 2013. 464–483.
- AYSON, Robert. **Hedley Bull and the Accommodation of Power**.
- BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>>. Acesso em: 08 fevereiro 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel.
- BRASIL. UNESCO. **Site do Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>>. Acesso em: 02 março 2024.
- BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics**.
- CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à globalização**.

CARVALHO, Luís M. Intensificação e sofisticação dos processos da regulação transnacional em educação: o caso do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. **Educação & Sociedade**, 37, n. 136, Setembro 2016. 669-683.

CHITADZE, Nika. The Role of the OPEC in the International Energy Market. **Journal of Social Sciences**, 1, 2012. 5-12.

COSTA, Alexandre. **O mínimo sobre globalismo**. 1º. ed.

CRES +5. Eixo 10 – Financiamento e Governança. **Conferência de acompanhamento da 3ª Conferência Regional de Educação Superior (CRES+5)**, 2024. Disponível em: <<https://cres2018mas5.org/pt/eixo-10-financiamento-e-governanca/>>. Acesso em: 21 junho 2024.

CRES +5. Página inicial. **Conferência de acompanhamento da 3ª Conferência Regional de Educação Superior (CRES+5)**, 2024. Disponível em: <<https://cres2018mas5.org/pt/cres5/>>. Acesso em: 21 junho 2024.

CRES+5. **CRES+5 Declaration**. Regional Conference on Higher Education (CRES+5), follow-up meeting. Brasília: [s.n.]. 2024. p. 1-15.

CRESALC. **Declaración sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Conferencia Regional sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. Havana: [s.n.]. 1996. p. 2-10.

CRESALC. **Plan de acción para la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe**. UNESCO. Caracas, p. 3-24. 1998.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, 37, n. 134, Janeiro 2016. 17-33.

CRUZ, Rosana E. D. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar em Revista**, n. 22, julho 2003. 51-75. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/gw3JyKR8QPYbDMz3YtSjJhR/#>>. Acesso em: 23 janeiro 2024.

DA SILVA, Maria A.; FERNANDES, Edison F. O projeto educação 2030 da OCDE: uma bússola para a aprendizagem. **Revista Exitus**, 9, n. 5, 2019. 271–300.

FUNDAÇÃO LEMANN. Nossa história. **Site da Fundação Lemann**, 2024. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 15 agosto 2024.

GONÇALVES, Alcindo F. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 12, n. 125, p. 40-45, Junho 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/4296/3926>>. Acesso em: 30 dezembro 2023.

GUIMARÃES, Feliciano D. S. A autonomia burocrática das organizações financeiras internacionais: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. **Contexto Internacional**, 34, 2012. 255-310.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, 29, n. 1, 2003.

HAMILTON, James D. Historical Oil Shocks. In: PARKER, Randall E.; WHAPLES, Robert **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. [S.l.]: Routledge, 2013. p. 239-265.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; MENDOZA, Christian. **Metodología de la investigación**: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. **Organizações internacionais**: teoria e prática.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita.

HOCHMAN, Gal; ZILBERMAN, David. The political economy of OPEC. **Energy Economics**, 48, 2015. 203–216.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, 12, 1998. 27-32. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf>. Acesso em: 21 janeiro 2024.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**: um projeto filosófico. Tradução de Bruno Cunha.

KAPUR, Devesh. The changing anatomy of governance of the World Bank. In: PINCUS, Jonathan ; WINTERS, Jeffrey A. **Reinventing the World Bank**. [S.l.]: Cornell University Press, 2018. p. 54-75.

KEOHANE, Robert O. **International institutions and state power**: Essays in international relations theory.

KEOHANE, Robert O. International institutions: Two approaches. In: KIRTON, John J. **International Organization**. Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 171-188.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Transnational relations and world politics**.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence revisited. **International Organization**, 41, n. 4, 1987. 725-753.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence (Longman Classics in Political Science)**. 4ª. ed.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Jr. J. S. Introduction. In: NYE, Joseph S.; DONAUHE, John D. **Governance in a Globalizing World**. Washington. Washington: Brooking Press, 2000. p. 1-44.

KESICKI, Fabian. The third oil price surge—What’s different this time? **Energy Policy**, 38, n. 3, 2010. 1596-1606.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Viana Cury.

- KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, 20, n. 42, 2012. 93-110. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKFZrDg/>>. Acesso em: 30 dezembro 2023.
- LESSA, Antônio C.; PATTI, Carlo. **História das Relações Internacionais**. 1ª. ed.
- LISBOA, Marcelino T. Aspectos da interdependência nas relações do Brasil com a Bolívia na questão energética (1930-2008). **Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2011.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. La segunda conferencia mundial de educación superior (UNESCO, 2009) y la visión del concepto de acreditación en las conferencias de UNESCO (1998-2009). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 619-636, 2012.
- MALANCHEN, Julia. **Políticas de formação de professores a distância no Brasil**: uma análise crítica.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Mário e Celestino da Silva.
- MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth **Handbook of International Relations**. [S.l.]: Sage Publications Inc, 2013. Cap. 13, p. 326-351.
- MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. *International Security*. **International Security**, 19, n. 3, 1994. 5-49.
- MELLO, Leonel I. A. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 13ª. ed. São Paulo: Ática, v. 1, 2001. p. 79-110.
- MENDIOCA, Gloria E. **Sobre tesis y tesistas**: lecciones de enseñanza-aprendizaje.
- NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: Correntes e debates.
- NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**.
- NYE, Joseph ; KEOHANE, Robert O. **Power and interdependence**: World Politics in transition. 2ª. ed.
- OECD. **List of OECD Member countries - Ratification of the Convention on the OECD**, 2024. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/document/ratification-oecd-convention.htm>>. Acesso em: 06 junho 2024.
- OLIVEIRA, Ivan T. M.; THORSTENSEN, Vera H. Multilateralismo comercial em xeque: que regulação do comércio internacional no século XXI? **Boletim de Economia e Política Internacional**, 2011.

- OYE, Kenneth. Explaining cooperation under anarchy: Hypotheses and Strategies. In: OYE, Kenneth A. **Cooperation under anarchy**. [S.l.]: Princeton University Press, 1985. p. 1-24.
- PECEQUILO, Cristina S. **Teoria das relações internacionais: o mapa do caminho - estudo e prática**.
- PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9ª. ed.
- PENROSE, Edith. OPEC's importance in the world oil industry. **International Affairs**, 55, 1979. 18-32.
- PEREIRA, João M. M. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). **Varia historia**, 28, n. 47, Junho 2012. 391-419.
- POWASKI, Ronald E. **American Presidential Statecraft: From Isolationism to Internationalism**.
- PRADO, Luiz C. D. Globalização: notas sobre um conceito. **Site da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia**, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5508853/mod_folder/content/0/Complementares/GI_obalizacao-LuisCarlosDelormePrado.pdf>. Acesso em: 17 janeiro 2024.
- PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação, 2015. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/13399/A?sequence=2>>. Acesso em: 21 fevereiro 2024.
- QUEZADA, Ricardo G. Influencia supranacional de la UNESCO en la educación superior Latinoamericana. **Revista Española de Educación Comparada**, 2020. 63-88.
- ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath.
- RUGGIE, John G. International responses to technology: concepts and trends. International organization. **International organization**, 29, n. 3, 1975. 557-583.
- SANTOS, Boaventura D. S. Globalização. In: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2012. p. 111-112.
- SARAIVA, Ana M. A.; SOUZA, Juliana D. F. A formação docente e as organizações internacionais: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. **Currículo sem Fronteiras**, 20, n. 1, abril 2020. 129-147.
- SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. 2ª. ed.
- SEITENFUS, Ricardo A. S. **Organizações internacionais**. 7ª. ed.
- SELLAR, Sam; LINGARD, Bob. The OECD and Global Governance in Education. **Journal of Education Policy**, 28, 2013. 710–725.

SOARES, Maria C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia D.; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 15-40.

SPINDLER, Manuela. **International relations: A self-study guide to theory**.

TAHER, Abdulhady H. **Energy: a global outlook**.

THE WORLD BANK. The World Bank Group. **Site do The World Bank**, 2024. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/home>>. Acesso em: 23 fevereiro 2024.

TILAK, Jandhyala B. G. Review: Higher Education in Developing Countries. **Minerva**, 38, 2000. 233-240.

TOUSSAINT, Éric. **História Crítica do Banco Mundial**. Tradução de Alain Geffrouais; Maria da Liberdade e Rui Viana Pereira.

UNESCO – IESALC. **Declaración de la Conferencia Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe – CRES 2008**. Conferencia Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. Cartagena das Índias: [s.n.]. 2008. p. 1-10.

UNESCO – IESALC. **Plan de Acción CRES 2008**. Cartagena das Índias. 2008.

UNESCO – IESALC. **Declaração da III Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe**. CRES 2018. Córdoba: [s.n.]. 2018. p. 58-77.

UNESCO – IESALC. **Plan de Acción 2018 - 2028**. IX Reunión de Redes de Educación Superior y Consejos de Rectores. Lima: [s.n.]. 2019. p. 4-101.

UNESCO – IESALC. About IESALC. **Site da UNESCO IESALC**, 2023. Disponível em: <<https://www.iesalc.unesco.org/en/about-iesalc/>>. Acesso em: 21 junho 2024.

UNESCO – IESALC. Nuestra historia. **Site da UNESCO IESALC**, 2023. Disponível em: <<https://www.iesalc.unesco.org/sobre-el-iesalc/nuestra-historia/>>. Acesso em: 27 março 2024.

UNESCO. **Declaracion Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: Visión y Acción**. Conferencia Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: Visión y acción. París: [s.n.]. 1998. p. 1-15.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. UNESCO Office in Brasilia. [S.l.]. 2002.

UNESCO. **Communiqué – 2009 World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development**. 2nd World Conference on Higher Education. Paris: [s.n.]. 2009. p. 1-10.

UNESCO. **Beyond Limits: New Ways to Reinvent Higher Education**. 3rd World Higher Education Conference. Barcelona: [s.n.]. 2022. p. 3-40.

VROMEN, Ariadne. Debating Methods: Rediscovering Qualitative Approaches. In: MARSH, David; STOKER, Gerry **Theory and methods in political science**. 3ª ed. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2010. p. 249-266.

WEBER, Steve. Shaping the postwar balance of power: Multilateralism in NATO. **International Organization**, 46, 1992. 633-680.

WOODWARD, Richard. The organisation for economic cooperation and development. **New Political Economy**, 9, 2004. 113-127.

WOODWARD, Richard. **The Organisation for Economic Cooperation and Development**.

WORLD BANK GROUP. **Brazil - Pernambuco Integrated Development : Education Quality Improvement Project**. Washington. 2010.

WORLD BANK GROUP. **Brasil - Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife (Recife SWAP)**. Washington. 2011.

WORLD BANK GROUP. **Brazil - Pernambuco Education Results and Accountability Project**. Washington. 2016.

WORLD BANK GROUP. **Brazil - Bahia Development Policy Lending Project**. Washington. 2017.

WORLD BANK GROUP. **Brazil - Can providing teachers with feedback and coaching improve learning?** Washington. 2018.

WORLD BANK GROUP. **Brazil - Rio de Janeiro Strengthening Public Sector Management Technical Assistance Project**. Washington. 2019.